Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano*

1. AS REFORMAS LABORAIS DE MARCELO CAETANO

As reformas laborais introduzidas pouco após o início do Governo de Marcelo Caetano constituíram um dos aspectos mais salientes da «liberalização» então ensaiada do regime corporativo. Entre essas reformas assumiu especial importância a revisão da legislação relativa aos sindicatos e do regime jurídico das relações colectivas de trabalho (respectivamente pelo Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de Junho de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de Agosto de 1969).

A revisão dessas leis instaurou, à primeira vista, um quadro legal das relações laborais inteiramente novo, não tanto pela extensão, como pela qualidade das matérias que foram alteradas. Olhando mais de perto, contudo, ficará a sensação de que o conteúdo real das reformas seria o que o Governo na prática permitisse — independentemente, até certo ponto, da letra e do espírito inicial das novas leis. Tão importante como estas terá sido, por um lado, o clima social e político suscitado pela fase de «abertura» do caetanismo, as grandes expectativas geradas no meio sindical e dos trabalhadores em geral. Uma certa *reanimação sindical* iniciou-se mesmo antes de aprovadas as novas leis. Por outro lado, a experiência colhida no plano laboral pelo Governo de Caetano nos seus primeiros tempos, antes e depois da aprovação das novas leis, também foi determinante do rumo que as reformas tomaram. O novo quadro legal podia ter tido uma interpretação mais liberal, mas, pela sua ambiguidade, teria igualmente permitido uma interpretação ainda mais restritiva do que a que finalmente teve.

O Governo de Caetano não apresentou as reformas laborais de 1969 em ruptura com a situação anterior, mas como novos passos de uma «actualização progressiva e metódica da legislação social portuguesa», que teria sido iniciada no princípio daquela década¹. Na verdade, porém, desde meados

*Este artigo constitui um capítulo do trabalho *A Formação do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1989)*, a publicar, integrado no projecto de investigação «Interesses organizados e democracia em Portugal», coordenado no ICS por Manuel de Lucena e do qual também fazem parte trabalhos sobre as associações empresariais (Carlos Gaspar) e sobre associativismo agrícola (Maria Inês Mansinho.)

¹ Veja-se o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de Junho de 1969. Dessa actualização da legislação social fariam parte a reforma da lei da Previdência (1962) e a lei do contrato individual de trabalho (1966). Não é contudo convincente a afirmação de uma continuidade entre estas reformas e as de 1969.

da década de 50 e princípios da de 60 que os círculos reformistas do regime vinham propondo, sem êxito, as principais alterações que as reformas caetanistas iriam consagrar em 1969. Eram estas, no caso dos sindicatos, a abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação colectiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos colectivos de trabalho.

Não se pode pôr em causa a sinceridade com que Marcelo Caetano declarou, repetiu e insistiu na sua fidelidade à política de trabalho seguida no passado pelo regime corporativo. Embora logo nos primeiros dias do seu Governo tenha lançado a fórmula do *Estado Social* — conceito que só nos anos seguintes foi tornando algo mais explícito —, nem por um momento se duvidou da manutenção do Estado Corporativo. Mas também não é lícito questionarem-se as intenções e iniciativas reformadoras do caetanismo. Se aceitássemos a tese comunista ou esquerdista segundo a qual foram as lutas dos trabalhadores as únicas ou as principais responsáveis pelas mudanças operadas no mundo do trabalho a partir de 1968, dificilmente compreenderíamos porque não se desencadearam essas lutas ou não se operaram essas mudanças mais cedo.

Tendo Marcelo Caetano assumido a liderança do Governo em fins de Setembro de 1968, os projectos de diplomas revendo a lei sindical e a lei da negociação colectiva ficaram concluídos e foram enviados para apreciação à Câmara Corporativa ainda antes do fim do ano. Da sua elaboração havia sido encarregada uma comissão de revisão da legislação laboral, que funcionava junto do gabinete do ministro José Gonçalves Proença e era composta por J. Silva Pinto, J. L. Nogueira de Brito (dois futuros membros do Governo) e Basílio Horta. A prontidão com que tudo foi feito resultou, em parte, do facto de os estudos preparatórios² terem sido efectuados havia muito tempo e de estar mais ou menos assente, desde os Colóquios Nacionais do Trabalho e da Organização Corporativa do princípio da década, o sentido desejável das reformas. Tratou-se apenas de desbloquear e pôr em movimento um mecanismo já programado. Por outro lado, havia uma notória vontade política de realizar rapidamente reformas, de não frustrar as expectativas abertas pela sucessão do líder do regime. Do ponto de vista do Governo, com efeito, a importância destas a outras reformas de 1969 (nomeadamente a extensão aos trabalhadores rurais de uma série de esquemas de assistência e segurança social que eles desconheciam) media-se muito concretamente pela proximidade das eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em Outubro desse ano. As eleições, ainda que invariavelmente muito pouco competitivas (a avaliar pela Assembleia Nacional delas resultante, em que a oposição continuou a não ter lugar), constituíam para Caetano a primeira oportunidade de plebiscitar o *novo curso*.

Os autores das novas leis estariam convictos de que «tal como o sistema estava antes era absolutamente inútil»³, pelo que não se trataria de lhe apli-

² Os trabalhos preparatórios deveram-se essencialmente aos técnicos do Centro de Estudos Corporativos e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO), departamentos do Ministério das Corporações onde se encontravam as pessoas com mais «abertura política» e que privilegiavam o «enfoque tecnocrático» (entrevista com J. L. Nogueira de Brito).

³ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

car um tratamento cosmético. Mas as reformas laborais procuravam também satisfazer, talvez menos na essência do que na aparência, alguns dos princípios e direitos consignados nas Convenções 87 e 98 da OIT (a primeira, à qual Portugal ainda não aderira então, sobre liberdade sindical e a segunda, ratificada por Portugal em 1964, sobre o direito de organização e negociação colectiva). Desde 1961, com efeito, que o Comité de Liberdade Sindical da OIT vinha examinando as queixas apresentadas pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) contra o Governo Português e fazendo pressões sobre este no sentido da revogação das restrições.

A revisão da lei sindical articulava-se estreitamente com a nova lei da negociação colectiva. Formavam um conjunto lógico, que potenciava o efeito separado de cada uma delas. Os objectivos da nova lei sindical, segundo o parecer sobre ela emitido pela Câmara Corporativa⁴, eram o fortalecimento dos sindicatos e uma menor interferência do Governo na sua vida interna e na sua actividade. Quanto à nova lei das relações colectivas do trabalho, o objectivo fundamental era a dinamização da negociação, submetendo-a a uma tramitação obrigatória e imprimindo uma certa celeridade ao seu processo, resultando de tudo uma atenuação do papel interventor do Estado — «se é que não se extingue», arriscava mesmo o respectivo parecer da Câmara Corporativa⁵. Ambas as reformas se orientavam, pois, para uma diminuição da intervenção do Estado, ao mesmo tempo que proporcionavam o fortalecimento e uma maior responsabilização da organização sindical. Vejamos agora como é que no concreto se propunham atingir estes fins.

O aparecimento de sindicatos «mais fortes» ou «poderosos» seria em princípio favorecido pelas novas disposições da lei sindical respeitantes ao âmbito geográfico e dimensão. Era abandonado em definitivo o *princípio* do âmbito distrital. Exigia-se genericamente que os sindicatos tivessem uma dimensão (em efectivos) e uma capacidade financeira «bastantes para assegurar convenientemente a representação dos trabalhadores». A nova lei apontava assim para a fusão ou o alargamento de âmbito dos sindicatos já existentes — de modo quer a abrangerem uma maior área geográfica, quer a agruparem mais profissões dentro do mesmo sector —, embora isto não fosse estipulado directamente. O relator do primeiro parecer atrás citado, J. M. Cortez Pinto, acreditava porém que a «apagada situação sindical» existente em Portugal se devia mais à carência de poderes dos sindicatos do que às deficiências das estruturas organizativas (neste caso, a pequena dimensão da maioria dos sindicatos). Haveria mesmo que contar, segundo ele, com as resistências dos pequenos sindicatos às «fusões suicidas». Por sua vez, o principal remédio para a falta de poderes sindicais residiria na nova lei da negociação colectiva⁶.

A «minimização da interferência do Estado nos sindicatos» seria atingida através da limitação dos poderes discricionários do Governo e da transferência para os tribunais do juízo da legalidade da actuação dos sindicatos. Neste capítulo surgia a aparente grande novidade da lei: a substituição da homologação ministerial dos dirigentes eleitos por uma verificação prévia dos requisitos de elegibilidade dos candidatos. Entre esses requisitos

⁴ Parecer n.º 21/IX, *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, p. 196.

⁵ Parecer n.º 26/IX, *Pareceres da Câmara Corporativa*, ano de 1969, pp. 591-594.

⁶ Parecer n.º 21/IX, *loc. cit.*, pp. 196-197 e 264-265.

contavam-se as condições estabelecidas para o exercício do direito de voto segundo a lei geral. A verificação competia ao próprio sindicato, através de uma comissão nomeada *ad hoc* de entre os sócios que não exercessem funções directivas. A comissão de verificação, quando o achasse necessário ou a solicitação do INTP, devia exigir dos candidatos a *prova documental* das condições de elegibilidade.

O Governo deixava também de poder destituir ou suspender as direcções sindicais, reservando-se para os tribunais do trabalho toda a competência de julgamento do contencioso eleitoral e das transgressões às leis. Contudo, qualquer sócio, ou o INTP, podia a todo o momento requerer ao tribunal a destituição dos dirigentes que deixassem de reunir as condições de elegibilidade ou dos que, por exemplo, estivessem a «desviar o sindicato do fim para que foi instituído». Podia simultaneamente qualquer sócio ou o INTP requerer do tribunal a suspensão preventiva dos dirigentes até decisão final do processo. Se, por decisão judicial, uma direcção sindical viesse de futuro a ser destituída, o INTP nomearia em seu lugar uma comissão administrativa obrigada a promover a realização de eleições no prazo máximo de seis meses — e não *sine die*, como até aí. O ministro das Corporações perdia também a faculdade de dissolver os sindicatos, transitando esse poder para o Conselho Corporativo — uma espécie de conselho de ministros restrito assistido por especialistas de direito corporativo.

A nova lei sindical incluía ainda uma série de inovações talvez menos importantes que as já enunciadas, ainda que também significativas ou sintomáticas. Assim, o direito expresso (que o não era antes) de as direcções sindicais e as respectivas secções nomearem delegados nas localidades e «junto das empresas em que forem considerados necessários». Era o pleno reconhecimento legal da presença do sindicato na empresa, consagrando um direito que na prática já se fora reconhecendo, mas que aparentemente se desejava difundir mais ou generalizar. A lei não entrava, porém, em mais pormenores na regulamentação desse direito, possivelmente com a intenção de dar primeiro alguma rédea solta e esperar pelos resultados. Como veremos adiante, nos começos de 1974, o Governo já pretendia regulamentar detalhadamente essa prática, através de um Estatuto dos Delegados Sindicais, cuja preparação veio a ser interrompida pela Revolução.

Houve porém outras inovações na lei de 1969, nas quais predominou a intenção meramente cosmética do legislador. Como a possibilidade de os sindicatos se filiarem em organismos internacionais e de participarem em reuniões no estrangeiro — mediante acordo prévio do INTP. Ou o desaparecimento da antiga menção dos sindicatos como «entidades de direito público» e a supressão da fórmula «sindicatos nacionais» nos artigos da lei que foram alterados⁷.

Com efeito, a filiação internacional dos sindicatos ou a sua participação em reuniões sindicais internacionais eram teoricamente possíveis desde 1933, com a condição da autorização prévia do Governo. A redacção do preceito evoluiu, pela lei de 1969, para um tom mais eufemístico, mas, no essencial, manteve-se. De qualquer modo, durante todo o período corporativo, de Salazar e Caetano, nenhum sindicato chegou a servir-se da faculdade de

⁷ Prevvia-se que nos restantes artigos da lei se operasse futuramente a supressão da expressão «sindicatos nacionais», o que já não chegou a fazer-se até 1974.

filiação ou reunião internacional. Também não é para admirar: a CISL, a CMT ou a FSM, bem como as respectivas federações internacionais sectoriais, eram as primeiras a condenar na OIT e fora dela a falta de credibilidade e representatividade dos sindicatos pró-governamentais portugueses, cuja filiação logicamente recusariam. Esta situação era arquiconhecida do Governo Português, o qual, por sua vez, não deixaria de chumbar as pretensões de filiação dos sindicatos portugueses naqueles organismos — se tais pretensões chegassem a ser formuladas (nunca foram!) por direcções sindicais oposicionistas.

Quanto ao desaparecimento, aliás sub-reptício, da única menção legal dos sindicatos nacionais como «entidades de direito público» (artigo 3.º da lei sindical de 1933), apenas se suspeita qual terá sido a intenção do legislador ao suprimi-la. O longo parecer da Câmara Corporativa que esmiuçadamente analisou todo o texto do projecto de lei sindical é simplesmente omissivo sobre o eclipse da menção à «entidade de direito público». Não deixa, em contrapartida, esse parecer de vincar o princípio doutrinário que se mantém em vigor: «Num Estado Corporativo [...] os sindicatos fazem parte da estrutura política da Nação e são-lhes confiadas funções da maior relevância não só no campo dos interesses meramente laborais, mas também no domínio social [...], económico [...], cultural [...], na vida administrativa e política (desde a participação nos conselhos municipais até à eleição do chefe de Estado, passando pela constituição da Câmara Corporativa).» Princípio tanto mais importante, quanto dele se fazia decorrer a legitimidade da intervenção do Estado nos sindicatos⁸. Após a entrada em vigor das reformas laborais, Marcelo Caetano não perderia a primeira ocasião propícia para assegurar que «os sindicatos e os grémios não podem ser tratados como associações privadas». Isto porque «o Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado Social, em cuja estrutura encontram o seu lugar as organizações de trabalhadores e empresários». E porque «o trabalho como a empresa são elementos essenciais da moderna sociedade política». Enfim, porque «os sindicatos e os grémios recebem da própria Constituição poderes consideráveis, não só de representação, mas também para celebrar essas verdadeiras *leis* de trabalho que são as convenções colectivas»⁹. Já no exílio, em 1974, Caetano ainda continuará a defender a ideia de uma *organização sindical inserida no Estado Corporativo*¹⁰. Ressaltará, pois, de tudo isto a intenção preponderantemente cosmética do reformador ao apagar da lei, sem explicações, a menção dos sindicatos como «entidade de direito público». Terá o Governo pensado sobretudo em reduzir o número de pontas por onde poderia pegar o Comité de Liberdade Sindical da OIT, ou — seguindo outra interpretação — em aliviar a legislação corporativa das últimas veleidades de doutrina propriamente *totalitária*?¹¹

Se a intervenção discricionária do Governo nos sindicatos era realmente limitada pela nova lei, a judicialização do controlo estatal dos mesmos aumentava em idêntica proporção. Indirectamente, pela via judicial, o INTP

⁸ Parecer n.º 21/IX, *loc. cit.*, p. 267.

⁹ Discurso de Marcelo Caetano em 15 de Junho de 1970, «por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelos dirigentes sindicais e das casas do povo», *Boletim do INTP* de 15 de Junho de 1970.

¹⁰ *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 124.

¹¹ Manuel de Lucena, *O Marcelismo*, 1976, p. 64.

— ou seja, o Ministério das Corporações — podia com facilidade pôr tudo em causa, desde os actos dos dirigentes aos resultados eleitorais, passando pelas decisões das assembleias gerais e pelas da própria comissão de verificação dos requisitos de elegibilidade. Basta aqui referir que a lei geral citava, entre as oito categorias de inelegíveis, os que professavam «ideias contrárias à disciplina social»¹². Ora o INTP podia requerer ao tribunal a destituição de dirigentes eleitos invocando essa movediça incapacidade, ou exigir dos candidatos *prova documental*, passada pela autoridade administrativa, de que as suas ideias não se opunham à «disciplina social»¹³. Exploradas integralmente todas as faculdades legais, o Governo não andaria longe de reconstituir os seus anteriores poderes e, até, de transformar em selecção prévia dos candidatos a antiga homologação *a posteriori* dos dirigentes eleitos.

Para além disto, o Governo conservava fortes poderes de controlo e intervenção directa, como a aprovação dos estatutos dos sindicatos e suas alterações, a orientação e fiscalização permanente das contas dos sindicatos, o controlo burocrático das receitas (nível das quotizações) e das despesas de aquisição de bens, muitas vezes sujeitas a autorização prévia. Já referi atrás a possibilidade de dissolução dos sindicatos, bem como o licenciamento prévio da sua filiação, contactos e representações internacionais.

Dois aspectos fundamentais do sindicalismo de feição salazarista mantinham-se também incólumes: o princípio *unicitário* da organização e o regime da *quotização obrigatória*. Se bem que a nova lei viesse expressamente permitir, em certos casos, a sobreposição parcial de representatividade entre sindicatos de profissão e sindicatos de ramo de actividade (o que, de resto, já se verificava na prática)¹⁴, ficava claro que isso só poderia suceder entre sindicatos «de enquadramento diferente»¹⁵. Mantinha-se, de facto, o monopólio de representação dos sindicatos e a exclusão do pluralismo, embora *se fugisse a afirmá-lo* — segundo o citado parecer da Câmara Corporativa, que candidamente achava que assim se evitariam as críticas da OIT...¹⁶ O pluralismo *idealizado* pela reforma caetanista não ia muito além de uma limitada expressão de tendências preferencialmente apolíticas no interior dos sindicatos únicos.

Quanto à quotização obrigatória, não se lhe tocou. A questão foi simplesmente evitada, ignorada — ainda que não pudesse servir de desculpa o facto de a matéria se encontrar regulada noutra diploma que não a lei da organização sindical. Como é óbvio, a quotização obrigatória estava relacionada com o regime de unicidade sindical. Ou, mais exactamente, com o sistema de sindicatos únicos da *confiança do regime*. A diferença é decisiva, como adiante teremos ocasião de comprovar.

Não foi por prudência táctica que Marcelo Caetano se manteve fiel à unicidade, repudiando o pluralismo sindical, mas sim por opção política clara

¹² Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946, artigo 2.º, ponto 7.

¹³ Para a prova de que os dirigentes ou candidatos a dirigentes sindicais *não professavam ideias contrárias à disciplina social*, a entidade competente era o presidente da câmara do concelho em que residia o interessado, ou, nos casos de Lisboa e Porto, o administrador do respectivo bairro administrativo (despacho ministerial de 26 de Outubro de 1970).

¹⁴ Parecer n.º 21/IX, *loc. cit.*, p. 302.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 23 050, de 23 de Setembro de 1933, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de Junho de 1969, artigo 3.º

¹⁶ Parecer n.º 21/IX, *loc. cit.*, pp. 301-302.

e convicta. Numa entrevista concedida em Outubro de 1969, poucos dias antes das eleições para a Assembleia Nacional, Caetano dizia que a liberdade de se constituírem vários sindicatos na mesma área e na mesma profissão «traduziria um retrocesso, e grande, no mundo português do trabalho»¹⁷. Essa liberdade, reclamada por algumas forças oposicionistas durante a campanha eleitoral, não interessava — na sua opinião — aos trabalhadores, mas sim aos partidos políticos, que pretendiam «politizar os sindicatos e transformá-los, como dantes, em armas de luta, em vez de serem instrumentos de realização pacífica das conquistas do trabalho». Caetano entendia a liberdade sindical noutra sentido: como faculdade de os trabalhadores se inscreverem ou não no sindicato¹⁸. Definição que ao Partido Comunista Português certamente não repugnaria.

Como argumento positivo mais forte em apoio da unicidade sindical, Caetano sustentava que «o facto de haver um único sindicato reconhecido em cada distrito permite que ele celebre contratos colectivos sancionados pelo Estado como verdadeiras leis»¹⁹. Um fraco argumento, porque a liberdade sindical preconizada pelas convenções da OIT e reclamada por certos sectores não comunistas da oposição em Portugal não contrariava o princípio da *força legal* das convenções — que não depende da existência de sindicatos únicos.

Relativamente à questão da unicidade sindical poder-se-á verificar ainda uma curiosa convergência estratégica do salazarismo, do caetanismo «liberalizador» e do PCP. Os comunistas portugueses, com efeito, não faziam coro com todas as recomendações da OIT ao Governo de Salazar ou Caetano e ainda menos alinhavam com as posições e exigências da CISL. Como vimos, o PCP navegava estrategicamente (e não por tática) nas águas dos sindicatos corporativistas, os quais pretendia em bom leninista «colocar ao serviço dos trabalhadores». Por isso rejeitara desde 1941 (e, com Bento Gonçalves, já desde 1935) a criação de sindicatos paralelos clandestinos e condenara, no pós-guerra, a apresentação de mais de uma lista oposicionista às eleições sindicais.

Por sua vez, a posição do Governo de Caetano também não pode ser interpretada como uma continuidade meramente tática. Para além das fortes razões políticas (e também doutrinárias) acima referidas, Caetano apostava na consolidação de uma nova classe dirigente sindical. Esta pautar-se-ia por critérios de competência e eficácia politicamente neutros. Seria capaz de prestigiar os sindicatos corporativistas e de granjear o apoio dos associados em eleições mais competitivas que anteriormente. Uma classe de sindicalistas «tecnocratas» (talvez um pouco à imagem da classe política do caetanismo), cuja adesão à doutrina e ao regime poderia ser maior ou menor, desde que não se traduzisse em acções políticas de hostilidade. Se o Governo não acreditasse nesta possibilidade, não teria feito sentido manter os sindicatos únicos e deixá-los impassivelmente conquistar por dirigentes oposicionistas.

Passando ao exame da reforma da negociação colectiva, e seguindo o mesmo método que atrás, comecemos pelas novidades introduzidas pela nova lei (não se tratou aqui, como no caso da reforma sindical, de alterar um velho

¹⁷ Entrevista ao *Diário de Notícias* de 23 e 24 de Outubro de 1969.

¹⁸ Id., *ibid.*

¹⁹ Id., *ibid.*

decreto-lei, mas sim de elaborar um articulado inteiramente novo). A maior novidade foi, como já disse, a consagração da *obrigatoriedade de negociar*, decorrente da imposição de uma tramitação, com prazos limitados, a todo o processo de negociação. Não seria doravante possível recusar ou arrastar indefinidamente a negociação ou a revisão de uma convenção colectiva. Desde que existisse o correspondente organismo (ou organismos) de representação patronal — e em 1969 a cobertura da rede de grémios estava finalmente bastante adiantada —, um sindicato podia iniciar o processo de negociação com a apresentação de uma proposta de contrato colectivo de trabalho. (Teoricamente, a mesma iniciativa se proporcionava aos grémios, embora estes, por regra, a não exercessem). A partir da recepção da proposta, contava o tempo para a resposta da outra parte e para o prazo máximo de conclusão da convenção.

Esta nova regra revolucionava por si só todo o existente quadro legal, tais as suas implicações. Em primeiro lugar, a *iniciativa* das negociações, a sua *manutenção* e a *elaboração* das convenções colectivas passavam para a competência principal e quase exclusiva dos sindicatos e dos grémios (e empresas), com o conseqüente decréscimo do papel do Estado. Daqui um considerável reforço dos poderes e responsabilidades sindicais. Em segundo lugar, a lei admitia, pela primeira vez sob o regime corporativo, que viessem a surgir «conflitos colectivos de trabalho»²⁰. Esta eventualidade era tanto mais provável quanto se tornava a negociação obrigatória e se pretendia simultaneamente — pela revisão da lei sindical — diminuir a interferência governamental nos sindicatos e o controlo político dos seus dirigentes. Em terceiro lugar, instauravam-se mecanismos de resolução dos conflitos colectivos. Eram eles a *tentativa de conciliação* (a realizar no seio da corporação respectiva), ou, caso esta falhasse, a *arbitragem*, da competência de uma comissão arbitral composta por três elementos. A arbitragem representava o último recurso da parte que se julgasse prejudicada com o arrastamento do conflito — os sindicatos, por regra.

Para o Governo, a instituição da arbitragem representava o aspecto mais relevante da nova lei. Permitiria que o executivo adoptasse uma atitude menos paternalista e se comprometesse menos directamente nas questões laborais. Constituía, por outro lado, a grande justificação para a continuada proibição da greve. De facto, admitindo-se finalmente a inevitabilidade dos conflitos colectivos, a arbitragem era a única alternativa para a greve em caso de *impasse* nas negociações, uma vez que o Governo pretendia *em princípio* abandonar a regulamentação administrativa — questão a que já voltaremos. No tratamento doutrinário e normativo dado pelo regime à conflitualidade laboral parecia despontar assim uma nova etapa histórica, que logicamente poderemos denominar *corporativização*. Esta surgia depois da *judicialização* (a doutrina inicial do regime, que ficara letra-morta desde 1933-34) e da *governamentalização* que imperara na prática desde o princípio. Tratava-

²⁰ Artigo 1.º, § 3. No articulado do decreto é a expressão «diferendos colectivos» que é consagrada, mas no preâmbulo fala-se repetidamente de «conflitos», «conflitos colectivos» e «conflitos emergentes das relações colectivas de trabalho», qualificados aliás como «os mais graves conflitos sociais do nosso tempo». O ministro das Corporações, Gonçalves de Proença, achando porventura a expressão ainda demasiado rebarbativa do ponto de vista corporativo, preferia dizer «os chamados conflitos colectivos de trabalho» (veja-se, por exemplo, o seu discurso transcrito no *Boletim do INTP* de 28 de Fevereiro de 1969, pp. 201 e 203).

-se em 1969 apenas de um primeiro passo, se bem que decidido, no caminho da corporativização dos conflitos colectivos, pois estes ficavam ainda largamente sob a alçada directa e indirecta do Governo.

A importância atribuída à arbitragem na nova lei fica esclarecida se recordarmos que, para Marcelo Caetano, ela constituía o «único processo civilizado» de solucionar conflitos colectivos, substituindo com vantagem a greve²¹ — que continuaria obviamente proibida. No fundo, Caetano talvez não acreditasse tão piamente nas virtudes miraculosas da arbitragem ou na possibilidade de Portugal suplantar na questão da greve os países mais civilizados. Em 1969, de facto, as greves em Portugal, mesmo ilegais, já começavam a tornar-se uma realidade insofismável e quantitativamente importante. Caetano, provavelmente, pensaria apenas que legalizar a greve seria encorajá-la, precipitando assim aquilo que mais procurava evitar: a sua utilização como «arma política». O mesmo tipo de reflexão havia sido feito pelos sectores conservadores quando o direito de greve fora reconhecido pela primeira vez em Portugal, após a revolução republicana de 1910, precipitando uma vaga de paralisações. De resto, nos meios governamentais caetanistas ninguém terá levantado seriamente a hipótese de voltar a legalizar a greve²².

Nem a tentativa de conciliação nem a arbitragem eram formalmente obrigatórias, mas, na realidade, não havia para elas alternativa. Além disso, o recurso à arbitragem tinha como condição prévia a efectiva realização da tentativa de conciliação. Assim, as partes em litígio não poderiam esquivar-se, sem denotar má fé, à *disciplina racionalizadora dos conflitos* fixada na lei. Os mecanismos de resolução dos conflitos serviriam também para peneirar as eventuais tentativas de aproveitamento político da acção sindical, que o Governo temia acima de tudo.

A questão fulcral da arbitragem era a nomeação do árbitro presidente ou *terceiro árbitro* — sendo os outros dois nomeados pelas partes. Com efeito, sobre o árbitro presidente recaía a responsabilidade de uma decisão que teoricamente podia ser tomada por unanimidade, mas se antevia que viesse a ser quase sempre por maioria de dois contra um. Depois de se terem encarado várias hipóteses pelo Governo e Câmara Corporativa, ficou estabelecido na lei que o terceiro árbitro seria escolhido pelos dois primeiros. Uma solução aparentemente conforme aos cânones do «corporativismo de associação», mas de execução problemática.

Passando ao que a nova lei manteve do anterior regime da negociação colectiva, citarei primeiramente a regulamentação administrativa das condições de trabalho. Reservava-se a sua utilização para os casos — considerados excepcionais — em que a via convencional não fosse possível, quando «os superiores interesses da economia nacional e da justiça social» o exigissem, ou, ainda, na ausência de organizações representativas das partes. As condições de trabalho nestes casos seriam estipuladas pelo Governo, através de *portarias de regulamentação do trabalho* (anteriormente denomina-

²¹ Marcelo Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 130.

²² Entrevista com J. L. Nogueira de Brito. Para se fazer uma ideia do carácter tabu desta questão basta referir que nem mesmo o projecto de revisão constitucional apresentado na Assembleia Nacional de 1970 pelos deputados da «ala liberal» propunha a supressão do artigo 39.º, que proibia a greve.

das despachos normativos). Apesar da fé aparentemente inquebrantável na arbitragem, o Governo sabia que, se esta, por algum motivo, falhasse no cumprimento do papel que lhe era cometido, restava sempre o recurso às portarias regulamentadoras. Do ponto de vista do regime, com efeito, que garantia decisiva oferecia a arbitragem de fazer prevalecer o «interesse geral» ou «nacional»?

Mas, se o Governo de Caetano não abdicava de intervir, ainda que a título supletivo e excepcional, na estipulação das condições de trabalho, também não desistia de ter *sempre* a última palavra a dizer. Com efeito, a nova lei mantinha a homologação ministerial das convenções assinadas pelas partes e — note-se bem — das próprias decisões arbitrais, sem a qual estas não tinham eficácia. Compreende-se, contudo, que, nas novas circunstâncias, essa última palavra pudesse ser realmente importante para o Governo — não anteriormente, quando todo o processo de contratação colectiva estava sob o controlo directo do INTP. A homologação, um autêntico direito de veto do ministro das Corporações, era a garantia de que nada de importante seria estipulado pelas partes contra a vontade do Governo, agora que este havia optado por se manter a uma certa distância da negociação propriamente dita. O Governo de Caetano, *renovando na continuidade* a política intervencionista de Salazar, não se mostrava disposto a deixar simplesmente ao arbítrio dos negociadores de contratos colectivos «deliberações de tamanha influência na vida económica, sobretudo pelas consequências que em período inflacionário podiam resultar»²³. Pretendia sobretudo impedir o *efeito de imitação* que poderiam provocar salários demasiado altos eventualmente negociados em certos sectores. Curiosamente, estes argumentos coincidiam com os avançados anos antes, só que no passado não se registava ainda qualquer inflação.

Se a atitude adoptada tendia a perpetuar uma interferência burocrática e paternalista nas relações laborais, a preocupação do Governo de Caetano com as perspectivas de agravamento da inflação tinha, essa sim, fundamento. A partir de 1969, com efeito, vai observar-se uma escalada da taxa de inflação em Portugal, no seguimento, aliás, de um surto moderado iniciado em 1965. A escassez de mão-de-obra, sobretudo especializada, resultante do forte fluxo emigratório da década de 60 e da mobilização militar para a guerra nas colónias, conjugava-se com factores inflacionistas provenientes do sector agrícola e com a intensificação do ritmo de crescimento da economia e o aumento da procura nos mercados interno e externo. Numa análise retrospectiva, o salto operado pela taxa de inflação entre 1969 e 1971 será atribuída à acção de um novo factor: a alteração das condições de determinação dos salários industriais, na sequência das reformas laborais caetanistas²⁴. É contudo muito difícil, na minha opinião, avaliar as verdadeiras repercussões da liberalização da contratação colectiva nos aumentos salariais e, por tabela, na taxa de inflação, quando todas as outras condições económicas nacionais se conjugavam no mesmo sentido de alta dos salários e dos preços.

As reformas laborais caetanistas de 1969 ficaram longe de satisfazer o Comité de Liberdade Sindical da OIT. Examinando de novo, em princípios

²³ Marcelo Caetano, *op. cit.*, p. 130.

²⁴ Daniel Bessa, «O processo inflacionário português no pós-25 de Abril de 1974», in *Pen-samento Iberoamericano*, n.º 9, Janeiro/Julho de 1986, pp. 398-400.

de 1970, a queixa apresentada pela CISL contra o Governo Português, o Comité verificaria a permanência na nova legislação de várias das antigas restrições à liberdade sindical e de negociação colectiva, bem como a continuada interferência do Estado em ambos os campos²⁵. Verificava, nomeadamente, a manutenção do sistema de homologação das convenções colectivas (agora incidindo também sobre as decisões arbitrais), situação considerada inconciliável com a adesão de Portugal aos princípios consignados na Convenção 98 da OIT²⁶. Na sua resposta às críticas formuladas pelo Comité de Liberdade Sindical, o Governo Português alegaria que a homologação das convenções colectivas se resumiria a um simples *registo administrativo*, para se conferirem as convenções assinadas pelas partes com a legislação em vigor. Explicação esta que a prática a breve trecho se encarregou de desmentir completamente.

Em resumo, pelas novas leis, o Governo mostrava sobretudo a sua *disposição* de abrir caminho a uma gradual emancipação dos sindicatos da tutela administrativa e a uma progressiva autonomização da negociação colectiva. Mas as precauções de que as leis se rodeavam eram tais e tantas que tornavam as reformas reversíveis, condicionais. Sem contar com a eventualidade — nada remota, como veremos — de futuras alterações ou «aperfeiçoamentos» da legislação contribuir para retroceder sobre os passos dados na *abertura*.

Mas, se o Governo não tivesse por si próprio assumido uma atitude de extrema prudência, precavendo-se de muitos modos contra os possíveis aproveitamentos «abusivos» e as consequências indesejadas da abertura, os próprios trabalhadores e os meios oposicionistas ter-lhe-iam fornecido os motivos e os pretextos. Com efeito, nos meses que antecederam a aprovação e promulgação das novas leis laborais, quando já eram conhecidos os textos dos projectos e estes se encontravam para apreciação na Câmara Corporativa, desencadeou-se uma vaga de agitação laboral (e estudantil), bem como um surto de greves nas empresas da cintura industrial de Lisboa sem paralelo nas décadas precedentes. O momento político — a sucessão do líder do regime — era julgado particularmente favorável para a intensificação das lutas reivindicativas. Aproveitar a «demagogia liberalizante» e virá-la contra o próprio Governo era a palavra de ordem comunista. O PCP alertava, aliás, para o «perigo maior» de os trabalhadores acreditarem em qualquer liberalização do regime, porque nem o Governo nem o patronato cederiam nada por vontade própria²⁷. Desde o início que o Governo de Caetano vinha qualificado na imprensa comunista de «governo da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários»²⁸, ou de continuador do salazarismo sem Salazar²⁹. Após a vaga de agitação e greves dos primeiros meses de 1969, o PCP congratulava-se pelo seu efeito de agudização das dificuldades do Governo, enquanto censurava o socialista Mário Soares por este se ter mostrado receptivo às medidas «falsamente libe-

²⁵ *Official Bulletin*, supl., ILO, 1970, n.º 2, pp. 1-36.

²⁶ H. Nascimento Rodrigues, *Regime Jurídico das Relações Colectivas de Trabalho Anotado*, Coimbra, 1971, p. 87.

²⁷ *Avante!*, n.º 397, Dezembro de 1968, pp. 1 e 4.

²⁸ *Ibid.*, n.º 396, Outubro/Novembro de 1968, p. 1.

²⁹ *Ibid.*, n.º 398, Janeiro de 1969, p. 1.

ralizadoras» de Caetano³⁰. Num desafio frontal à objectividade, o PCP —denunciando algum pânico e desorientação perante as «dávidas» liberalizadoras do regime— acabaria por concluir que tinham sido as lutas dos trabalhadores no princípio de 1969 que *tinham forçado o Governo a operar as modificações da legislação sindical*³¹. Isto apesar da prévia posição tomada pelo Partido, segundo a qual nada havia mudado, senão para pior, com as reformas laborais caetanistas. E apesar, como vimos, de o PCP ter feito o que estava ao seu alcance para as dificultar.

2. ACOLHIMENTO E EXECUÇÃO DAS REFORMAS. A REANIMAÇÃO SINDICAL

As reformas laborais de 1969 tiveram, em geral, um acolhimento muito crítico. Os sectores mais fiéis à política salazarista — aos quais era sensível o próprio ministro das Corporações, Gonçalves de Proença, que viria a ser substituído em Janeiro de 1970— mostravam-se preocupados com o rumo que o regime levaria «com tantas liberdades sindicais»³². Por seu turno, na difusa área política situada entre o regime e a oposição, de onde saiu a chamada «ala liberal» do regime, as reformas laborais foram julgadas por muitos como insuficientes. Mário Pinto, jurista ligado aos meios católicos «liberais» e que tinha sido consultor do Sindicato dos Bancários do Porto em 1966-67, diz ter recusado o convite de Caetano para o cargo de secretário de Estado do sector do trabalho por concluir que seria «impossível fazer o que queria»³³. Nos seus estudos publicados entre 1963 e 1973 sobre conflitos de trabalho e estruturas sindicais, Mário Pinto mostrava-se favorável nomeadamente à institucionalização da conflitualidade e da própria greve, à independência dos sindicatos em relação ao Estado e à possibilidade de existência do nível federal de organização sindical. Francisco Sá Carneiro, deputado da «ala liberal» entre 1969 e 1973, confiou inicialmente na possibilidade de uma reforma da vida sindical — ciente embora das restrições mantidas pela lei à liberdade sindical (existência de «sindicatos oficiais e únicos»), que reprovava³⁴.

Do lado da oposição democrática moderada apontava-se sobretudo o carácter «pouco ambicioso» da reforma sindical, embora se reconhecessem algumas «melhorias relativas». Segundo o sindicalista M. Pina Correia (católico, eleito para a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa em 1968, mas que viu recusada a sua homologação pelo ministro das Corporações já em 1969), o Governo tinha esperado 36 anos para modificar somente «aspectos circunstanciais» da lei. Na sua opinião, tinham ficado por satisfazer não

³⁰ *Avante!*, n.º 404, Julho de 1969, p. 3.

³¹ *Ibid.*, id. O dirigente comunista José Vitoriano, que tinha então a seu cargo a «frente sindical», dirá taxativamente que foi na conjuntura criada pela «poderosa vaga de lutas» nas empresas dos primeiros meses de 1969 que Marcelo Caetano «sentiu necessidade de introduzir na legislação sindical algumas alterações pretensamente liberalizantes» (*O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 286). Álvaro Cunhal defendeu idêntico ponto de vista em «Une année de grands événements», in *La Nouvelle Revue Internationale*, n.º 3/1970 (Março).

³² Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

³³ Entrevista com Mário Pinto.

³⁴ Francisco Sá Carneiro, *Textos*, 1.º vol., 1969-73, Lisboa, 1981, pp. 33-34 e 443-444.

só as recomendações da OIT, como os próprios objectivos expressos pelos Colóquios Nacionais do Trabalho do princípio da década³⁵. Outros apodavam a reforma sindical de conjunto de «habilidades político-jurídicas», considerando que o Governo perdera uma oportunidade histórica de conferir aos sindicatos representatividade, independência (relativamente ao poder político) e força contratual (entendida como maior dimensão)³⁶. Mas, embora críticos, estes meios, moderados duma maneira geral, acharam que, pelo menos inicialmente, valia a pena fazer um esforço para o aproveitamento das alterações introduzidas na legislação, «confiantes em que o diálogo com o Governo era possível»³⁷.

Do lado da oposição organizada clandestinamente, nomeadamente o PCP, as reacções críticas às reformas caetanistas foram desde o início muito mais extremadas. Os dirigentes comunistas achavam, por exemplo, que a nova lei da negociação colectiva vinha «limitar ainda mais os direitos dos trabalhadores», reforçando «o controlo governamental sobre a discussão dos contratos colectivos de trabalho e a sua resolução final» e o «predomínio da imposição patronal». Apenas «alguns pequenos recuos» do Governo — resultantes de uma hipotética ofensiva prévia dos trabalhadores — se poderiam contabilizar positivamente na nova lei. Mas até nesses casos teriam os trabalhadores de lutar, novamente, pela sua concretização prática³⁸. Exemplo dos «pequenos recuos» que o PCP assinalou foi a imposição de prazos ao processo de negociação. A posição comunista sobre a nova legislação sindical não era mais favorável — apesar de também a considerar resultado da luta dos trabalhadores. Assim, sobre o controlo governamental dos sindicatos era dito que, «se possível, aumentou ainda mais». Quanto à judicialização do controlo da legalidade da acção sindical, as perspectivas seriam as mais sombrias, dada a «composição de classe» dos tribunais e o facto de os juízes serem nomeados pelo Governo³⁹. Onde a nova lei previa a possibilidade de os sindicatos nomearem delegados nas empresas, o dirigente comunista José Vitoriano via uma medida destinada a combater a representatividade das «comissões de unidade» cuja formação o PCP promovia nas empresas⁴⁰. Ou onde a lei apontava (ainda que vagamente) para o aumento da dimensão dos sindicatos pela suposta via de fusões, o mesmo dirigente detectava uma manobra para provocar um maior afastamento geográfico dos trabalhadores das sedes dos seus sindicatos⁴¹.

Em 1969 eram raras as vozes que em Portugal reclamavam expressamente a possibilidade de criação de *novos sindicatos*, ao lado dos existentes e, logicamente, em concorrência com eles. Os comunistas, que eram a força política oposicionista mais organizada, nomeadamente na «frente sindical», viam assim prevalecer com aparente facilidade a sua estratégia *entrista* unitária

³⁵ «Problemas e evolução do sindicalismo», mesa-redonda com a participação de representantes das três listas oposicionistas que se apresentaram às eleições para deputados de Outubro de 1969: Mário Pina Correia (CEUD), Manuel Bidarra (CDE) e H. Barrilaro Ruas (CEM), *Diário de Lisboa* de 12 e 13 de Outubro de 1969.

³⁶ Manuel Bidarra em «Problemas e evolução do sindicalismo», in *loc. cit.*

³⁷ Entrevista com Armando Santos (actual secretário-geral do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas).

³⁸ *Avante!*, n.º 407, Outubro de 1969.

³⁹ *Ibid.*, n.º 404, Julho de 1969.

⁴⁰ José Vitoriano, *Experiências de Três Anos de Luta Sindical*, ed. Avante!, 1973.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*

e unicitária. Em vários sectores não comunistas da oposição pensava-se ou admitia-se, com efeito, que não seria benéfico para a própria classe trabalhadora a existência de um pluralismo sindical dentro da mesma profissão ou sector de actividade⁴². A ideia da conveniência de um futuro movimento sindical único, no lugar ou no *prolongamento* da organização sindical corporativista, parecia reunir então um largo consenso entre as diversas tendências oposicionistas, embora alguns vincassem bem, já em 1969, a condição de todas as correntes sindicais e ideológicas serem respeitadas e poderem ter expressão dentro dos sindicatos⁴³. Não se pode deixar de relacionar esta ressalva com a fractura ocorrida no bloco da oposição nas eleições para deputados desse mesmo ano. No meio de acusações feitas aos comunistas de tentarem exercer o seu «domínio monolítico» na coligação eleitoral unitária (CDE), a corrente socialista apresentaria uma segunda lista oposicionista (CEUD) em alguns dos principais círculos eleitorais, recolhendo contudo muito menos votos que a primeira.

Linha estratégica divergente da dos comunistas era a de alguns agrupamentos esquerdistas e de certos meios católicos de esquerda, que antes de 1974 falaram em criar sindicatos ou estruturas sindicais paralelas, forçosamente clandestinas, mas muito pouco ou nada adiantaram na prática. Haverá discussões e significativas divergências entre algumas correntes sindicais oposicionistas a propósito destas e doutras questões — assunto a que ainda voltaremos —, mas sempre com fácil prevalência final da posição comunista. Em 1973, no 3.º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4-8 de Abril), o socialista⁴⁴ Francisco Marcelo Curto, consultor jurídico de vários sindicatos, tomou a defesa do *pluralismo sindical*, que, na sua opinião, não excluía a «unidade dos sindicatos na sua luta por melhores condições salariais e de trabalho», negando mesmo que a unidade (organizativa) sindical fosse, «em si mesma, um benefício ou vantagem para os trabalhadores»⁴⁵. Esta posição, embora não completamente isolada, não encontrava na altura um eco considerável nos meios sindicais (e até políticos) da oposição — e muito menos nos meios ligados ao poder. Prenunciava contudo os debates em torno desta questão que, num contexto político muito diferente, eclodirão em finais de 1974.

Enfim, outras vozes, muito dispersas e de fraca expressão no mundo do trabalho, recusavam o «entrismo» e admitiam já em 1969 o pluralismo de organizações sindicais, tal como existia em vários países europeus, considerando, por exemplo, desejável a existência futura de sindicatos agrupando trabalhadores «segundo as suas afinidades ideológicas»⁴⁶.

A este panorama pouco diversificado, em que preponderava quase sem contestação uma posição coincidente com a linha estratégica do PCP (e convergente, no ponto da unicidade, com a rígida posição governamental), não era alheio o bloqueio da situação política portuguesa e a consequente falta

⁴² Manuel Bidarra em «Problemas e evolução do sindicalismo», in *loc. cit.*

⁴³ Mário Pina Correia em «Problemas e evolução do sindicalismo», in *loc. cit.*

⁴⁴ F. Marcelo Curto seria um dos 27 fundadores do Partido Socialista, em reunião realizada na Alemanha Federal poucos dias após o congresso oposicionista de Aveiro.

⁴⁵ 3.º Congresso da Oposição Democrática — *Teses*, 2.ª secção, Seara Nova, 1974, pp. 224 e 228.

⁴⁶ Ver, por exemplo, H. Barrilaro Ruas em «Problemas e evolução do sindicalismo», in *loc. cit.*

de perspectivas de alteração profunda do quadro sindical. A situação pouco evoluirá até 1974, devido também à relativamente forte unidade oposicionista fomentada nos planos político e sindical pelo conservadorismo inábil de Marcelo Caetano. A quebra, nos anos 30, com uma autêntica tradição associativa, a forçada inexperiência política dos trabalhadores e algum isolamento relativamente ao sindicalismo europeu ocidental eram outros factores importantes da situação sindical em 1969.

Deste modo, quando a «abertura política» do regime e as novas leis laborais dão o sinal de partida para a desejada reanimação da vida sindical, as ideias ou projectos que aparecem acerca das estruturas organizativas mais convenientes assentam basicamente nos sindicatos existentes ou no quadro por eles definido. Na esteira, aliás, das propostas de reestruturação sindical avançadas anos antes, nos Colóquios Nacionais do Trabalho, e da própria filosofia que havia presidido à elaboração das reformas. Falar-se-á assim de pulverização, de sindicatos pequenos e pobres, de divisão e descoordenação, de ineficácia, de falta de poderes, de incapacidade técnica dos dirigentes — bem como dos remédios necessários para pôr fim a todas essas situações. Em certos meios oposicionistas defendia-se, por exemplo, que só uma evolução para sindicatos de ramo de actividade asseguraria uma acção sindical coesa e eficaz⁴⁷, adequada, além do mais, à estrutura dos grêmios, obviamente organizados por actividades. Outros defendiam grandes sindicatos de âmbito nacional, de ramo ou de profissão, criados a partir dos existentes por fusão de sindicatos distritais ou pluridistritais.

O PCP não se ocupava muito do estudo ou discussão destas questões sobre o enquadramento desejável, ou, pelo menos, não o fazia segundo uma óptica especificamente sindicalista, de defesa dos interesses dos associados. Essas questões interessavam-lhe quase exclusivamente dum ponto de vista político, isto é, do ponto de vista da luta de classes e da luta contra o regime. Deveriam os sindicatos ser grandes ou pequenos? Distritais ou nacionais? Profissionais ou de ramo de actividade? Que novos sindicatos (ao abrigo da lei) deveriam ser criados? Como resposta, tudo dependeria, para os comunistas, das *condições concretas de cada situação*⁴⁸.

Assim, que algumas centenas de delegados de propaganda médica tivessem em 1963 deixado de pagar quotização para o Sindicato dos Caixeiros e formado o seu próprio sindicato, nada haveria a dizer. Os comunistas viriam até a interessar-se muito por esse novo sindicato. Mas, quando, alguns anos depois, em 1971, um grupo de vendedores (caixeiros-viajantes e de praça) propunham destacar-se do dito Sindicato dos Caixeiros de Lisboa para fundarem, como os seus colegas do Porto já haviam feito, um sindicato que poderia vir a abranger cerca de 6000 associados na região da capital, isso já foi considerado um divisionismo condenável⁴⁹. O Sindicato dos Caixeiros de Lisboa tinha então (desde 1970) na sua direcção e no seu aparelho administrativo vários elementos comunistas ou próximos. Mobilizando os associados, a direcção conseguiu frustrar a tentativa autonomista, cono-

⁴⁷ Ver, por exemplo, F. Marcelo Curto, «O sindicalismo em questão», in *Seara Nova*, n.º 1496, Junho de 1970, com a achega de Caiano Pereira no n.º 1500 da mesma revista (Outubro de 1970) ou Manuel Bidarra, «Problemas e evolução do sindicalismo», in *loc. cit.*

⁴⁸ *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 297.

⁴⁹ Circular n.º 17, de 5 de Março de 1971, do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa.

tando-a com a anterior direcção do Sindicato, derrotada nas eleições. A autonomização consumir-se-á após o 25 de Abril, com a criação do Sindicato dos Técnicos de Vendas.

O PCP, por princípio, declarava-se favorável a estruturas sindicais que não dividissem os trabalhadores nas empresas. Mas, quando, por volta de 1972, um grupo de trabalhadores de várias tendências pretendeu fundar um novo sindicato de âmbito nacional agrupando todos os assalariados das indústrias de construção e reparação naval, o PCP condenou e combateu a iniciativa. Os comunistas argumentaram então que o novo sindicato enfraqueceria os sindicatos metalúrgicos distritais (tradicional bastiões de militância comunista) e provocaria uma situação de afastamento geográfico de milhares de trabalhadores das indústrias navais da sede do seu sindicato nacional. Haveria ainda o risco de uma empresa dominante no sector (Lisnave — que urdiria planos de monopolizar toda a construção naval do País) poder vir a «dominar» o Sindicato⁵⁰. Com efeito, o PCP julgava saber que a ideia da criação de um sindicato de todas as profissões da indústria de construção e reparação naval fora «soprada pelos donos da Lisnave», ou seja, «os tubarões da CUF e os seus associados estrangeiros»⁵¹. Acusação desmentida por um dos líderes da iniciativa, o católico progressista Manuel Bidarra, segundo o qual haveria inclusive trabalhadores comunistas envolvidos na tentativa da criação do novo sindicato⁵².

A atitude do PCP perante o movimento sindical podia pois considerar-se extraordinariamente flexível no plano tático, mas clara e coerente no plano estratégico. O que lhe valia desde essa época acusações — vindas sobretudo do lado dos esquerdistas — de «oportunismo», «reformismo» e «revisionismo». Por detrás do grande radicalismo e intransigência verbais manifestados, por exemplo, na imprensa partidária clandestina, os comunistas moviam-se realmente com bastante prudência e perícia nos sindicatos e instituições corporativas durante os anos do caetanismo. Segundo afirmaria mais tarde o líder comunista Álvaro Cunhal, o PCP não tomou de assalto o aparelho sindical após o 25 de Abril de 1974, mas sim antes: «Na verdade, o movimento operário, e com ele o PCP, tomaram de ‘assalto’ os sindicatos fascistas já no próprio tempo do fascismo e transformaram-nos naquilo que sempre deviam ter sido, organizações de classe dos trabalhadores [...]»⁵³. O que, se não corresponde inteiramente à verdade, encerra pelo menos uma parte dela.

Exceptuando, pois, alguns agrupamentos políticos de extrema-esquerda, mais implantados no meio estudantil do que no laboral, e que repudiavam a actuação nos sindicatos «fascistas», pode dizer-se que, na prática, a resposta à política de abertura sindical do Governo de Caetano foi no sentido do aproveitamento total das novas margens de actuação. Como consequência, entre 1969 e 1971 — ou seja, no primeiro triénio do Governo caeta-

⁵⁰ *O PCP e a Luta Sindical*, cit., pp. 296-297.

⁵¹ *Ibid.*, p. 282.

⁵² Entrevista com Manuel Bidarra. Segundo Bidarra, a rejeição da iniciativa pelo PCP apenas se deveu ao facto de os comunistas não dominarem o processo. A circunstância — essa sim verdadeira — de a administração da Lisnave achar igualmente vantajoso que houvesse apenas um interlocutor sindical (e não 15 ou 20, como até então) não prova que a ideia de formação do novo sindicato tivesse sido «soprada» pela empresa.

⁵³ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Lisboa, 1976, p. 45.

nista —, perto de 30 sindicatos seriam conquistados por direcções eleitas em listas constituídas ou participadas por elementos da oposição, também designadas direcções *representativas* ou *da confiança dos trabalhadores*. Este movimento iniciou-se pouco após a chegada de Marcelo Caetano ao Governo, ainda antes da publicação das novas leis laborais, como reflexo do clima de confiança gerado pelas expectativas de liberalização do regime.

Em Janeiro de 1969 seria finalmente homologada a direcção oposicionista dos bancários de Lisboa, eleita em Março do ano anterior, após várias pressões exercidas sobre o ministro, nomeadamente através do envio de cartas a Marcelo Caetano, publicadas na imprensa⁵⁴. Ainda assim, dois dos membros da nova direcção (um católico e um marxista independente) não obterão o sancionamento ministerial, contrariamente a dois elementos comunistas, que o ministro deixará passar, talvez por falta de informação a seu respeito. Um destes dois elementos, Daniel Cabrita, cuja filiação comunista era naturalmente desconhecida dos bancários, assumirá a presidência da direcção do Sindicato após a respectiva tomada de posse, em 20 de Fevereiro de 1969. Dos dois dirigentes excluídos pelo ministro Proença, o marxista independente António Ferreira Guedes não desistiria de assumir (informalmente) as suas funções, frequentando o Sindicato após o trabalho. O outro, o católico Mário Pina Correia, seria substituído (também informalmente) pelo comunista Antero Martins. Aumentava assim para três o número de membros do PCP na direcção dos bancários de Lisboa⁵⁵.

No Sindicato dos Bancários do Porto, em eleições realizadas em Fevereiro de 1969, seriam praticamente reconduzidos os corpos gerentes eleitos em 1966, da confiança dos meios oposicionistas e compostos por católicos progressistas, comunistas (ou próximos) e outros. Se, em 1966, estes corpos gerentes haviam sido eleitos com somente 80 votos em lista única (o que não era, pois, exclusivo das direcções pró-governamentais), em 1969 aparecera uma segunda lista, próxima do regime, mas que foi batida por grande diferença (1478 votos contra 212). A homologação da direcção tardaria até Outubro desse ano, sendo concedida apenas dias antes das eleições para deputados à Assembleia Nacional.

Igualmente nos primeiros meses de 1969, em dois sindicatos de operários metalúrgicos nortenhos elege-se-ão «listas da classe» (segundo o PCP). O primeiro, o Sindicato dos Metalúrgicos de Braga, só em fins de Dezembro desse ano conseguirá a homologação dos eleitos, que será festejada como uma «magnífica vitória» pelos dirigentes comunistas⁵⁶. No segundo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, a vitória eleitoral conseguida em Fevereiro desse ano por 435 votos contra 333 (cerca de 300 destes últimos por correspondência) foi de imediato anulada, no meio de grandes protestos da própria assembleia eleitoral⁵⁷. O presidente da mesa invocaria a ilegalidade da lista vencedora, que antes considerara preencher as condições. Com a complacência das autoridades, que tentaram persuadir (sem êxito) a lista oposicionista a chegar a um entendimento de partilha com a direcção cessante, esta última iria manter-se no cargo até 1970.

⁵⁴ Entrevista com António Ferreira Guedes.

⁵⁵ Entrevistas com Fernando Moura Palhaça, António Ferreira Guedes e Antero Martins.

⁵⁶ *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 248.

⁵⁷ Eduardo Serpa, *Em Portugal: Sindicatos e Subversão*, s. l., 1972, p. 5.

Sempre em Fevereiro de 1969, realizaram-se as eleições para a direcção central do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa. Tinha então este Sindicato mais de 50 000 quotizantes, 30 000 dos quais sócios inscritos. Era um dos sindicatos mais bem organizados, seguramente o de maior volume de quotizações em Portugal. No conjunto, talvez se pudesse considerar o mais importante sindicato do País. Estava organizado por secções de actividade, cujos dirigentes eram eleitos trienalmente. A direcção central era, por sua vez, eleita por um colégio composto pelos representantes das secções de actividade. Em 1969, e de acordo com um costume contestado pela oposição, os representantes das secções de actividade eleitos nos meses precedentes não puderam participar na escolha da direcção central, mas sim e apenas os representantes eleitos em 1966, cujo mandato havia já terminado. Tratava-se de um mecanismo não estatutário que só possibilitava a conquista da direcção do sindicato em, pelo menos, duas eleições consecutivas. A lista oposicionista para a direcção central foi pois derrotada, mas impugnaria as eleições em tribunal — o que acontecia pela primeira vez nos 36 anos do regime corporativo e, por si só, constituía uma grande novidade. O tribunal confirmaria, entretanto, a legalidade das eleições. A lista «corporativista» eleita incluía, contudo, Álvaro de Campos Marçal, um elemento moderado, de formação católica, que irá presidir à direcção e «abrir o sindicato à linha defendida pela lista oposicionista»⁵⁸. Como várias das secções de actividade do Sindicato tinham, por sua vez, dirigentes recentemente eleitos conotados com a oposição (católicos, comunistas e outros), a derrota da lista oposicionista mais parecia uma meia vitória. Um dos líderes desta lista, o comunista Caiano Pereira (que pertencera aliás à direcção central cessante), iria mesmo integrar um *grupo de trabalho* do Sindicato com a missão de dar apoio à direcção em matéria de informação e formação sindical⁵⁹.

Além destes, outros sindicatos de menor dimensão elegeram direcções homogéneas de oposição ou integrando um ou vários elementos oposicionistas. Entre esses estava o Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica, atrás já referido, que havia sido criado em 1963 e reunia menos de um milhar de profissionais. Um sindicato muito pequeno, mas cujos associados aliavam um grande activismo a uma extrema mobilidade no País. Os impulsores da criação do Sindicato, entre os quais o militante católico José Teodoro da Silva, haviam entrado em conflito com o Ministério das Corporações, que não aceitara os estatutos propostos. A direcção do Sindicato foi assim confiada a um grupo de trabalhadores que aceitou o modelo de estatutos impostos pelo Governo⁶⁰. Entre 1967 e 1969, os profissionais que se opunham à direcção, entre os quais militantes católicos e vários comunistas muito activos, vão montar uma operação de «abordagem» do Sindicato⁶¹. Conse-

⁵⁸ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira. Segundo o dirigente do Partido Socialista Maldonado Gonelha (dirigente sindical antes de 1974), A. Campos Marçal «não era pessoa do regime», mas sim um «militante católico» (entrevista com Maldonado Gonelha).

⁵⁹ *Expresso* de 29 de Dezembro de 1973, p. 9, «Caiano Pereira responde». É de notar que, sendo a filiação comunista, antes de 1974, mantida em segredo, não é possível saber com exactidão a data de adesão ao PCP de muitos sindicalistas que posteriormente se revelaram comunistas. Também não se pode presumir que essa filiação fosse então conhecida pela massa associativa dos sindicatos, o que estava excluído pelas circunstâncias políticas anteriores a 1974.

⁶⁰ Entrevista com José Teodoro da Silva.

⁶¹ Entrevista com Alfredo Morgado. Segundo Morgado (antigo militante católico, funcionário do CCO de Lisboa até 1967, delegado de propaganda médica a partir desse ano), teria

guem a suspensão da direcção em 1967 por irregularidades financeiras, mas o Governo volta a nomear, impassível, os dirigentes suspensos para uma *comissão administrativa* do Sindicato. Já sob o Governo de Caetano, os dirigentes em causa serão definitivamente suspensos. Em eleições realizadas em 31 de Outubro de 1969 é por fim eleita uma direcção presidida por José Teodoro da Silva e incluindo vários elementos do PCP ou ligados à coligação CDE. É uma das primeiras direcções sindicais que não necessitarão da homologação ministerial para tomar posse, nos termos da nova lei.

A partir das eleições políticas de 26 de Outubro de 1969, o avanço das forças oposicionistas sobre as direcções sindicais acelerou-se, aproveitando um denso calendário de eleições nos sindicatos. A entrada em vigor das novas leis laborais, bem como a mudança do responsável pelo sector governamental do trabalho, em Janeiro de 1970, com a posse do secretário de Estado do Trabalho, Joaquim Silva Pinto⁶², compunham um quadro bastante diferente do do primeiro ano de governo de Caetano. Mas o processo das eleições para deputados de 1969 constituiu, até pelas frustrações que gerou, um impulso decisivo à acção oposicionista no plano sindical. Após aquilo que a oposição qualificou, como no passado, de *burla eleitoral* — a CDE e a CEUD não colocaram um único deputado na Assembleia Nacional —, tornava-se mais claro que a liberalização política continuaria bloqueada. Ora no campo sindical desenhava-se uma margem de relativa liberdade, que se traduzia na possibilidade de substituir, ainda que por vezes com alguma luta, as direcções da confiança do Governo, tranquilamente eleitas no passado por escassas dezenas de votantes. Naturalmente, a luta política tenderia a deslocar-se para esse espaço de relativa liberdade. Por outro lado, a dinâmica e a mobilização geradas durante a campanha eleitoral, em particular em torno das *comissões* ou *grupos socioprofissionais* da CDE, seriam eficazmente aproveitadas nas várias profissões que a curto prazo tinham eleições sindicais. Foi como que uma continuação, nos sindicatos, da campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, só que com resultados substancialmente diferentes para as forças da oposição.

Uma dessas profissões eram os caixeiros de Lisboa, classe em que logo após as eleições para deputados se iniciou, sob a direcção de José Pinela⁶³, um movimento reivindicativo pela *semana inglesa* (com redução do horário semanal de 48 para 44 horas). A acção articulava-se com a campanha pela

sido o militante comunista José do Rosário, também delegado de propaganda médica, a dirigir as operações de «abordagem» ao Sindicato. Outros comunistas muito activos no Sindicato foram Álvaro Rana, Américo Costa Pereira (futuros dirigentes da Intersindical), José Perdigão e Fernando Paraíso Guerreiro. Domingos Abrantes, dirigente do PCP, responsável pelo pelouro do trabalho e sindicatos, também foi, em 1973, funcionário do Sindicato de Propaganda Médica.

⁶² O novo ministro das Corporações (acumulando com a pasta da Saúde e Assistência), B. Rebelo de Sousa, delegava praticamente em Silva Pinto a gestão do sector do trabalho. A nova Secretaria de Estado do Trabalho (e não das Corporações) anunciava no seu nome uma nova atitude relativamente às questões laborais. Em Março de 1969 havia já tomado posse como subsecretário de Estado do Trabalho J. L. Nogueira de Brito, que em Janeiro de 1970 se manterá nesse posto, mas abaixo de Silva Pinto. O ministro substituído, J. Gonçalves de Proença, mostrava-se por essa época já abertamente crítico em relação à liberalização sindical (entrevista com Joaquim Silva Pinto).

⁶³ José Malaquias Pinela, antigo operário corticeiro, depois empregado no comércio, era em 1969 um elemento próximo do PCP, do qual já fora membro nos anos 50, antes de ser preso em 1958 pelas suas actividades políticas.

conquista da direcção sindical. Em 13 de Abril de 1970, após eleições prévias em três das quatro secções⁶⁴ do Sindicato, um colégio elegia por grande maioria a lista oposicionista. A direcção passava a ter uma maioria de elementos comunistas e independentes próximos do PCP⁶⁵. Uma semana antes, em 5 de Abril de 1970, outro sindicato fora conquistado por uma lista de oposição: o Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, cujo líder passava a ser Manuel Lopes, antigo militante católico, da área socialista revolucionária. No mesmo ano, outros sindicatos do sector dos lanifícios (Gouveia, Covilhã) seriam igualmente conquistados por listas oposicionistas, que em conjunto puderam assim designar a direcção da Federação Nacional dos Lanifícios (Outubro de 1970.) Mas já nos primeiros meses de 1970, dois outros sindicatos haviam sido ganhos pela oposição: o dos jornalistas, em Fevereiro, e o dos assistentes sociais, em Março.

Em Junho e Julho de 1970, listas oposicionistas venceriam no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (1436 votos contra 18) e no Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, onde a afluência às urnas foi ainda maior. A direcção dos metalúrgicos de Lisboa, chefiada por António dos Santos Júnior, católico de esquerda, incluía elementos comunistas e de extrema esquerda. Os três principais postos eram ocupados por mecânicos altamente qualificados da manutenção de aviões da TAP, empresa de onde partira a mobilização da classe⁶⁶. Os líderes do Porto eram os comunistas Vítor Ranita e António Mota⁶⁷. No Porto, a vitória da lista oposicionista nas eleições de Julho de 1970 culminava mais de um ano de luta pelo reconhecimento da direcção, já eleita uma vez em Fevereiro do ano anterior, mas não homologada. Em 1970, já com Silva Pinto no Governo, este ainda pressionou, sem êxito, a lista oposicionista no sentido de chegar a um acordo com a direcção cessante. A campanha da oposição assentaria na contestação do contrato colectivo para o sector, em vigor desde 1968 e que, na sua opinião, «já estava desactualizado quando foi assinado». Com três dos principais sindicatos metalúrgicos conquistados (Lisboa, Porto e Braga), a direcção da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos e Metalomecânicos seria, por sua vez, ganha em Outubro de 1970.

No sector da banca, depois dos sindicatos do Porto e de Lisboa, à oposição já só faltava ganhar a direcção do de Coimbra, o que aconteceria em Maio de 1970. Será então eleita, em votação muito concorrida, uma lista composta por católicos progressistas e elementos de esquerda moderada ligados à CDE (em Coimbra não se apresentara lista CEUD às eleições para deputados de 1969.) Saiu derrotada uma segunda lista oposicionista constituída por comunistas e incluindo também católicos. A lista vencedora, ainda que tivesse sido proposta pela direcção anterior, não era afectada ao regime,

⁶⁴ A quarta secção, a feminina, seria extinta pouco depois.

⁶⁵ Segundo J. Pinela, alguns deles só mais tarde — depois do 25 de Abril — se tornariam membros do PCP (entrevista com José Pinela).

⁶⁶ Eram eles, além do citado mecânico de aviação António dos Santos Júnior, o torneiro mecânico Carlos Neves Alves e o mecânico de aviação Luís Faustino. Os dois últimos são actualmente (1989) militantes do Partido Socialista, sendo Luís Faustino presidente do Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves — SITEMA (cisão do Sindicato dos Metalúrgicos) e membro do Secretariado da UGT.

⁶⁷ António Mota, actualmente deputado do PCP, não seria então ainda, segundo alguns, membro desse Partido, mas apenas próximo.

como a imprensa comunista pretendeu. A nova direcção do Sindicato dos Bancários de Coimbra participará de futuro activamente nas actividades das direcções sindicais de oposição⁶⁸.

No sector dos seguros, os dois sindicatos existentes (Lisboa e Porto) elegeram em Julho de 1970 direcções oposicionistas moderadas «independentes», constituídas por «figuras de prestígio». No Sindicato dos Seguros de Lisboa, não tendo a direcção cessante proposto nenhuma, concorreram duas listas oposicionistas. A lista derrotada era composta maioritariamente por comunistas e a vencedora era liderada por Armando Santos, de formação católica (socialista após 1974), e constituída por elementos ligados aos meios oposicionistas e às organizações católicas.

Tanto no sector dos seguros como no da banca, a contratação colectiva havia-se feito com regularidade desde a década de 30, nunca se tendo registado uma greve. Eram sectores em que os trabalhadores se podiam considerar privilegiados em relação à grande maioria dos assalariados, usufruindo de salários e regalias muito superiores à média. Curiosamente, no Sindicato dos Seguros de Lisboa, a contestação à anterior direcção (da confiança do regime) iniciou-se, em 1969, a pretexto de o seu presidente (Marques Alexandre) ter votado, na Corporação do Crédito e Seguros, no candidato patronal para procurador à Câmara Corporativa, e não no candidato dos sindicatos⁶⁹. Mais do que questões propriamente laborais, o que parecia estar em causa era a dignidade da representação da classe.

Entre os bancários de Lisboa, a contestação à direcção corporativista tivera início em 1967-68, fundando-se no descontentamento gerado pelo arrastar do processo de negociação do contrato colectivo. Começada em 1966 e concluída só em Fevereiro de 1968, esta negociação acabou todavia por se traduzir em grandes benefícios para os bancários, entre os quais o subsídio de férias obrigatório. Isso não obstou, contudo, a que, duas semanas após a assinatura do novo contrato, uma lista oposicionista ganhasse as eleições para os corpos gerentes do Sindicato. O descontentamento, mais uma vez, não tinha directamente a ver com a situação objectiva das condições de trabalho, mas com a desconfiança que aos trabalhadores merecia uma direcção da confiança do Governo.

Ainda em 1970 foram eleitas outras direcções sindicais de dominante oposicionista, como no Sindicato dos Empregados Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca (onde alguns elementos vinham já de direcções anteriores), no recém-criado Sindicato dos Técnicos de Desenho ou no Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Santarém.

Embora em outros sectores operários tenha igualmente havido mobilização em torno de listas oposicionistas, negociações de contratos, lutas e greves nas empresas, etc., por razões de vária ordem — a que não foi estranha a interferência do Governo —, não foram conquistadas as direcções dos respectivos sindicatos. Assim aconteceu, por exemplo, com os sindicatos dos operários têxteis, vidreiros, gráficos ou alguns sindicatos de metalúrgicos. Mas, de diversos outros importantes sectores operários, a mobilização foi nula ou muito fraca, como, por exemplo, no grande sector da

⁶⁸ Entrevista com Francisco Osório Gomes.

⁶⁹ Entrevista com Armando Santos.

construção civil ou na indústria cerâmica. Entre os sindicatos dos serviços também foram naturalmente muitos os que escaparam à conquista pela oposição.

Nos dois primeiros anos de Governo de Caetano, a reanimação sindical restringiu-se pois a um pequeno número (cerca de 20-30) do total de 325 sindicatos existentes, mas vários se contavam entre os mais importantes em efectivos, quotizações e meios de actuação. Por seu turno, a efectiva mobilização dos trabalhadores para assembleias, lutas, reivindicações, nem sempre resultou na conquista de direcções sindicais. Estas conquistas aconteceram com mais frequência em sindicatos de empregados administrativos e do sector dos serviços. Entre os sindicatos conquistados pela oposição nos dois primeiros anos, apenas os de metalúrgicos e de trabalhadores dos lanifícios representavam o operariado industrial. Em suma, o movimento de reanimação sindical ficava a dever muito aos trabalhadores das classes médias, designadamente à acção pioneira dos bancários.

Dirigentes e sindicalistas comunistas explicaram esta circunstância alegando a maior tolerância do regime perante os sindicatos das classes médias⁷⁰. Mas esta explicação, se encerra alguma parcela de verdade, parece mais servir de desculpa doutrinária para a evidente passividade do operariado em muitos sectores e zonas do País. Essa relativa falta de militância ou combatividade operária (excepção feita para certas lutas por melhores salários e condições de trabalho ao nível de empresa) era, aliás, frequentemente criticada pela própria imprensa comunista. Para já não referir que entre os sindicalistas comunistas que nas duas últimas décadas mais se destacaram, nomeadamente na direcção nacional do movimento, são relativamente poucos os de proveniência realmente operária.

O movimento de animação sindical de 1969-70 localizou-se predominantemente em Lisboa e no Porto. Quase não se manifestou nos sectores em que a sindicalização era proibida (função pública, agricultura). Coincidiu com uma explosão do movimento estudantil, principalmente em Lisboa e Coimbra, com o qual por vezes se articulou. O movimento estudantil, segundo alguns, teria mesmo «puxado» pelo movimento operário, servindo-lhe de exemplo no plano organizativo e nas lutas e greves. Algumas figuras do movimento estudantil passar-se-iam para o terreno sindical, quer como dirigentes, quer como consultores jurídicos ou técnicos.

Das várias tendências oposicionistas que protagonizaram o surto sindical de 1969-70 emergia já a corrente comunista, pela sua maior capacidade organizativa e presença sistemática nos pontos-chave. Os católicos — frequentemente ditos *católicos progressistas* —, então talvez mais numerosos, não formavam todavia uma tendência coerente nem estavam, enquanto tais, submetidos a qualquer tipo de coordenação. No fundo, o militante sindical não corporativista só podia servir-se da capa de *católico* ou, em último caso, intitular-se *independente*. Segundo o testemunho de vários militantes e dirigentes organizativos da época, a militância católica serviu de facto muitas vezes para dar cobertura a acções de cariz especificamente sindical e até a organizações como o CCO, que vivia sob a capa legal da Liga Operária

⁷⁰ Entrevista com F. Canais Rocha; João Vilanova, 1977/1978 — *Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1977, pp. 51-52 (entrevista com Álvaro Rana); ver também. *O PCP e a Luta Sindical*, cit., pp. 247-248.

Católica⁷¹. Como, em Portugal, as correntes políticas moderadas de centro-esquerda não puderam desenvolver-se sob o salazarismo e o caetanismo, não havia outras referências para a militância sindical legal. Sob a comum designação de *católicas* encontramos pois, nesta época, uma variedade considerável de linhas de militância sindical e política. Um consultor jurídico de várias direcções sindicais oposicionistas dessa época, Marcelo Curto (próximo, na década de 60, de sectores marxistas-leninistas, mas fundador, em 1973, do Partido Socialista), que conheceu de perto o meio «católico progressista» anterior a 1974, afirma: «Muitos católicos eram de facto profundamente marxistas, por vezes mais radicais politicamente que os próprios comunistas. Eram católicos de origem, nada mais.»⁷² Outros católicos, em compensação, sentiam-se mais próximos da «ala liberal» do caetanismo ou do projecto político embrionário da SEDES, tolerado pelo regime de Caetano. Após 1974, os *católicos* aparecerão posicionados num largo espectro político e divididos, inclusivamente, no campo sindical.

Um dos objectivos das reformas de 1969 fora, segundo J. L. Nogueira de Brito, um dos governantes de então no sector do trabalho, «reconhecer a conflitualidade na base sem fazer perigar o sistema»⁷³. O Governo tivera «fé na existência de forças sindicais corporativas», mas a animação destas fora insuficiente. Sempre segundo o mesmo antigo governante, a ofensiva oposicionista saldara-se, entre 1969 e 1970, pela «tomada dos principais sindicatos, restando apenas nas mãos de gente apoiante do regime os sindicatos profissionais e pequenos». A conflitualidade na base, supostamente controlável, aparecia afinal transfigurada em «permanente agitação política». Além disso, o Governo verificava a «exploração da contratação colectiva para fins políticos» logo nos primeiros processos importantes de negociação colectiva iniciados sob a nova legislação. A revisão do contrato colectivo do sector bancário (que resultou simultaneamente na primeira decisão arbitral), das numerosas convenções colectivas para os caixeiros de Lisboa (que proporcionaram logo seis arbitragens), dos contratos colectivos para as indústrias metalúrgicas e metalomecânicas e dos lanifícios, assim como a negociação do primeiro acordo colectivo da TAP, haviam conduzido, na óptica do Governo, a um «estado de grande agitação»⁷⁴.

Verificaram-se, da parte do Governo, tentativas no sentido de conter a vaga de conquistas de sindicatos, ora correndo em auxílio das direcções da sua confiança (que pediam socorro ao Ministério quando sentiam o lugar ameaçado), ora procurando conciliar com estas as listas da oposição, servindo-se enfim de expedientes burocráticos e medidas repressivas para travar o avanço dos oposicionistas. Mas, saldando-se tudo por um aparente insucesso, o Governo irá optar, no Outono de 1970, por iniciar um movimento de *marcha atrás* nas reformas das leis laborais, cujas consequências come-

⁷¹ Entrevistas com José Teodoro da Silva, Joaquim Calhau, Alfredo Morgado e Carlos A. Fernandes de Almeida. O CCO (Centro de Cultura Operária), criado em 1962-63 segundo o modelo de organizações católicas belgas e francesas, tinha como objectivo a formação de quadros e activistas operários para actuarem nos sindicatos, cooperativas e locais de trabalho, estando aberto a trabalhadores não católicos.

⁷² Entrevista com Francisco Marcelo Curto.

⁷³ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

⁷⁴ Id.

çavam a não ser suportadas. A isso o persuadia a própria conjuntura política interna e externa de crescente contestação à guerra em África, na sequência da audiência do papa aos líderes dos movimentos de libertação das colónias (Julho de 1970) e no início da vaga de atentados de organizações «terroristas» contra objectivos militares do continente (a partir de Outubro de 1970). A organização, também a partir de Outubro, das chamadas *reuniões intersindicais* contribuiu para lançar o alarme nas hostes do regime: semanas depois, nova legislação era publicada a pretexto de suprir «deficiências» e esclarecer «dúvidas» das leis aprovadas em 1969.

3. CONSEQUÊNCIAS DO APARECIMENTO DUM SECTOR SINDICAL OPOSICIONISTA. O LANÇAMENTO DAS REUNIÕES INTERSINDICAIS

A conquista, entre 1969 e 1970, de um grupo de importantes sindicatos pela oposição teve múltiplas consequências, algumas das quais possivelmente não previstas pelo Governo. A grande animação da vida sindical, as mudanças operadas no interior das organizações de modo a torná-las mais actuautes e a orientação política dos novos dirigentes potenciaram mutuamente os seus efeitos. A negociação colectiva, num primeiro passo retirada do regime de voluntariado patronal em que jazia, tornou-se, num segundo passo, no campo de acção privilegiado de dirigentes sem «espírito corporativo», apoiados pelas bases em assembleias gerais concorridas como nunca. Em muitos casos, nem as recentes eleições sindicais tinham conseguido atrair o número de trabalhadores que começaram a afluir às assembleias convocadas para analisar e debater o conteúdo das convenções colectivas. Os bancários de Lisboa, sempre na vanguarda, chegaram a reunir 7000 trabalhadores numa assembleia geral, em Abril de 1970, para divulgar e discutir a decisão arbitral relativa ao seu contrato colectivo.

A informação permanente dos associados em reuniões e assembleias, ou através de circulares, panfletos, jornais e revistas, tornou-se uma regra básica da actuação dos dirigentes. A participação individual de sócios na actividade quotidiana dos sindicatos aumentou extraordinariamente. Vários sindicatos criaram no seu seio estruturas de apoio especializadas (grupos de trabalho), em que os sócios mais activos prestavam o seu contributo.

Aproveitando a faculdade expressamente concedida pela nova lei sindical, as direcções sindicais começaram a nomear delegados nas empresas e localidades—e, em alguns casos, a promover a eleição nas empresas dos delegados e comissões de delegados. A lei sindical, aparentemente, não temia (ou não previa) a eventualidade de uma direcção sindical constituída por elementos oposicionistas construir toda uma rede de delegados sindicais a partir do topo, nomeando em dezenas ou centenas de empresas elementos da sua confiança. Neste capítulo, de resto, duas concepções se confrontarão no meio sindical oposicionista (e inclusive no seio do PCP). Uma tida por mais dirigista, favorável à nomeação dos delegados pela direcção do sindicato, outra mais basista, favorável à eleição dos delegados nas empresas.

Por outro lado, o PCP insistirá muito na necessidade de manter *duas frentes* na luta laboral. A acção sindical não podia dispensar a acção localizada nas empresas, «principal campo das lutas económicas dos trabajado-

res»⁷⁵. A própria estrutura dos sindicatos profissionais dificultava a acção destes em muitas empresas, nas quais só a existência de «comissões sindicais de unidade» proporcionaria a actuação conjunta dos trabalhadores — nomeadamente as greves. As comissões de unidade eram tanto mais importantes no organigrama sindical dos comunistas quanto era certo que em várias grandes empresas se constituíam, com assentimento patronal, «comissões internas» (na CUF e na Lisnave, por exemplo) ou «comissões do pessoal» (como na TAP). Para o PCP tratava-se de comissões «criadas por alguns patrões, com o fim de controlar o movimento reivindicativo», devendo os trabalhadores boicotá-las e criar ou reforçar em seu lugar as comissões sindicais de unidade⁷⁶. Enfim, as comissões sindicais, em contacto umas com as outras, poderiam, até certo ponto, constituir uma alternativa ao próprio sindicato, caso este viesse a ser dirigido por elementos de confiança do Governo. Para o PCP, aliás, na base deste organigrama estavam as células partidárias nos locais de trabalho.

As novas direcções dinamizaram sistematicamente a assistência jurídica aos seus associados — em muitos casos ainda incipiente —, recorrendo para isso à contratação de mais advogados. A acrescida iniciativa e responsabilidade das direcções na condução da negociação colectiva também motivou o recurso a economistas, tanto mais que a nova lei impunha a fundamentação económica das propostas, contrapropostas e pedidos de conciliação. A criação de estruturas técnicas de negociação nos sindicatos fez-se, inclusive, em detrimento de certas funções assistenciais dos sindicatos corporativistas. Foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, onde a nova direcção suprimiu o subsídio para aquisição de livros escolares, aplicando os 500 000 escudos anuais correspondentes na manutenção de um gabinete técnico de contratação. A direcção afirmaria que, em consequência desta aplicação da dita verba, os metalúrgicos não teriam mais «necessidade de anualmente mendigarem os magros subsídios»⁷⁷.

Os serviços do INTP continuavam a garantir um certo apoio técnico aos sindicatos durante a negociação colectiva, caso fosse solicitado, mas as direcções oposicionistas prescindiam naturalmente dele. Os técnicos e consultores em que os novos dirigentes sindicais confiavam foram recrutados exclusivamente no meio oposicionista⁷⁸ e viriam a ter um papel influente dentro dos próprios sindicatos, participando em reuniões (da direcção e outras), redigindo documentos, etc. O problema da insuficiente formação técnica dos dirigentes sindicais, tantas vezes levantado no passado pelos governantes para justificar a interferência do INTP nas relações colectivas, encontrava aqui uma primeira solução — rápida e radical. O suposto problema técnico aparecia afinal como uma questão de confiança política ou confiança *tout court*.

⁷⁵ J. Vitoriano, «Experiência de três anos de luta sindical», in *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 293.

⁷⁶ *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 247.

⁷⁷ Informação da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (19 de Outubro de 1970).

⁷⁸ Juristas e economistas que trabalharam para os sindicatos «representativos» antes de 1974: Marcelo Curto, Vítor Wengorovius, Jorge Fagundes, M. Brochado Coelho, Macaísta Malheiros, Levy Baptista, João Moura, João Amaral, José Barros Moura, Mário Pinto, Vital Moreira, J. Gomes Canotilho, Avelãs Nunes, Jorge Leite, Sérgio Ribeiro, Vítor Constâncio, Carlos Carvalhas, Pereira de Moura, Mário Valadas, Luís Moita, Luís Salgado Matos, Mário Murteira, Ferro Rodrigues, J. Félix Ribeiro, Júlio Dias.

Resta dizer que nos sindicatos em que anteriormente já havia assessores ou consultores jurídicos (e também assistentes sociais e outros técnicos de idêntico cariz), estes foram, regra geral, despedidos ou substituídos por serem considerados elementos ligados às direcções derrotadas nas eleições. Alguns havia que o próprio INTP colocara nos sindicatos, mas pagos por estes⁷⁹. Em 1969, o consultor jurídico que a nova direcção dos bancários de Lisboa encontrou no Sindicato era, simultaneamente, advogado de um banco⁸⁰.

A «abertura sindical» de 1969-70 teve como consequência inevitável o aparecimento de um conflito de representatividade entre a *organização corporativa* e o sector político-sindical constituído pelas direcções oposicionistas eleitas. A medida que sindicatos com milhares ou dezenas de milhares de sócios e quotizantes se iam passando, por via dos dirigentes eleitos, para o campo da oposição, esse conflito de representatividade ganhava mesmo expressão numérica. Utilizava-se frontalmente o termo «direcções representativas» para designar as direcções de oposições eleitas. O antagonismo não era absoluto, uma vez que, por princípio legal, todos os sindicatos se integravam na organização (se não na filosofia) corporativa. Como vimos, o monopólio representativo dos sindicatos únicos corporativos não foi verdadeiramente posto em causa pelos principais sectores oposicionistas. Mas havia outras convergências e coincidências — doutrinárias e práticas. Certas visões retrospectivas absolutizam, contudo, o elemento conflitual. Situa-se assim em 1968-69 o «fim da era corporativa» no Sindicato dos Bancários de Lisboa⁸¹, ou fala-se da «ruptura com o regime corporativo» em 1970 noutra sindicato⁸². Menospreza-se talvez aqui a duplicidade inerente ao *entrismo* oposicionista nas estruturas do corporativismo — não só nos diferentes níveis do aparelho sindical, como também, e de forma crescente com o tempo, nas comissões corporativas, nas direcções e nos conselhos-gerais das corporações e na própria Câmara Corporativa. Contudo, o elemento de conflito institucional, inicialmente apenas latente, tomará forma e agudizar-se-á com a organização das chamadas *reuniões intersindicais* a partir do Outono de 1970.

Já em 1969 apareciam referidas como «reuniões intersindicais» as tradicionais reuniões havidas entre os três sindicatos de bancários do País (Lisboa, Porto e Coimbra) para a elaboração da proposta comum de contrato colectivo para o sector⁸³. Na negociação colectiva, como em outras acções conjuntas de sindicatos (junto de certas empresas, por exemplo), era indispensável reunir os vários dirigentes interessados. A partir de 1969, essas reuniões vão naturalmente multiplicar-se, espelhando assim a reanimação da vida sindical e da negociação colectiva. Da colaboração em acções pontuais à necessidade de estabelecer formas de consulta e coordenação mais está-

⁷⁹ Entrevista com José Pinela.

⁸⁰ *Ângulo Novo*, n.º 4, p. 47 (assembleia geral de 25 de Fevereiro de 1970).

⁸¹ J. P. Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo — A História dos Bancários do Sul e Ilhas 1910/1969*, p. 374.

⁸² [João Francal], Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, *Cinquenta Anos da Vida de Um Sindicato*, 1985, p. 65.

⁸³ *Revista Ângulo Novo*, n.º 1, Julho/Agosto de 1969, p. 27. Os sindicatos dos bancários não estavam reunidos em federação, como, por exemplo, os dos seguros. A experiência de uma federação nacional fora já abandonada nos anos 40, depois de ter contado com a oposição do sindicato lisboeta.

veis, a distância parecerá curta. Mas não o era nas circunstâncias políticas concretas de 1970, quando tudo o que não estivesse previsto expressamente nas leis ainda começava por ser ilegal — e muito especialmente no caso de envolver a *coordenação* de elementos ou organizações de algum modo conotadas com a oposição.

O projecto concreto de coordenar em permanência e à escala nacional a actuação das direcções sindicais «representativas» proveio, segundo indicam documentos e testemunhos credíveis, do sector sindical comunista e área mais próxima, naturalmente em execução duma directiva partidária. É uma afirmação que ainda hoje pode suscitar polémica, sobretudo da parte dos que, não sendo comunistas, se empenharam convictamente naquele projecto e reclamam naturalmente uma parte da sua autoria. Vítor Wengorovius, ao tempo consultor jurídico de direcções sindicais oposicionistas e um dos responsáveis no seio da CDE pela acção nos sindicatos a partir de 1969, não atribui ao PCP o papel principal no lançamento das reuniões intersindicais⁸⁴. O seu grupo político, que actuava ao lado do PCP na CDE e que em 1974 dará origem a um novo partido (o Movimento da Esquerda Socialista — MES), contava com alguns importantes dirigentes e militantes sindicais⁸⁵. Segundo Wengorovius, a insistência para se criar a estrutura intersindical permanente teria provindo do seu agrupamento, e não dos comunistas. Na sua opinião, «o PCP também queria, mas mais lentamente, de modo a controlar melhor».

A prévia directiva do PCP no sentido de se realizarem reuniões intersindicais nacionais é, porém, um facto facilmente comprovável — se não bastar hoje a declaração dos próprios comunistas acerca da autoria do projecto⁸⁶. Num documento aprovado na reunião de Maio de 1970 do Comité Central do PCP e transcrito no órgão do Partido em Julho desse ano, apontava-se, entre outras «tarefas urgentes para a ampliação e reforço do movimento sindical», a realização de «encontros interdirecções» regionais e nacionais, «para tratar dos problemas sindicais». Nesse mesmo documento, admitindo-se a possibilidade de conquista de novas direcções, fala-se também de criar «um grande movimento sindical à escala de todo o país»⁸⁷.

Não era a primeira vez que o PCP de Álvaro Cunhal emitia tal directiva. A situação político-sindical de 1969-70 assemelhava-se, em vários aspectos,

⁸⁴ Entrevista com Vítor Wengorovius.

⁸⁵ Como Manuel Lopes, António Santos Júnior, António Rosas, Luís Faustino, Jerónimo Franco e outros. Este agrupamento informal, dinamizado por uma «coordenadora» de cerca de dez elementos, surgiu um pouco no prolongamento da associação Pragma (fundada em 1964 e encerrada pelo regime em 1967), em que haviam participado uma maioria de elementos provenientes de organismos da Acção Católica (LOC, JOC e JUC). A Pragma, que assumira a forma de cooperativa como modo de escapar aos condicionamentos legais do associativismo, interessou-se desde o seu início pelas eleições sindicais. Após ter sido encerrada, os seus membros continuaram a reunir-se, muitas vezes em escritórios de advogados. Nessas reuniões preparavam-se listas para eleições sindicais, organizavam-se greves, etc. Entre 1969 e 1974, este agrupamento, alargado a outros elementos, desenvolverá uma acção dirigida para três campos distintos: a actividade sindical, a luta anticolonial e o movimento estudantil. O seu posicionamento político fazia-se bastante em função das posições do PCP, procurando geralmente «dobrá-las pela esquerda» (entrevista com Vítor Wengorovius).

⁸⁶ Entrevista com José Luís Judas.

⁸⁷ *O PCP e a Luta Sindical*, cit., pp. 249-250. O documento intitula-se «Alarga-se e organiza-se a luta reivindicativa operária. O movimento sindical em marcha».

tos, à de 1945-46, quando os sectores oposicionistas conquistaram posições em algumas dezenas de direcções sindicais. No final da segunda guerra mundial também se tinha gerado em Portugal — embora por razões de fundo muito distintas das de 1968-69 — uma grande expectativa de mudança política, se não mesmo de fim de regime. Exceptuados o português e o espanhol, verificara-se então a queda de todos os regimes autoritário-corporativos europeus. Nesse quadro político, que levou Salazar a reivindicar para o seu regime a qualificação de «democracia orgânica»⁸⁸, o regime consentiria, mau grado, bom grado, uma certa presença — aliás não duradoura — de elementos oposicionistas nas direcções sindicais então eleitas. Por essa altura, o PCP clandestino, numa resolução de 1945 do seu Bureau Político e, depois, no Congresso de 1946, fixaria o objectivo de unificação e coordenação das «direcções honradas» eleitas, com vista à «constituição, mesmo nas condições do fascismo, duma nova central sindical»⁸⁹. O PCP considerava essa tarefa tanto mais oportuna, quanto o desaparecimento das «velhas centrais» sob a ditadura de Salazar era um facto consumado⁹⁰. Na verdade, nada restava da CIS (Comissão Intersindical), de orientação comunista, autodissolvida nos anos 30, e da CGT (anarco-sindicalista) pouco mais sobrava que um punhado de militantes sem sindicatos. A central que no PCP se projectava em 1945 e 1946 devia, pois, unificar todo o movimento sindical, acabando com as antigas divisões e imprimindo-lhe «uma só orientação»⁹¹. A sua criação permitiria também a representação dos sindicatos portugueses — dos existentes, bem entendido — em «futuras conferências sindicais internacionais»⁹². Para atingir esse fim, o PCP considerava indispensáveis certas tarefas prévias: a realização de reuniões preparatórias só com dirigentes sindicais comunistas e, seguidamente, de conferências sindicais alargadas a todas as «direcções honradas». Enfim, a criação de organismos de coordenação regional e um nacional⁹³. Mas os dirigentes comunistas reconheciam em 1946 que o seu Partido falhara já no ano anterior a realização dessas tarefas. Finalmente, em 1947, o PCP considerava já não existirem as condições indispensáveis para a constituição da central, por alegada falta de «unidade das várias tendências do movimento operário no terreno sindical»⁹⁴. Na realidade, o surto sindical oposicionista encontrava-se então já em refluxo, deparando-se-lhe as novas restrições e crescentes dificuldades impostas pelo Governo de Salazar.

⁸⁸ Veja-se a este respeito M. Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, 1986, p. 42.

⁸⁹ «Resoluções do II Congresso Ilegal do PCP» (1946), in *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 83.

⁹⁰ «Relatório do CC ao II Congresso Ilegal do PCP» (1946), relator José Gregório, in *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 77.

⁹¹ *Id.*, *ibid.*

⁹² *Id.*, *ibid.*

⁹³ «Informe de Organização ao II Congresso Ilegal do PCP» (1946), relator Álvaro Cunhal, in *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 53. O objectivo «mais amplo» das ditas tarefas seria, segundo Cunhal, a «constituição dum forte movimento sindical unificado à escala nacional» (quase a mesma formulação da directiva relançada em 1970), por outras palavras, «a edificação em Portugal duma verdadeira central sindical» (*op. cit.*, *loc. cit.*).

⁹⁴ «Relatório ao CC» (Junho de 1947), relator Manuel Rodrigues da Silva, in *O PCP e a Luta Sindical*, cit., p. 105.

A ideia de uma central sindical desaparecerá até 1970, momento em que a referida analogia de situações relança no seio do PCP os projectos com vista à sua criação. As condições políticas e sociais pareciam agora mais favoráveis do que em 1945, embora parte dos obstáculos se mantivessem. Se, por prudência, o objectivo de criação da central não foi em 1970 publicamente divulgado (como de resto em 1945 também não fora), o programa traçado para o alcançar e tornado público sob a forma da directiva citada era perfeitamente claro e muito similar ao de período do pós-guerra. Desta vez, todavia, será executado com algum êxito a curto termo e pleno sucesso a prazo.

A 28 de Setembro de 1970, cinco direcções sindicais reunidas em Lisboa, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, decidem convocar uma primeira *reunião intersindical* para o dia 11 de Outubro seguinte. Dirigem o seu convite a 19 sindicatos de todo o país, que enumeram em lista anexa. A convocatória é emitida apenas em nome de quatro dos cinco sindicatos — bancários, pessoal dos lanifícios, caixeiros e metalúrgicos, todos do distrito de Lisboa⁹⁵. Havia já algum tempo que dirigentes desses cinco sindicatos vinham efectuando reuniões preparatórias, as primeiras das quais se tinham realizado no Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica⁹⁶. Segundo José Pinela, então dirigente dos caixeiros de Lisboa e um dos maiores impulsionadores do movimento sindical daquele período, as reuniões começaram por ser bilaterais, tornando-se depois multilaterais com a participação dos cinco sindicatos já referidos. Desde o início que nestas reuniões se começou a discutir a possibilidade de se criar uma estrutura intersindical permanente, abarcando todas as direcções ditas «representativas». A ideia, sempre segundo José Pinela, fora proposta por «um punhado de sindicalistas com experiência política» e consistia, num primeiro passo, em avançar para a criação de uma «estrutura semilegal», isto é, aonde «não iria quem queria, mas quem fosse convidado»⁹⁷.

A regra-chave observada no lançamento das reuniões intersindicais foi a tentativa de preservação da legalidade formal, a actuação a céu aberto, a afirmação de uma representatividade adquirida legitimamente. Nos contactos entre os sindicatos cumpriram-se as formalidades, a redução a escrito, a correspondência oficial arquivada. Desde a primeira convocatória que aparece designada uma «comissão organizadora» das reuniões — composta por elementos dos quatro sindicatos signatários iniciais —, mas todos os documentos, inclusive esse primeiro, serão emitidos em nome dos diversos sindicatos, em conjunto ou rotativamente. A intenção era a de não fornecer quaisquer pretextos às autoridades para actuarem em defesa da legalidade. Sob Marcelo Caetano, o Ministério das Corporações mantinha em funcionamento a IOC (Inspecção dos Organismos Corporativos), que em qualquer momento podia ser enviada à sede de um sindicato examinar os seus livros de actas e contabilidade, a sua correspondência ou fazer os interrogatórios julgados convenientes.

⁹⁵ A convocatória exhibe a data de 1 de Outubro de 1970, mas a reunião teve realmente lugar a 28 de Setembro. Sabe-se que na reunião participaram também um ou dois delegados de propaganda médica — não dirigentes — em representação do respectivo sindicato (entrevista com José Pinela).

⁹⁶ A pretexto de discutir questões relacionadas com o primeiro contrato colectivo para esses profissionais, cujas negociações decorriam então (entrevista com José Pinela.)

⁹⁷ Entrevista com José Pinela.

A primeira *reunião intersindical* realizou-se, como previsto — e sem polícia —, a 11 de Outubro de 1970, na sede do Sindicato dos Bancários de Lisboa, comparecendo os representantes de 14 dos 19 sindicatos convidados⁹⁸. Jornais e rádio noticiaram o acontecimento. O Governo parecia na expectativa: fazendo alguma «vista grossa» sobre as primeiras reuniões intersindicais, o responsável pelo sector do trabalho, J. Silva Pinto, tê-las-ia estimulado⁹⁹. A ordem dos trabalhos da reunião, sugerida na convocatória, compreendia a discussão de vários aspectos do regime de contratação colectiva, da legislação sobre horário de trabalho que o Governo preparava, bem como de questões relativas à liberdade de reunião dos sindicatos e à censura das respectivas publicações. Mas o ponto relativo à liberdade de reunião sindical foi o único retido, em virtude da proibição pelas autoridades de uma assembleia geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa convocada para o dia anterior (10 de Outubro) e que, por essa razão, se não efectuou. As autoridades concediam assim às reuniões intersindicais a oportunidade de um começo menos apagado, que não será desperdiçada.

Outras reuniões e assembleias sindicais tinham já sido, nos meses anteriores, objecto de proibição ou de medidas impeditivas pelas autoridades (trabalhadores dos lanifícios e caixeiros de Lisboa). A proibição da assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa, dadas as sequelas que teve, marcou todavia o início da rápida deterioração das frágeis relações entre o Governo e os sindicatos de direcção oposicionista. Os dirigentes dos metalúrgicos de Lisboa, eleitos apenas alguns meses antes, haviam-se destacado já pelo radicalismo das suas posições, pela intenção de se tornarem realmente incómodos no uso dos seus direitos e pelo inusitado tom de confrontação que utilizavam nos comunicados, circulares e convocatórias. O contraste era aliás notório na comparação com a actuação dos dirigentes metalúrgicos do Porto e Braga, também oposicionistas¹⁰⁰. A situação era de molde a assustar o Governo — preocupado com a alta dos custos salariais reais e seus reflexos na evolução da inflação — no início do processo de revisão do contrato colectivo para a indústria metalúrgica e metalomecânica. Desde o primeiro comunicado da nova direcção, em Agosto de 1970, que o Ministério das Corporações pusera a IOC a fazer interrogatórios e pesquisas na sede do sindicato. Após várias ameaças seguiu-se a proibição da assembleia geral e, por fim, a acção de destituição, com imediata suspensão, dos três principais dirigentes, em 12 de Novembro de 1970. O Ministério das Corporações justificará a sua acção contra os dirigentes dos metalúrgicos alegando a sua «mentalidade classista» e «revolucionária», a «ausência de espírito de colaboração com a Administração Pública» e, em particular, a «criação ilegal» de *comissões sindicais* eleitas nos locais de trabalho. O «estilo panfletário» dos comunicados era também apontado. No processo de destituição surgiria ainda uma

⁹⁸ Dos 13 sindicatos que estiveram representados até final da reunião (e aprovaram os respectivos documentos), 9 eram de trabalhadores de comércio, serviços e escritórios e 4 de trabalhadores das indústrias metalúrgicas e de lanifícios; quanto à sua sede, 7 eram de Lisboa, 3 do Porto e 3 de outras localidades.

⁹⁹ Entrevista com José Luís Judas.

¹⁰⁰ No mesmo dia 10 de Outubro em que a assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa não pôde ter lugar, os metalúrgicos do Porto e os de Braga puderam realizar normalmente as suas. O objectivo das três assembleias era a discussão da proposta de CCT para o sector metalúrgico e metalomecânico.

menção ao facto de a direcção ter suprimido o subsídio para a aquisição de livros e em seu lugar ter criado um gabinete técnico para a contratação colectiva¹⁰¹.

Quando, em fins de Outubro de 1970, o Ministério das Corporações decidiu actuar contra os dirigentes esquerdistas dos metalúrgicos, armou-se previamente com nova legislação para obter a sua suspensão preventiva sem depender da apreciação que — nos termos da recente lei sindical — o tribunal pudesse fazer dos fundamentos invocados para tal decisão¹⁰². Isto configurava um recuo nítido na reforma sindical do ano anterior. Um ponto fulcral da lei sindical de 1969 era, pois, alterado antes de ter sido aplicado uma só vez. Em termos práticos, significava um quase retorno ao poder de destituição de dirigentes sindicais pelo ministro das Corporações e à imediata substituição daqueles por comissões administrativas. Com manobras dilatórias burocráticas e judiciais ajudando, estas comissões administrativas poderiam ser mantidas no lugar indefinidamente. De facto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa só voltaria a ter uma direcção eleita pelos trabalhadores a 5 de Janeiro de 1974, três anos e um mês depois da suspensão da anterior.

Por essa mesma altura (Outubro de 1970) tinha o Governo introduzido diversas alterações também à recente lei da negociação colectiva¹⁰³. Entre outras novidades, a nomeação do presidente das comissões de arbitragem passou para a competência do ministro das Corporações, com o intuito de melhor fazer prevalecer o «interesse geral» e garantir o «nível técnico» das decisões arbitrais a emitir futuramente. O INTP (entidade fundada no interior do Ministério das Corporações) ficava igualmente habilitado a devolver à procedência, *para correcção*, os textos das convenções colectivas ou decisões arbitrais que o ministro recusasse homologar, com a indicação do que deveria ser *corrigido*. Também estas duas alterações à lei da negociação colectiva, e que de imediato o Governo começou a utilizar, representavam um claro recuo no caminho das reformas. Surgiam as alterações na sequência da decisão arbitral para o sector bancário (Abril de 1970) e do *impasse* a que haviam chegado as arbitragens de seis convenções colectivas para os caixeiros de Lisboa, com a recusa do ministro em homologar a semana inglesa concedida (em Agosto de 1970) pelas respectivas comissões arbitrais. O patronato mostrava-se claramente insatisfeito com as decisões dos árbitros-presidentes escolhidos pelos árbitros das partes. Segundo J. L. Nogueira de Brito, «os bancos ficaram com a ideia de terem completamente perdido o controlo da situação, pois viam à partida um inimigo no Prof. Teixeira Ribeiro» (o árbitro-presidente na arbitragem do sector bancário)¹⁰⁴. A decisão arbitral foi contudo homologada pelo Ministério. No comércio retalhista,

¹⁰¹ «Esclarecimento» do Ministério das Corporações e Previdência Social, in *Diário de Notícias* de 14 de Novembro de 1970. Todas as peças do processo dos metalúrgicos, bem como vários documentos com ele relacionados, foram compilados e publicados pelos advogados do Sindicato, Marcelo Curto e Vítor Wengorovius, em *Uma Questão Sindical — O Processo dos Metalúrgicos de Lisboa*, [1971].

¹⁰² O Decreto-Lei n.º 502/70, de 26 de Outubro, praticamente subtraía ao tribunal e entregava à IOC (um departamento do Ministério das Corporações) o poder de decisão sobre a eventual suspensão dos dirigentes sindicais até final do respectivo processo de destituição, quando a suspensão fosse solicitada pelo INTP (que é o mesmo que dizer o Ministério das Corporações).

¹⁰³ Decreto-Lei n.º 492/70, de 22 de Outubro, que altera o Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de Agosto de 1969.

¹⁰⁴ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

uma parte do patronato considerava a semana inglesa uma concessão catastrófica. O secretário de Estado Silva Pinto cederia às suas pressões, não homologando as decisões arbitrais e devolvendo-as depois para correcção às respectivas comissões arbitrais. O assunto não ficaria por ali, como se verá. A arbitragem — a suposta grande inovação da negociação colectiva sob Caetano, o mecanismo civilizado em que o regime escudava a sua argumentação para manter a proibição da greve — não parecia ter futuro senão sob a figura tutelar do ministro das Corporações.

Entre Outubro e Novembro de 1970, pelo conjunto de razões expostas e por razões também de política geral, a *abertura* sindical entrou em crise e começou a transformar-se em *fecho*. No Outono de 1970 operou-se na política global de Marcelo Caetano uma inflexão que Francisco Sá Carneiro designou (em 1972) como «o abandono da liberalização e da democratização». Sá Carneiro referia-se concretamente à proposta governamental de alteração da Constituição, apresentada no início de Dezembro de 1970, que «veio confirmar que o Governo não tencionava efectuar modificações substanciais»¹⁰⁵. Mas, no campo laboral, o *fecho* também teve uma lógica própria. O regime teria recuado aí «por falta de previsão das consequências da abertura», afirma J. L. Nogueira de Brito, ao tempo subsecretário de Estado do Trabalho e algo crítico em relação à política de Silva Pinto¹⁰⁶. Segundo Nogueira de Brito, «o mundo empresarial suportou muito mal a abertura do regime no campo laboral». O próprio sector económico do Governo, alertado com a repercussão do aumento dos custos salariais no nível dos preços, havia começado a pôr o travão ao Ministério das Corporações¹⁰⁷.

É nesse período de crise da «abertura» que surgem em campo as *reuniões intersindicais*, que serão factor do seu agudizamento subsequente. A principal função das reuniões, dadas as circunstâncias, vai ser a contestação do *fecho*. Assim, na primeira reunião são aprovados documentos de protesto contra as restrições à liberdade de reunião sindical, nomeadamente a autorização prévia pelo Governo Civil das assembleias realizadas fora das sedes dos sindicatos, a proibição na véspera da assembleia geral dos metalúrgicos de Lisboa e as dificuldades criadas aos sindicatos na obtenção de locais amplos de reunião. Na segunda reunião (25 de Outubro de 1970) protestou-se contra a alteração da lei de negociação colectiva, as restrições à liberdade de reunião e a censura prévia dos anúncios, comunicados e convocatórias sindicais que o Governo acabara de impor. Na terceira (15 de Novembro) protestou-se contra a suspensão dos dirigentes metalúrgicos de Lisboa, verificada na véspera, a alteração da lei sindical no referente à suspensão preventiva dos dirigentes e, enfim, a proibição de mais uma assembleia sindical¹⁰⁸. Os documentos de protesto aprovados nas reuniões, segundo foi decidido, eram inicialmente enviados a todos os sindicatos do País, com pedido de apoio e de difusão entre os respectivos associados. Era uma maneira de clarificar as posições dos dirigentes, dividindo-os entre apoiantes e não apoiantes.

¹⁰⁵ Entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Diário de Lisboa* em 25 de Julho de 1972. O texto da entrevista foi «totalmente censurado», mas o seu original está reproduzido em F. Sá Carneiro, *Textos*, 1.º vol. (1969-73), EPSD, pp. 29-48.

¹⁰⁶ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

¹⁰⁷ Id.

¹⁰⁸ Actas das reuniões intersindicais (fotocópias, arquivo do projecto).

Em geral, estes protestos tomavam a forma de exposições e telegramas ao primeiro-ministro, Marcelo Caetano, e aos ministros das Corporações, Justiça, Interior, etc. Após cada reunião faziam-se comunicados também para a imprensa — a qual, até finais de 1970, pôde dar larga cobertura aos acontecimentos laborais. Na reunião intersindical de 15 de Novembro de 1970 decidiu-se também dar conhecimento directo das exposições aprovadas «a alguns deputados» — alusão aos elementos da chamada ala liberal da Assembleia Nacional eleita em Outubro do ano anterior¹⁰⁹. Os dirigentes dos quatro sindicatos signatários da primeira convocatória já se tinham antes encontrado com os deputados *liberais* Francisco P. Balsemão e Francisco Sá Carneiro¹¹⁰. Este contacto prolongar-se-á, a 17 de Dezembro de 1970, numa reunião entre os deputados Sá Carneiro e Alarcão e Silva e onze representantes das «reuniões intersindicais»¹¹¹. No dia anterior, a *ala liberal* apresentara na Assembleia Nacional um projecto de alteração da Constituição. Sobre a boa receptividade e o apoio que os deputados da *ala liberal* testemunharam às reuniões intersindicais não deixava dúvidas a Sá Carneiro quando, em 1972, afirmava que «os trabalhadores [...] só através duma acção sindical unida e disciplinada, designadamente pelas *intersindicais*, é que teriam um meio de se fazerem ouvir»¹¹².

Os textos aprovados nas reuniões e enviados ao Governo sob a forma de exposições ou telegramas nada tinham da timidez e subserviência das petições corporativistas. Referiam sempre os «protestos enérgicos» ou «veementes» dos sindicatos signatários. Estes exigiam ser ouvidos previamente pelos governantes em matéria de legislação laboral, declarando que, como sindicatos, representavam os «direitos [dos] trabalhadores, maioria [da] população nacional»¹¹³.

Apenas uma única vez os dirigentes «intersindicais» foram recebidos em conjunto pelos responsáveis do Ministério das Corporações. Foi em 19 de Outubro de 1970, uma semana após a primeira reunião intersindical, tendo a audiência sido pedida para protestar contra a proibição da assembleia dos metalúrgicos. O ministro Baltazar Rebelo de Sousa, acompanhado do secretário de Estado J. Silva Pinto e do subsecretário J. L. Nogueira de Brito, recebeu os presidentes das direcções dos 13 sindicatos representados na primeira reunião intersindical. Os governantes advertiram os sindicalistas de que a sua actividade devia manter-se politicamente neutral e «não podia exceder os limites da acção sindical admitida pelo Governo». Deixavam também claro o propósito de actuarem com toda a firmeza caso aquela advertência não fosse acatada¹¹⁴. Até Abril de 1974 não haveria mais audiências conjuntas, embora várias delegações saídas das «intersindicais» tivessem procurado ser recebidas pelo primeiro-ministro e pelos responsáveis do sector do trabalho. Os governantes não se furtavam porém a receber os dirigentes sindicais oposicionistas individualmente, bem pelo contrário. O secretário de Estado Silva Pinto mostraria mesmo «vontade de seguir demasiado de

¹⁰⁹ Acta da reunião intersindical de 15 de Novembro de 1970.

¹¹⁰ Entrevista com José Pinela.

¹¹¹ Entrevista com Dulcínio Caiano Pereira.

¹¹² F. Sá Carneiro, *Textos*, 1.º vol., p. 34.

¹¹³ Telegrama ao ministro das Corporações (25 de Outubro de 1970) em Circular informativa n.º 18 do Sindicato dos Bancários de Lisboa.

¹¹⁴ Acta da reunião intersindical de 25 de Outubro de 1970 e entrevista com José Pinela.

perto a acção dos sindicatos», segundo José Pinela. «Queria ter-nos lá todas as semanas» — refere este antigo líder dos caixeiros de Lisboa¹¹⁵.

De início, o Governo não hostilizou frontalmente as reuniões intersindicais. Para isso teria bastado proibi-las logo — atitude que talvez nem tivesse surpreendido muito, no ambiente político que ainda se vivia em Portugal. Mas, se não as proibiram logo, os governantes também se abstiveram cuidadosamente de todos os passos que pudessem ser interpretados como um reconhecimento tácito da entidade colectiva ou da representatividade emanadas daquelas reuniões. Difícilmente poderia o Governo de Caetano ter procedido doutro modo, pois isso teria equivalido à desautorização das restantes cerca de 300 direcções sindicais, em geral da sua confiança, que não queria perder. De facto, os documentos aprovados nas reuniões intersindicais, embora redigidos em nome dos sindicatos signatários, deixavam transparecer a pretensão ao exclusivo da representação dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, como vimos, a participação nas reuniões intersindicais fora desde o início restringida aos organismos convidados — e esse critério foi confirmado na terceira reunião sindical¹¹⁶. Ora havia direcções que pretendiam participar nas reuniões e não eram convidadas¹¹⁷, chegando mesmo a aparecer uma proposta, que foi ignorada, para a realização de «uma reunião de todos os sindicatos»¹¹⁸. Algumas direcções, tendo recebido os documentos aprovados nas reuniões intersindicais, apressavam-se a declarar-se insolidárias com eles ou solidárias com o Governo¹¹⁹, enquanto outras, pelo contrário, comunicavam o seu acordo com as posições tomadas. Certos sindicatos condicionavam a sua participação a uma reorganização das reuniões ou à apreciação antecipada dos assuntos a tratar nelas, de modo a poderem dar instruções aos seus representantes¹²⁰.

Uma importante característica das reuniões intersindicais foi a unidade patenteada pelos dirigentes de várias tendências que nelas participaram. A comum oposição ao regime sobrepunha-se, por regra, às eventuais divergências políticas e doutrinárias. O unitarismo político oposicionista predominava, após décadas de bipolarização com o regime salazarista, moldando fortemente o comportamento sindical. Os comunistas procuraram desde o início garantir e reforçar essa orientação unitária, que a seus olhos era de vital importância. Evidentemente, o pluralismo limitado resultante do critério de acesso às reuniões intersindicais também contribuía para assegurar *a priori* essa unidade, embora pudesse servir de pretexto para tal limitação a alegada falta de representatividade e autenticidade das direcções não convidadas. Aqui é preciso notar que alguns dirigentes *a priori* considerados representativos deixaram de participar nas reuniões intersindicais por não concordarem com o que lá viam e ouviam ou por recearem eventuais consequências dessa participação. É também difícil estabelecer até que ponto

¹¹⁵ Entrevista com José Pinela.

¹¹⁶ Acta da reunião intersindical de 15 de Novembro de 1970.

¹¹⁷ Foi o caso do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa (ofício de 20 de Outubro de 1970).

¹¹⁸ Ofício de 23 de Novembro de 1970 do Sindicato da Construção Civil de Santarém, citado na acta da reunião intersindical de 13 de Dezembro de 1970.

¹¹⁹ Ofício de 22 de Outubro de 1970 do Sindicato da Construção Civil de Viana do Castelo. Idêntica posição assumiu o Sindicato dos Têxteis de Braga (acta da reunião intersindical de 25 de Outubro de 1970).

¹²⁰ Acta da reunião intersindical de 13 de Dezembro de 1970.

os representantes dos vários sindicatos reflectiam nas reuniões as posições dos respectivos órgãos colegiais, para já não falar da opinião das suas massas associativas.

Mantendo boa parte da organização sindical na sua dependência a pretexto de a conservar politicamente neutral, o regime de Caetano não conseguiu promover nesse espaço a formação duma nova classe de dirigentes, legítimos e prestigiados, antes a terá impedido. Por contraste, reforçou a audiência das correntes mais à esquerda, contribuindo assim para a redução do leque político de tendências sindicais. Nestas condições, a dialéctica principal gerada no seio das reuniões intersindicais polarizava-se entre as posições relativamente mais prudentes e ponderadas assumidas em geral pelos militantes comunistas (então não identificados como tais) e as posições mais frontais e impacientes da esquerda revolucionária, católicos esquerdistas, etc.

O aumento da representatividade das reuniões intersindicais era, em Dezembro de 1970, um objectivo prioritário para alguns dos seus líderes, apostados em alargar a participação a «umas dezenas de sindicatos»¹²¹. Este objectivo quantitativo não será atingido, pelo menos em relação a presenças regulares nas reuniões. Com efeito, o maior número de sindicatos participantes com direito de voto numa reunião intersindical não ultrapassou os 23 (15 de Novembro de 1970), embora certos documentos tenham recolhido mais assinaturas. Até Junho de 1971, porém, o número de sindicatos convidados ainda aumentou, com a conquista de mais direcções sindicais para a área opositorista (Sindicatos dos Técnicos e Operários da Indústria Química de Lisboa, das Telecomunicações e Radiodifusão, dos Electricistas do Porto, dos Estivadores do Porto, dos Protésicos Dentários, etc.).

Entre Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971, as actas das três reuniões intersindicais realizadas declaram a sua própria representatividade em número de trabalhadores «abrangidos» pelos sindicatos participantes: 172 000, outra vez 172 000 e 190 000. Depois, por razões desconhecidas, deixaram de registar este número. Ele punha, com efeito, vários problemas de difícil solução. Por um lado, incluía os contribuintes (não sócios) dos sindicatos, o que podia parecer um abuso pouco democrático. Por outro, podia sugerir que os restantes sindicatos, considerados não representativos, «abrangiam» afinal a grande maioria dos trabalhadores (o total de quotizantes de todos os sindicatos era 1 450 000 no fim de 1970). Ora os sindicatos participantes nas reuniões intersindicais queriam, duma forma que com o tempo se foi tornando mais explícita, impor o seu reconhecimento, se não oficialmente, pelo menos de facto, como *organizações mais representativas dos trabalhadores*. Enfim, a quantificação dos trabalhadores representados levantava ainda o problema dos sindicatos com direcções suspensas (caso dos metalúrgicos de Lisboa), que, por esse motivo, não eram dados como participantes nas reuniões.

4. DA QUASE LEGALIDADE À QUASE CLANDESTINIDADE. A PROIBIÇÃO DA «INTERSINDICAL»

As reuniões intersindicais, iniciadas no Outono de 1970 perante a tolerância crispada do Governo, terminarão a primeira fase da sua existência

¹²¹ Acta da reunião intersindical de 13 de Dezembro de 1970.

— a fase de *quase legalidade* — em 26 de Julho de 1971. Nesta data, e após duas recentes reuniões intersindicais terem sido impedidas de se realizar pela polícia, um ofício do secretário de Estado Joaquim Silva Pinto proibi-las-á formalmente¹²². Seguir-se-á, até 25 de Abril de 1974, uma fase de *quase clandestinidade*, com características distintas. Vejamos, por agora, como chegou o Governo à proibição da *Intersindical* — nome que então já se dava às reuniões intersindicais e que estas adoptariam em documentos aprovados a 13 de Junho e 5 de Julho de 1971.

No final de 1970 e decurso do 1.º semestre de 1971, várias circunstâncias se conjugam no sentido de proporcionar a gradual subida de tom do movimento sindical de oposição. No plano político verifica-se a crescente contestação ao regime por parte de forças de esquerda (nomeadamente sob a forma violenta, com atentados aparatosos a objectivos militares) e o definitivo distanciamento da «ala liberal» em relação ao Governo de Caetano, por desacordo quanto à revisão da Constituição e outras leis. Por um momento, Marcelo Caetano receia isolar-se, em face das manifestações de descontentamento dos sectores mais à direita, igualmente a propósito da revisão constitucional. Desapoiado pelos partidários de uma liberalização consequente, cujo grupo minoritário de deputados se isolara na Assembleia Nacional, Caetano vira-se para os meios mais conservadores do regime¹²³.

No plano sindical, a representatividade angariada pelas correntes de oposição em eleições relativamente concorridas deparavam-se, na prática, medidas crescentemente frustradoras do seu exercício efectivo. A força de que os dirigentes se sentiam investidos, a legitimidade do voto, não impressionava notoriamente a esfera governamental. Além de actuarem sob a ameaça de suspensão preventiva — ensaiada, para aviso dos restantes, no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa —, os dirigentes sindicais eram com frequência impedidos de reunir livremente com a massa associativa, condicionados na comunicação com ela pela acção da Censura, ostensivamente vigiados e intimidados pela polícia. A negociação colectiva revelava-lhes a sua impotência. Nas arbitragens, os sindicalistas sentiam-se defraudados pelo poder discricionário do ministro das Corporações. Ora nos contratos estavam muitas vezes em jogo os programas e reivindicações em torno dos quais os trabalhadores se tinham mobilizado para a eleição das direcções (por exemplo, a *semana inglesa* entre os caixeiros de Lisboa). Como dirigentes que se consideravam representativos, sentiam a obrigação de prestar contas e cumprir o seu mandato. Nas tentativas de conciliação, os dirigentes sindicais achavam-se igualmente prejudicados pela actuação das corporações, organismos de vocação paritária, mas onde os representantes patronais preponderavam realmente. Ciente desse facto, o Governo, em 1970, não se coibiu de conceder às corporações a competência exclusiva para a tentativa de conciliação. A organização corporativa e, em especial, o órgão de soberania em que ela se encontrava representada, a Câmara Corporativa, eram, na realidade, alheias ao conceito democrático e equitativo de representatividade em que os dirigentes sindicais oposicionistas acreditavam e no qual fundavam, aliás, a sua própria legitimidade. Ora, se, na prática do regime, a representatividade de critério democrático era assim depreciada, obviamente também não

¹²² Ofício n.º 2675/SE/71, de 26 de Julho de 1971 (fotocópia, arquivo do projecto).

¹²³ Marcelo Caetano, *Depoimento*, pp. 65-66.

era cumulável por associação. Daí a derradeira frustração dos sindicatos participantes nas intersindicais: o Governo não lhes reconhecia em conjunto mais representatividade do que a cada um separadamente.

No plano social e económico, enfim, a escalada dos preços em situação próxima do pleno emprego (devido sobretudo à emigração maciça) sustentava a crescente disponibilidade reivindicativa dos trabalhadores, contribuindo para manter, desde 1969, a um nível bastante alto — relativamente a todo o período do pós-guerra em Portugal — a frequência das lutas salariais e das greves.

O debate sobre toda esta situação nas reuniões intersindicais trouxe à superfície algumas divergências a respeito da atitude conjunta a adoptar. A reunião de 13 de Dezembro de 1970 evidenciou as clivagens existentes, em matéria de estratégia política e sindical, entre o sector «realista» (composto por militantes do PCP e elementos moderados) e o sector esquerdista ou «utópico»¹²⁴. Imediatamente após a suspensão dos três dirigentes metalúrgicos esquerdistas de Lisboa havia surgido numa reunião intersindical para discussão um documento, oriundo do sector esquerdista, intitulado «Posição dos sindicatos quanto ao que entendem necessário conseguir para uma acção sindical autónoma e eficaz»¹²⁵. O texto retomava quase ponto por ponto as recomendações que a OIT fizera em 1970 ao Governo Português, após o exame do Comité de Liberdade Sindical às alterações introduzidas pelas reformas laborais de 1969.

Entre os «princípios básicos» que, segundo o documento, constituíam objectivos a atingir incluíam-se: 1) «livre associação em sindicatos profissionais ou de actividade, sem limitações quanto à existência de *mais de uma associação* para a mesma classe profissional ou ramo de actividade»; 3) «total autonomia quanto à constituição e alteração de estatutos dos sindicatos, federações e confederações»; 7) «supressão completa e absoluta da quotização obrigatória», para «assegurar a completa autonomia sindical, no sentido de os trabalhadores poderem decidir qual a organização sindical que lhes convém»; 8) «supressão da homologação ministerial das convenções colectivas»; 9) «livre inscrição dos sindicatos, suas federações ou confederações em organismos internacionais de trabalhadores (FSM, CISL, etc)»; 10) «o direito à greve [...] devidamente regulamentada», embora as restrições não devam ser «de molde a que na prática impedissem o exercício do direito» (sUBLINHADOS MEUS).

A apreciação do documento «Posição dos sindicatos [...]» teve lugar a 13 de Dezembro de 1970 e deu origem a um vivo debate que a acta da reunião intersindical, excepcionalmente, registou com algum detalhe e realismo. As opiniões dos intervenientes foram-se dividindo nitidamente entre, por um lado, os que aprovavam o documento, chegando a considerá-lo o mais importante até então admitido naquelas reuniões, e, por outro lado, os que o qualificavam de inoportuno, prematuro, ambíguo, distanciado das massas, provocatório, etc. Reconhece-se facilmente nos segundos a posição «moderada» dos comunistas. Contestando assim a oportunidade do documento e negando-

¹²⁴ Retoma-se aqui, entre aspas, a designação dada por José Luis Judas (em entrevista) às duas principais linhas que se demarcavam nas reuniões intersindicais.

¹²⁵ Redigido por um grupo de sindicalistas e consultores sindicais da linha esquerdista da CDE, ligados nomeadamente ao Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, que era dirigido por Manuel Lopes.

-se a discuti-lo ponto por ponto, os comunistas (sobretudo pela voz dos seus militantes da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa) centraram as suas críticas sobre a reivindicação do direito de greve, que lhes parecia perigosa, porque anticonstitucional. Na sua opinião, o Governo poderia aproveitar esse pretexto para proibir as reuniões intersindicais e legitimar a repressão. Ora a *representatividade* das reuniões intersindicais não seria ainda suficiente para lhes servir de escudo protector contra o Governo. Os comunistas sublinhavam ainda a grande importância do «comportamento unitário sindical» naquela «fase inicial das reuniões», que interessava manter. Por fim, a «Posição dos sindicatos [...]» seria habilmente afastada da discussão e, em seu lugar, aprovada uma proposta para a elaboração de novo documento sobre direitos sindicais, com referência às recomendações da OIT, mas redigido por outro grupo¹²⁶.

Só meses depois, na reunião de 21 de Março de 1971, foi aprovado o novo documento, referenciado como «Programa básico dos sindicatos» e redigido sob a forma de exposição ao primeiro-ministro. Tendo Marcelo Caetano recusado conceder a audiência pedida pelos presidentes dos 21 sindicatos signatários, o documento foi-lhe enviado pelo correio¹²⁷. O texto começava por referir que as reformas laborais de 1969 haviam sido efectuadas sem a consulta dos «principais interessados — os trabalhadores», uma vez que os sindicatos representados na Câmara Corporativa não teriam «qualquer representatividade dos trabalhadores». Seguiam-se as críticas ao «nítido retrocesso» entretanto verificado na senda das reformas iniciadas em 1969, em lugar da sua prevista continuação. Por fim, os sindicatos signatários declaravam aderir ao conteúdo dos relatórios da OIT sobre Portugal e, de acordo com eles, reivindicavam uma série de princípios relacionados com os direitos sindicais.

Cotejando nesta parte essencial a «Posição dos sindicatos [...]» e o «Programa básico dos sindicatos», verifica-se que o segundo apenas difere do primeiro por terem desaparecido certas referências concretas, que nem sequer tinham sido abordadas na discussão. Examinando as referências amputadas, concluímos, sem grande dificuldade, que elas desagradavam aos comunistas menos por uma questão de oportunidade do que por divergências quanto ao fundo. Assim, o segundo documento omite a referência à *possibilidade de pluralismo* (ou seja, à possibilidade de existência de mais de uma associação sindical para a mesma classe profissional ou ramo de actividade), declarando em seu lugar que «nesta fase [...] deve ser tarefa principal [dos trabalhadores] o desenvolvimento de uma acção sindical unitária». Em seguida, o «Programa básico [...]» omite a referência concreta à liberdade de constituição de *confederações sindicais*, deixando apenas uma vaga alusão à livre constituição de organizações de escolha dos trabalhadores. O ponto sobre a supressão da *quotização obrigatória* desaparece totalmente, o que marca uma divergência fundamental entre comunistas e esquerdistas.

¹²⁶ Acta da reunião intersindical de 13 de Dezembro de 1970. A redacção do novo documento será da responsabilidade de um grupo constituído por Caiano Pereira, José Pinela, J. J. Gonçalves André, etc. — muito mais próximos das posições comunistas.

¹²⁷ Documentos apensos à acta da reunião intersindical de 21 de Março de 1971. Para esta reunião haviam sido convidados 35 sindicatos, tendo estado presentes apenas 20. O Sindicato dos Jornalistas não esteve presente, mas subscreveu a exposição enviada ao primeiro-ministro.

A referência concreta à supressão da homologação ministerial das convocações colectivas é também omitida, defendendo-se em seu lugar o princípio abstracto da não interferência estatal limitativa do direito de livre negociação. Enfim, é omitida a referência quer à FSM quer à CISL, como organismos internacionais em que os sindicatos se poderiam filiar livremente (o princípio da liberdade de filiação internacional é mantido). Quanto à reivindicação do direito de greve, que servira de pretexto aos comunistas para criticar a inoportunidade da «Posição dos sindicatos [...]», é afinal mantida no «Programa básico [...]», embora redigida doutro modo.

Ocupei-me detalhadamente deste caso não só pelas diferenças de estratégia política e sindical que através dele se podem detectar no meio do «movimento unitário» da Intersindical desde a sua primeira fase, mas também por outros ensinamentos que dele se podem colher. É um bom exemplo do modo organizado e eficaz pelo qual os comunistas encaminhavam um debate para a aceitação das suas posições — se não de todas, pelo menos das essenciais. Como repetidamente já sublinhei, os militantes do PCP não eram então identificáveis como tais, tendo até muitas vezes uma imagem de moderados que afastava essa possível presunção. Os depoimentos recolhidos entre vários participantes das reuniões intersindicais de 1970-71 coincidem em que os comunistas não as dominariam numericamente. Mas, ainda que assim fosse, o modo concertado de actuação que os caracterizava bastava para que, em geral, as suas directrizes conseguissem prevalecer sobre os pontos de vista dos demais. Em último caso, quando isso se revelasse impossível, obtinham o adiamento indefinido das discussões¹²⁸. Os comunistas faziam assim reverter em seu favor as características da acção ilegal ou clandestina — à qual, aliás, eram remetidos pelo regime. Inversamente, verificar-se-á a falta de perseverança e de consistência programática das posições defendidas pelas outras correntes. Estas circunstâncias, combinadas com a nem sempre clara triagem dos sindicatos participantes nas reuniões intersindicais, foram obviamente determinantes do carácter unitário do sindicalismo oposicionista antes do 25 de Abril de 1974. O permanente efeito aglutinador das diversas tendências de oposição exercido pelo regime corporativo fez o resto.

A aprovação do «Programa básico dos sindicatos» fora antecedida de uma semana por uma manifestação dos caixeiros de Lisboa junto da Assembleia Nacional. Os trabalhadores exigiam ser recebidos pelo primeiro-ministro, mas acabaram sendo dispersados violentamente. A manifestação, em si, seria então um acontecimento banal noutras paragens, mas em Portugal era uma ousadia sem paralelo, revestindo-se de carácter revolucionário aos olhos do Governo. Na origem do incidente estava a questão da semana inglesa (44 horas de trabalho com tarde de sábado livre), a que dias antes o Governo pusera termo com a anulação das decisões arbitrais que a haviam instituído. Em seu lugar, o ministro das Corporações emitiu portarias de regulamentação, concedendo a semana inglesa apenas durante os três meses de Verão. As comissões arbitrais tinham-se recusado a corrigir as matérias já decididas que o Governo, argumentando com os interesses do público consumidor, se recusara a sancionar. Ao Governo apenas restou a regulamentação administrativa, não recuando sequer perante a insólita perspectiva de fixar num diploma as condições de trabalho para uma empresa privada,

¹²⁸ Entrevista com Vítor Wengorovius.

substituindo-se ao acordo colectivo ali existente¹²⁹. Afinal, a intervenção administrativa na regulamentação colectiva, que se admitira dois anos antes poder vir a extinguir-se por completo, retomava um inesperado fôlego. No caso em questão verifica-se que ela regressou para compensar a inadequação da arbitragem equitativa (terceiro árbitro escolhido pelos árbitros de parte) a uma relação de forças que o não era. A questão da semana inglesa, é necessário dizê-lo, relacionava-se directamente com o novo regime jurídico da duração de trabalho que o Governo preparava e se encontrava em apreciação na Câmara Corporativa. As reuniões intersindicais — que disputavam a representatividade dos trabalhadores à dita Câmara — haviam já manifestado ao Governo e restantes órgãos de soberania a sua «rejeição pura e simples» do projecto do Governo¹³⁰. A manifestação dos caixeiros, apoiando-se embora em reivindicações corporativas, enquadrava-se perfeitamente na acção intersindical e na luta política mais vasta. Nela teriam participado também estudantes.

Enquanto a acção sindical parecia tomar uma dimensão mais ofensiva, a imprensa do regime associava a actividade dos sindicatos a um «amplo movimento de subversão», em que se integravam também o movimento estudantil, a propaganda marxista e os «actos de terrorismo» cometidos desde o Outono de 1970 por organizações armadas. O movimento subversivo procuraria assim atingir a «retaguarda» num momento em que o País se encontrava envolvido em três guerras coloniais¹³¹. No melhor dos casos, a imprensa governamental achava que uma manifestação sindical era uma «desordem» a que o País não se podia «dar ao luxo de abrir as portas», dadas as «horas difíceis» que se atravessavam¹³². Como prova de que o objectivo das reuniões intersindicais seria não a legítima defesa dos interesses dos respectivos associados, mas sim o fomento do «espírito revolucionário da luta de classes», a mesma fonte referia a circunstância de nelas participarem, «lado a lado», os bancários, os caixeiros, os jornalistas, os estivadores e os trabalhadores dos lanifícios. Era uma «frente geral do trabalho» ou o «esboço de uma CGT» que ali estava!¹³³

A ruptura do Governo com as reuniões intersindicais surgiu no seguimento de mais um caso de conflito de representatividade. Em princípios de Maio de 1971, a comissão organizadora das reuniões intersindicais informou os sindicatos de que o Governo, segundo notícia divulgada pela imprensa, teria já designado a representação portuguesa à conferência anual da OIT. A reunião intersindical de 16 de Maio decidiu então enviar ao ministro das Corporações um ofício sublinhando a «total ausência de representatividade» dos dirigentes sindicais que no passado se tinham deslocado à Suíça e propondo o nome de três sindicalistas para integrarem a representação daquele ano. Eram eles os dirigentes dos bancários de Lisboa, dos caixeiros de Lis-

¹²⁹ «Portaria de regulamentação do trabalho para os empregados de comércio ao serviço da empresa Grandella L.^{da}», in *Boletim do INTP*, n.º 12/1971, pp. 608 e segs.

¹³⁰ Documento apenso à acta da reunião intersindical de 3 de Janeiro de 1971.

¹³¹ Diogo de Lima, «Um acto de terrorismo», in *Época* de 10 de Março de 1971. Trata-se de um comentário à sabotagem da base aérea de Tancos, executada dois dias antes pela ARA, organização armada muito próxima do PCP.

¹³² Dutra Faria, «Ou espírito corporativo ou luta de classes», in *Época* de 18 de Março de 1971.

¹³³ *Id.*, *ibid.*

boa e dos metalúrgicos do Porto, ou seja, os nomes que tinham recolhido o maior número de votos na dita reunião¹³⁴. A legitimidade da proposta baseava-se no artigo da Constituição da OIT que estabelecia que a designação dos elementos não governamentais das representações pelos Estados membros deveria ser feita *de acordo com as organizações profissionais mais representativas*. Ora os 19 sindicatos signatários da proposta consideravam reunir as condições necessárias para, no espírito da Constituição da OIT, serem tidos como representativos, «quer pela forma como foram eleitas as respectivas direcções, quer pelo trabalho que têm desenvolvido, quer ainda pelo número de trabalhadores que integram». Em apoio da sua proposta, os sindicatos citavam uma comunicação de J. Silva Pinto ao I Colóquio Nacional do Trabalho, em 1961, onde tecera várias críticas ao modo de constituição das representações portuguesas à Conferência Internacional do Trabalho. O ministro das Corporações era ainda advertido de que uma cópia daquele ofício seria enviada na mesma data ao Conselho de Administração do BIT, o que foi cumprido.

Em resposta, o Ministério das Corporações informou os sindicatos de que o Governo havia já designado a delegação portuguesa à Conferência, decisão que fora «precedida da audiência das corporações, *organizações profissionais mais representativas no nosso país*, como órgãos de cúpula da organização corporativa das respectivas actividades ou ramos de produção, nelas se integrando todos os grémios e sindicatos, suas uniões e federações, dos respectivos âmbitos de competência» (sublinhado meu). Eram em seguida indicados os nomes dos componentes da representação oficial dos trabalhadores¹³⁵.

Em princípios de Junho de 1971 era endereçado um protesto ao secretário-geral da Conferência Internacional do Trabalho, assinado por um dirigente dos bancários de Lisboa, Daniel Cabrita, em nome de 20 sindicatos, denunciando a falta de representatividade da delegação dos trabalhadores designada pelo Governo Português¹³⁶. Deste protesto resultaria um apelo da comissão de verificação de poderes da Conferência Internacional do Trabalho ao Governo Português para que «se conformasse totalmente à letra e ao espírito da Constituição da OIT». Depois, os acontecimentos sucederam-se em ritmo de campanha. O Governo proibiu as reuniões intersindicais marcadas para 13 de Junho, no Porto (que acabou por se realizar num café), e 20 de Junho, em Lisboa. Esta última, realizada na sede do Sindicato dos Profissionais de Escritório da capital, seria interrompida por uma força de polícia, que expulsou os dirigentes sindicais ali reunidos. Por essa altura, o deputado «liberal» Sá Carneiro fez na Assembleia Nacional — onde se discutiam os projectos de revisão constitucional — intervenções a favor

¹³⁴ Documento apenso à acta da reunião de 16 de Maio de 1971. Os escolhidos foram António Ferreira Guêdes, José Pinela e António Mota.

¹³⁵ Ofício de 2 de Junho de 1971, subscrito pelo director-geral do Trabalho (transcrito em *Informação Sindical*, 17 de Julho de 1971).

¹³⁶ O delegado dos trabalhadores na representação portuguesa era Manuel Ferreira da Silva, presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Porto (as últimas eleições haviam sido impugnadas por um grupo de sócios), director administrativo da empresa SONAFI e membro do conselho fiscal da EFACEC (*Informação Sindical* de 17 de Julho de 1971). Manuel Ferreira da Silva já tinha sido o delegado dos trabalhadores portugueses no ano anterior.

da liberdade sindical, criticando nomeadamente a proibição de reuniões sindicais¹³⁷.

A 30 de Junho foi preso o dirigente bancário Daniel Cabrita (que assinara nesse mês a carta de protesto ao secretário-geral da Conferência Internacional do Trabalho), sob a acusação de «actividades subversivas»¹³⁸. Seguiu-se — como as autoridades decerto previam — uma onda de protestos, sobretudo por parte dos trabalhadores e sindicalistas bancários de Lisboa e do Porto, fazendo circular sucessivos comunicados e efectuando diligências junto do Governo¹³⁹. A direcção dos bancários de Lisboa encontrava-se reunida em permanência. A 3 de Julho, uma nota da polícia política DGS insinuava que Daniel Cabrita estaria comprometido com a organização armada comunista ARA, responsável por várias sabotagens e atentados desde Outubro do ano anterior¹⁴⁰. Em comunicado, os bancários responderam que a repressão visaria apenas «paralisar o movimento sindical»¹⁴¹. Foram também organizadas várias manifestações: trabalhadores de luto nos locais de trabalho, greves curtas, cortejos de rua em Lisboa (o de 26 de Julho seria violentamente dispersado) e até uma missa no Porto, promovida por «um grupo de bancários cristãos»¹⁴². A Intersindical também se movimentou. A 5 de Julho realizou uma «reunião extraordinária» com 13 sindicatos (representando, segundo o jornal clandestino *Avante!*, 200 000 trabalhadores), cujos dirigentes se deslocaram ao Palácio de S. Bento para solicitar uma audiência ao primeiro-ministro, que todavia os não recebeu.

Perante a vaga de agitação verificada, o Governo (ou, melhor, o Conselho de Segurança Pública, que deixou então de existir só no papel) mandaria encerrar ainda em Julho os Sindicatos dos Bancários de Lisboa e Porto, cujas direcções foram depois suspensas preventivamente pelos tribunais do trabalho e substituídas por comissões administrativas (Agosto). Os dirigentes bancários de Lisboa e Porto foram definitivamente destituídos pelos tribunais em Dezembro desse ano, mantendo-se apenas a direcção do pequeno Sindicato dos Bancários de Coimbra. Em princípios de Agosto seriam ainda detidos, sob os mesmos pretextos que Daniel Cabrita, uma dirigente do Sin-

¹³⁷ *Informação Sindical* de 17 de Julho de 1971. Em 21 de Junho de 1971 foi endereçado ao presidente da Assembleia Nacional um telegrama subscrito por 17 sindicatos participantes nas intersindicais apoiando as intervenções do deputado Sá Carneiro sobre liberdade sindical e liberdade de reunião.

¹³⁸ Daniel Cabrita fora já preso pela polícia política (PIDE) em 30 de Abril de 1969, por pouco tempo, sob a mesma acusação. Cabrita tinha sido escolhido para presidente da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa em 1969 (por impossibilidade de António Ferreira Guedes assumir o cargo) e era secretário da direcção desde as eleições de Fevereiro de 1971. Oriundo de uma família operária do Barreiro, em que todos trabalhavam para a CUF, Daniel Cabrita, bancário no Banco Totta (grupo CUF), era membro do PCP, mas poucos bancários e sindicalistas teriam conhecimento disso (entrevistas com Fernando Moura Palhaça e Dulcínio Caiano Pereira). Quanto aos motivos concretos da prisão de Cabrita, sabe-se que estará relacionada com a prisão, em fins de Maio de 1971, de Augusto Lindolfo, membro do CC do PCP. Lindolfo teria fornecido à polícia, entre outras informações, os nomes da organização clandestina dos comunistas do sector bancário (entrevista com José Pinela).

¹³⁹ Comunicados n.º 1 e 2 do Sindicato dos Bancários de Lisboa, respectivamente de 1 e 2 de Julho de 1971.

¹⁴⁰ O tribunal não confirmaria tais acusações, condenando Cabrita apenas por ser membro do PCP, pagar a quotização e distribuir as publicações clandestinas do Partido.

¹⁴¹ Comunicado n.º 3 do Sindicato dos Bancários de Lisboa, de 3 de Julho de 1971.

¹⁴² Eduardo Serpa, *Em Portugal: Sindicatos e Subversão*, s. 1., [1972], p. 13.

dicato dos Caixeiros de Lisboa, um dirigente do Sindicato dos Jornalistas e um membro da direcção suspensa do Sindicato dos Metalúrgicos, todos membros do clandestino PCP¹⁴³.

Ainda em Julho, porém, o secretário de Estado do Trabalho, Silva Pinto, em carta dirigida a vários dirigentes de sindicatos, proibiu formalmente a realização futura de reuniões intersindicais¹⁴⁴. (O ofício datava de 26 de Julho, o dia da maior manifestação de rua pela libertação do dirigente bancário preso.) A comissão organizadora das reuniões intersindicais era aí acusada por Silva Pinto de constituir a «base de um novo organismo, configurado como verdadeira confederação de trabalhadores», ultrapassando a linha legal de defesa dos interesses das categorias profissionais representadas por cada sindicato. Ora, «se os sindicatos, como aliás os grémios, decidem chamar a si problemas que não se referem à categoria por eles representada, exorbitam da competência que a lei lhes atribui, contrariando claramente os princípios legais da *representatividade* e da *unicidade* que os devem caracterizar». Em concreto, o responsável do Trabalho citava a redacção de circulares pela dita comissão organizadora em *papel timbrado* próprio, a existência de um «fundo autónomo» destinado a cobrir as despesas dos elementos intervenientes nas reuniões, assim como a tentativa de estabelecer «um conjunto de normas orientadoras» para os sindicatos participantes naquelas reuniões¹⁴⁵.

Quanto ao último ponto, ele tinha de facto sido debatido na reunião intersindical de 18 de Abril. Segundo a respectiva acta, abordaram-se «aspectos relacionados com a organização e funcionamento das reuniões intersindicais e, em especial, o *acatamento por parte dos sindicatos das deliberações tomadas ao nível intersindical*» (sublinhado meu)¹⁴⁶. Um registo particular da mesma reunião refere as propostas respectivamente do dirigente dos lanifícios de Lisboa, Manuel Lopes, no sentido de os sindicatos conservarem «liberdade de acção para lá da linha de rumo comum», e do dirigente dos bancários Daniel Cabrita, no sentido de as reuniões intersindicais poderem «criticar a acção dos sindicatos» participantes¹⁴⁷. As posições sobre este assunto eram contudo muito diversas, havendo mesmo quem estivesse frontalmente contra o carácter vinculativo das resoluções intersindicais¹⁴⁸. Quando à alegada existência de um «fundo autónomo», a comissão organizadora das reuniões havia de facto informado abertamente, numa circular aos sindicatos convidados, que cobriria as despesas de deslocação e estada dos dirigentes de «alguns sindicatos com problemas financeiros»¹⁴⁹. Quanto, enfim, aos documentos emitidos em nome próprio pelas reuniões intersin-

¹⁴³ Eram eles, respectivamente, Maria Júlia dos Santos, António dos Santos e Manuel Can-deias.

¹⁴⁴ Ofício n.º 2675/SE/71, de 26 de Julho de 1971.

¹⁴⁵ Id.

¹⁴⁶ Acta da reunião de 18 de Abril de 1971.

¹⁴⁷ Notas manuscritas de um dirigente sindical sobre o debate da segunda parte da reunião intersindical de 18 de Abril de 1971 (fotocópia, arquivo do projecto).

¹⁴⁸ Por exemplo, Ernesto Gil de Oliveira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, que faria mesmo aprovar pela direcção desse Sindicato uma resolução no sentido de nenhum dirigente se comprometer no futuro a acatar deliberações emanadas das reuniões intersindicais (entrevista com E. G. de Oliveira; João Franca, *Cinquenta Anos da Vida de Um Sindicato*, cit.).

¹⁴⁹ Circular da comissão organizadora das reuniões intersindicais de 11 de Março de 1971.

dicais, um facto merece aqui especial relevo, por ser imediatamente anterior à proibição. No seu último documento aprovado e impresso, a estrutura já se autodesigna, na terceira pessoa, «a Intersindical», referindo também as *reuniões da Intersindical*¹⁵⁰.

Mais decisivo do que a proibição governamental das reuniões intersindicais terá sido o golpe dado em dois dos seus principais esteios, os Sindicatos dos Bancários de Lisboa e do Porto. Para além dos meios organizativos importantes destas duas organizações, perdia-se também para o movimento intersindical a auréola de prestígio e respeitabilidade próprias da classe dos bancários. A prisão de dirigentes sindicais destacados também obrigou a um recuo, sobretudo por parte dos militantes comunistas, particularmente visados em virtude das actividades da ARA. As autoridades tinham investido na conotação do movimento intersindical com a guerrilha urbana do PCP.

Algum tempo após a proibição das reuniões intersindicais, o Governo Português argumentaria perante o Comité de Liberdade Sindical da OIT que apenas *um certo tipo* de reuniões entre sindicatos tinham sido proibidas — as que se ocupavam de problemas estranhos às categorias de trabalhadores representados por cada sindicato, contrariando assim o princípio de *representatividade*. Continuariam, pois, a poder realizar-se reuniões entre sindicatos, «sobretudo quando se trate de negociação conjunta de convenções colectivas». O Governo teria também pretendido evitar, segundo alegou, as «situações assinaladas por alguns sindicatos, em nome dos quais se tomavam decisões sem que os seus representantes estivessem presentes a qualquer reunião comum e sem que tivessem sido ouvidos sobre as questões a resolver»¹⁵¹. O Governo estava em muito má posição para se poder preocupar com a representatividade dessas direcções sindicais — dando as da sua confiança, nesse capítulo, um péssimo exemplo. Todavia, os sindicatos democraticamente eleitos e autoproclamados «mais representativos» eram-no, de facto, relativamente a um mau padrão. Reside aqui um sério *handicap* do sindicalismo nascente, agravado pelo condicionalismo da unicidade — o princípio sagrado da organização corporativa. Sem concorrência, que as forças corporativas, *lealmente*, não estavam em condições de proporcionar, o bloco sindical da oposição seria sempre «mais representativo», ainda que o fosse pouco.

5. RECOMEÇO DAS REUNIÕES INTERSINDICAIS. A PREPONDERÂNCIA COMUNISTA

Com o fecho progressivo da liberalização e a «grande vaga repressiva de 1971», como o PCP lhe chamou, o recém-criado movimento sindical oposicionista ficou momentaneamente enfraquecido e desmoralizado. Até Abril de 1974 vai, todavia, conseguir uma gradual recuperação das posições perdidas, penetrar em novas áreas e recomeçar a tentativa falhada ou interrompida de impor o reconhecimento da sua representatividade. As estratégias sindicais (e principalmente a estratégia sindical comunista) ajustar-se-ão melhor aos condicionalismos existentes e às limitações experimentadas no

¹⁵⁰ *Informação Sindical* de 17 de Julho de 1971.

¹⁵¹ *Bulletin Officiel OIT*, vol. LV, 1972, pp. 94-95.

passado. O Governo não desistirá de manter os sindicatos sob o seu estreito controlo, que em certos aspectos ainda se acentuará. Tão-pouco deixará de promover e proteger pelos mais variados meios direcções não representativas à frente de vários sindicatos. O intervencionismo governamental na contratação colectiva não abrandará, assumindo mesmo novas formas, sem dispensar as antigas. Mas a atitude meramente repressiva de 1971 cederá o suficiente para não impedir um segundo fôlego da reanimação sindical.

Em Junho de 1972, os sindicatos de bancários de Lisboa e do Porto regressaram às mãos de direcções oposicionistas. Listas *únicas* recolheram percentagens impressionantes de votantes: 40% e 49% do total dos sócios de Lisboa e do Porto, respectivamente. Ficava comprovada a extrema penúria de forças sindicais corporativistas, reafirmando-se a aparente unidade da oposição. Mas em Lisboa, como no Porto, os corpos gerentes eleitos eram constituídos basicamente por comunistas e elementos próximos. «Não se sabia que éramos comunistas. Consideravam-nos os melhores, por isso fomos escolhidos» — conta hoje convictamente Antero Martins, membro do PCP desde os anos 60 e dirigente, de 1969 a 1975, do Sindicato dos Bancários de Lisboa¹⁵². A direcção do Porto era presidida por Avelino Gonçalves, membro do PCP, que será em 1974 ministro do Trabalho no I Governo Provisório. Na direcção de Lisboa haveria inicialmente, em 1972, apenas dois comunistas, mas, até ao termo do mandato, todos os restantes se tornariam membros do PCP¹⁵³. Em Coimbra, em 1973, seria novamente eleita uma lista de esquerda, mas desta vez incluindo já um ou dois elementos comunistas¹⁵⁴.

Um importante sindicato conquistado por uma lista heterogénea de oposição (incluindo elementos comunistas) foi o Sindicato dos Electricistas de Lisboa, em 1972. No Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, onde se realizaram finalmente eleições em Dezembro de 1973 (mais de três anos após a suspensão dos respectivos dirigentes), seria eleita também em lista única uma «direcção da classe» (assim definida pelo jornal comunista *Avante!*) presidida por um católico esquerdista, Jerónimo Franco. Em Abril de 1974, neste sector, apenas o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro mantinha ainda uma direcção corporativista, eleita graças a várias irregularidades cometidas pelos corpos gerentes cessantes, com a colaboração do delegado local do INTP e a bênção final do Tribunal do Trabalho¹⁵⁵. Sindicatos que se conservaram numa linha de oposição, mas passaram inteiramente para o controlo

¹⁵² Entrevista com Antero Martins. Activo na Intersindical desde o início, Antero Martins fazia já parte do Secretariado antes do 25 de Abril. Até 1979 foi o responsável do pelouro de organização da central.

¹⁵³ Id. Os dois comunistas iniciais eram Anselmo Dias (o presidente da direcção) e Antero Martins. O único membro da direcção que não se tornou membro do PCP demitir-se-á da direcção na sequência da «crise dos bancários» em fins de 1973 (Maria de Fátima Nóbrega).

¹⁵⁴ Entrevista com F. Osório Gomes. Este Sindicato já tinha tido, desde 1971, uma equipa de assessores técnicos da direcção, constituída por quatro juristas comunistas (Jorge Leite, Vital Moreira, J. Gomes Canotilho e Avelãs Nunes), que acompanharam o processo de negociação do contrato para o sector quando os Sindicatos de Bancários de Lisboa e Porto se encontravam com comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

¹⁵⁵ As peças do processo judicial de impugnação das eleições sindicais foram reunidas por J. Afonso e Mário Brochado Coelho em *Uma Farsa Eleitoral — O Caso do Sindicalismo Metalúrgico de Aveiro*, Afrontamento, Porto, 1973. Na contestação da acção que lhe era movida, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro acusaram os autores da impugnação de abrirem «livre campo à subversão» (*op. cit.*, p. 25).

pelos comunistas, foram o Sindicato dos Seguros de Lisboa e o Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica.

Enfim, algumas das ordens foram também abandonando o «espírito corporativo». Segundo o relato retrospectivo de Marcelo Caetano, na Ordem dos Médicos e na Ordem dos Engenheiros, «grupos de jovens diplomados, continuando a acção política iniciada nas universidades, apossaram-se dos postos dirigentes perante a passividade e o comodismo da maioria, imprimindo à acção desses organismos carácter nitidamente sindicalista revolucionário»¹⁵⁶. As primeiras greves de médicos de que há memória em Portugal tinham-se desenrolado em 1970, nos hospitais de Lisboa. As ordens referidas chegaram também a participar em reuniões intersindicais ou a subcrever documentos aí aprovados, misturando-se desse modo com os representantes dos «colarinhos brancos» e da classe operária, para consternação do Governo.

Em compensação, o Sindicato dos Escritórios de Lisboa passaria a ser dirigido, em 1972, por elementos da total confiança do Governo, após a impugnação da lista de oposição, que à partida tinha assegurada a maioria dos votos do colégio eleitoral¹⁵⁷. O Governo não queria repetir a experiência da direcção anterior, que tinha aberto o Sindicato à corrente oposicionista, prestado valiosa colaboração na organização das reuniões intersindicais e, sobretudo, causado forte descontentamento patronal num processo de negociação colectiva¹⁵⁸. O novo líder do Sindicato, José Brás Rodrigues, aproxima-se do arquétipo de sindicalista do regime de Caetano. Embora não tivesse legitimidade democrática, politicamente era de confiança e integrava-se perfeitamente na organização corporativa¹⁵⁹. A essas características juntava um certo dinamismo, capacidade de diálogo e espírito pragmático, tornando assim possível a cooperação da direcção central do Sindicato com certas secções de actividade dirigidas por elementos da oposição¹⁶⁰.

¹⁵⁶ Marcelo Caetano, *Depoimento*, cit., p. 132.

¹⁵⁷ A lista oposicionista era liderada por Caetano Pereira. A lista corporativa para a direcção, liderada por José Brás Rodrigues, recolheu 23 votos, quando, em circunstâncias normais, o colégio eleitoral seria composto por cerca de 360 elementos. Perante a existência de uma única lista, a grande maioria dos eleitores não compareceram ao acto eleitoral.

¹⁵⁸ O contrato colectivo para os empregados de escritório do ramo de produtos químicos para a agricultura e indústria, publicado em Março de 1972, mas cuja negociação fora iniciada em Maio de 1970. O grémio patronal, controlado pelo grupo CUF, «fez grandes pressões sobre o Governo» durante esse processo negocial. Segundo J. L. Nogueira de Brito (então subsecretário de Estado do Trabalho), a CUF tinha a sua própria «política social» e «sentiu que perdia o poder de condução dessa política quando se deu o surto de contratação colectiva» (entrevista com J. L. Nogueira de Brito).

¹⁵⁹ No Sindicato dos Escritórios de Lisboa, José Brás Rodrigues fora dirigente entre 1968 e 1971 da 5.ª secção de actividade (indústria de petróleos), à qual presidia Nuno Caetano, filho do então primeiro-ministro. Brás Rodrigues foi também procurador à Câmara Corporativa e director da Corporação da Indústria (em representação dos sindicatos). Em 26 de Abril de 1973, Brás Rodrigues conferiu ao secretário-geral da dita corporação, Basílio Horta, a «medalha de reconhecimento» do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, que lhe seria entregue em cerimónia oficial pelo secretário de Estado do Trabalho, J. Silva Pinto. No discurso que então fez, o dirigente sindical dirigiu ao secretário de Estado os seus pedidos, fazendo-se eco também de algumas das preocupações sentidas pelos sindicatos em geral. Entre os pedidos então formulados saliente-se o de legislação que proibisse os despedimentos sem justa causa e o da regulamentação da actividade dos delegados sindicais.

¹⁶⁰ José Brás Rodrigues declarou em entrevista ter contado, como presidente da direcção central do Sindicato, com a colaboração de José Luís Judas (comunista), dirigente da 6.ª sec-

Reconquistado o Sindicato dos Bancários de Lisboa — conta Antero Martins, um dos seus dirigentes de então —, estava cumprida a «tarefa principal» para o relançamento das reuniões intersindicais, que em Julho de 1971 haviam sido interrompidas¹⁶¹. Em meados de 1972, estas já se realizavam novamente. Diz o citado dirigente: «Quando começaram, as reuniões intersindicais eram clandestinas. A polícia não intervinha então porque não sabia onde elas eram.»¹⁶² Opinião a este respeito muito diferente tem o secretário de Estado do Trabalho de então, Silva Pinto, que declara: «As reuniões intersindicais foram toleradas até ao final.» A proibição de 1971 não era, segundo declara, para ser cumprida rigorosamente: «Uma coisa é o discurso oficial, outra é a atitude que se adopta na realidade.»¹⁶³ O então dirigente sindical do sector dos lanifícios e um dos principais fundadores da Intersindical, Manuel Lopes, descreve a situação em causa como sendo de *semiclandestinidad*: «As reuniões intersindicais tinham sempre três ou quatro locais alternativos para o caso de a polícia aparecer num deles. Mas não eram clandestinas. O Governo tinha conhecimento da sua realização.»¹⁶⁴ Na opinião deste dirigente, o Governo não teria tido condições para destituir as direcções dos sindicatos envolvidos.

Outro indício de que o Governo teria *não oficialmente* adoptado uma atitude distinta da proibição pura e simples está no facto de José Brás Rodrigues, o presidente do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, que actuava em sintonia com os responsáveis do Ministério das Corporações, ter mostrado em 1972 interesse em participar nas reuniões intersindicais. Não conseguiu porém ser convidado, dada a pouca confiança política que os sindicalistas oposicionistas tinham nele¹⁶⁵. J. Brás Rodrigues considera, aliás, ter liderado informalmente, em 1972-74, um grupo de 5 ou 6 sindicatos de Lisboa com uma orientação oposta à do grupo «intersindical»¹⁶⁶. Numa tentativa de alargar a sua influência, Brás Rodrigues ainda chegou a reunir, em fins de 1973, com outros sindicatos de escritórios, debatendo com eles a hipótese de fusão, num só sindicato de âmbito nacional, de todos os organismos distritais em que se encontravam associados cerca de 200 000 trabalhadores¹⁶⁷. Esta proposta já não teve qualquer seguimento a curto ou médio prazo, em virtude da revolução de 1974, que numa primeira fase viria a favorecer uma evolução oposta. Contudo, depois das tentativas pouco ou mal conseguidas de verticalização dos sindicatos no período pós-1974, a ideia voltaria a ganhar oportunidade e adeptos durante os anos 80.

Tal como acontecera em 1970, as reuniões intersindicais retomadas em 1972 iriam debruçar-se preferencialmente sobre a legislação laboral e sindi-

ção de actividade (construção civil). Em 1973, Brás Rodrigues apoiou Caiano Pereira, dirigente da 10.ª secção de actividade (indústria química) e cabeça da lista de oposição para a direcção central do Sindicato, quando o segundo foi objecto de um processo disciplinar por parte da empresa em que trabalhava (Nitratos de Portugal) por ter criticado numa circular sindical a sua política de despedimentos.

¹⁶¹ Entrevista com Antero Martins.

¹⁶² Id.

¹⁶³ Entrevista com Joaquim Silva Pinto.

¹⁶⁴ Entrevista com Manuel Lopes.

¹⁶⁵ Entrevistas com José Brás Rodrigues e com Dulcínio Caiano Pereira.

¹⁶⁶ Entrevista com José Brás Rodrigues.

¹⁶⁷ «Duzentos mil empregados de escritório querem sindicato único», in *Expresso*, n.º 2, de 13 de Janeiro de 1973, pp. 1 e 4.

cal produzida pelo Governo, criticando-a ou repudiando-a. Em 1972, três diplomas levantaram os protestos dos sindicatos. Dois deles apertavam ainda mais o controlo estatal sobre a organização sindical¹⁶⁸. O terceiro, que seria o mais contestado, adoptava uma série de providências de combate à alta dos preços, estabelecendo nomeadamente limitações à negociação colectiva. De futuro, as tabelas salariais das convenções só poderiam ser revistas de dois em dois anos (algumas já eram revistas anualmente) e as restantes cláusulas contratuais de quatro em quatro, excluindo-se a possibilidade de ser estipulada contratualmente a indexação das remunerações ao custo de vida, praticada já em alguns casos¹⁶⁹. Perante a evolução preocupante da taxa de inflação desde 1970, o Governo de Caetano procurava assim evitar o «sobresalto de constantes reivindicações e alterações». O Governo — que já dispunha de fortes meios de controlo dos aumentos salariais — declarou ter preferido esta solução ao congelamento puro e simples das remunerações, adoptado então em alguns países. Mas a medida era excessiva, atendendo à crescente pressão da inflação sobre os salários, e contraditória, pois que, a pretexto de moderar o aumento do poder de compra, congelava por quatro anos o clausulado não salarial das convenções. Se outro mérito não teve, este decreto — logo apodado de *congelamento dos salários* nos meios sindicais — congregou as reacções dos sindicatos contra ele e foi um dos mais directos incentivos ao reatamento de reuniões entre sindicatos. No ano seguinte, o Governo tentará minorar as consequências do decreto com duas novas medidas legislativas em sentido contrário¹⁷⁰. Entretanto, o salário médio real na indústria e transportes, que vinha crescendo regularmente desde a década anterior e tinha atingido aumentos máximos em 1969 e 1970, já não registaria em 1972 e 1973 qualquer aumento¹⁷¹. É impossível determinar até que ponto isso foi obra do decreto de «congelamento dos salários» ou mero resultado da inflação; em todo o caso o Governo ofereceu-se como bode expiatório.

Em Outubro de 1973, o Governo forneceu ao movimento sindical oposicionista um motivo suplementar de protestos e acção conjunta: a publicação do novo Estatuto dos Empregados dos Organismos Corporativos¹⁷².

¹⁶⁸ O Decreto n.º 51/72, de 10 de Fevereiro, tornava obrigatória em todos os casos a verificação das condições de elegibilidade dos candidatos a dirigentes sindicais mediante *prova documental* a fornecer pelas autoridades administrativas — designadamente a prova documental, dependente do critério da polícia política, de que o candidato não professava ideias contrárias à *disciplina social*, etc. Por exemplo, José Pinela, o presidente do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa e um dos maiores impulsionadores do movimento intersindical, não pôde ser reeleito, por esse motivo, em 1973 para o seu cargo. O Decreto-Lei n.º 447/72, de 10 de Novembro, permitia que o Governo, em alternativa à designação de comissões administrativas, nomeasse *curadores* para gerir os sindicatos que tivessem direcções suspensas ou destituídas, sem estipular prazos para a regularização da vida sindical. Os curadores podiam ser estranhos à respectiva classe de trabalhadores. Este decreto, mais um retrocesso da legislação relativamente às reformas de 1969, foi imediatamente aplicado na secção regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, cuja direcção foi suspensa e substituída por um curador.

¹⁶⁹ Decreto-Lei n.º 196/72, de 12 de Junho.

¹⁷⁰ Decreto-Lei n.º 377/73, de 24 de Julho, encurtando os prazos processuais das revisões salariais, e Decreto-Lei n.º 698/73, de 19 de Dezembro, isentando da aplicação do Decreto-Lei n.º 196/72 em caso de redimensionamento da área ou âmbito das convenções em vigor (medida favorecendo também a concentração sindical).

¹⁷¹ Daniel Bessa, «O processo inflacionário português», in *Análise Social*, n.º 70, 1982, p. 74 (quadro n.º 20).

¹⁷² Decreto-Lei n.º 734/73, de 24 de Outubro.

A pretexto de regulamentar as relações colectivas de trabalho desses profissionais, o Governo fixava salários e regras de promoção, permitindo-se inclusive regular minuciosamente a admissão de empregados pelos sindicatos (e grémios), submetendo-a ao mesmo controlo político (requisitos de elegibilidade) dos candidatos a dirigentes sindicais. Isto vinha atingir muito em particular o recrutamento de elementos da oposição (especialmente comunistas, alguns dos quais saídos da prisão) para o aparelho administrativo dos sindicatos conquistados pela oposição. Este estatuto foi obviamente considerado uma ingerência na gestão interna dos sindicatos e proporcionou movimentações de protesto de grande envergadura, apoiadas em documentos elaborados no quadro das reuniões intersindicais. Uma das resoluções foi a apresentação de um recurso de anulação do Estatuto em questão no Supremo Tribunal Administrativo, subscrito por 27 sindicatos, 2 federações (lanifícios e metalúrgicos) e a Ordem dos Engenheiros — posição a que posteriormente ainda aderiram mais 16 sindicatos, perfazendo um total de 43, um recorde. No âmbito intersindical, a resolução tomada pela maioria foi a não aplicação do Estatuto¹⁷³.

Mas as reuniões intersindicais não iam limitar-se a reagir às medidas que o Governo tomava com incidência no mundo do trabalho ou na vida das organizações sindicais. Iniciativas próprias também se registaram, como a proposta novamente feita ao Governo em Maio de 1973 — desta vez com toda a prudência — e subscrita por 20 sindicatos, no sentido de serem estes a indicar os componentes da representação dos trabalhadores portugueses à Conferência Internacional do Trabalho. Como em 1971, a proposta não seria considerada pelo Governo, para o qual a OIT funcionava um pouco como a ONU e outras organizações internacionais em que se «atacava» Portugal a propósito das guerras coloniais. E, com efeito, em 1972, a Conferência Internacional do Trabalho tinha aprovado uma resolução condenando a acção de Portugal nos territórios de África (por opressão colonial, discriminação racial e violação dos direitos sindicais), fazendo que a delegação portuguesa — da confiança do Governo — abandonasse os trabalhos em sinal de protesto. Além disso, a OIT aceitará no seu seio antes de 1974, por proposta da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), «representantes dos povos autónomos da Guiné, Angola e Moçambique»¹⁷⁴. Numa reunião intersindical de Fevereiro de 1974 foi ainda decidido voltar a apresentar ao Governo os nomes propostos pelos sindicatos para a delegação dos trabalhadores portugueses à Conferência¹⁷⁵. Esta *démarche* estava a tornar-se rotineira, embora não houvesse razões para crer que algum dia o Governo a atenderia.

Outra iniciativa foi a participação no I Congresso Nacional da Previdência Social, em Julho de 1973, com uma tese elaborada e subscrita conjuntamente por 16 sindicatos, que afirmavam representar 160 000 trabalhadores. Não foi pacífica a decisão de participar neste Congresso, pois havia sempre quem condenasse o «reformismo» ou «colaboracionismo» de tais actuações. A tese conjunta pretendia fazer uma abordagem das «questões de fundo» do sistema de segurança social, contrariando a perspectiva «tecnicista» e a

¹⁷³ Acta da reunião intersindical regional (Sul) de 4 de Janeiro de 1974.

¹⁷⁴ *República* de 30 de Abril de 1974.

¹⁷⁵ Acta da reunião intersindical nacional de 3 de Fevereiro de 1974.

temática especializada do Congresso. O texto apresentado e aparentemente aceite seria contudo censurado pela comissão organizadora do congresso, que também se recusou a indicar a sua autoria colectiva. Os representantes dos sindicatos acabariam por abandonar o Congresso, não sem antes terem lido uma declaração em que acusavam a organização de não ter permitido «que os legítimos representantes dos trabalhadores se fizessem ouvir». A *Tese dos Sindicatos* pugnava pela criação de um seguro de desemprego, ainda inexistente em Portugal. Defendia, além disso, que a gestão administrativa e financeira da Previdência devia caber aos trabalhadores, que as suas estruturas deviam ser «concentradas numa única instituição» e que todos os trabalhadores deviam ser por ela uniformemente abrangidos, com cobertura integral dos riscos.

As reuniões intersindicais começaram igualmente a debater a reivindicação de um salário mínimo nacional, tendo tomado conhecimento, em fins de 1973, de um estudo «confidencial» do Governo sobre o assunto¹⁷⁶. O movimento intersindical, na pegada do PCP, temia o efeito desmoralizador de melhorias outorgadas pelo Governo e não *conquistadas* pelos trabalhadores. Na realidade, o Ministério das Corporações tinha, desde 1969, «estudos adiantados» sobre o salário mínimo, pensando o ministro J. Gonçalves de Proença, na hora de despedida do cargo, que a sua introdução estivesse para breve¹⁷⁷. As «grandes disparidades salariais existentes» e o receio de causar «grave abalo» à economia fizeram porém que o Governo de Caetano retardasse o processo. Decidiu-se depois impor gradualmente, sector a sector, por via da homologação dos contratos colectivos, um limite salarial mínimo, permitindo a futura estipulação de um salário mínimo interprofissional. Mas até esta política, segundo escreveu Marcelo Caetano, foi «muitas vezes mal compreendida pelos patrões, que se queixavam de ser o próprio Governo a aumentar salários aceites pelos sindicatos»¹⁷⁸. Quando se deu a Revolução de Abril de 1974, as reuniões intersindicais não tinham ainda estabelecido um quantitativo a reivindicar como salário mínimo interprofissional, contrariamente ao que é afirmado na citada obra do antigo primeiro-ministro. Enquanto um grupo de trabalho intersindical era encarregado de estudar a questão, a prioridade no terreno era dada ao combate ao «congelamento dos salários». Mas a reivindicação de um salário mínimo nacional foi avançada por alguns sindicatos individualmente.

Embora publicamente não se falasse, como em 1970-71, das reuniões intersindicais e estas evitassem agora cuidadosamente apresentar-se como entidade colectiva, muitos dos resultados da sua actuação estavam contudo patentes nos documentos, teses, petições e cartas que subscreviam. Uma apreensão desapaixonada do tipo de sindicalismo praticado então pelo movimento intersindical não pode deixar de lhe reconhecer a relativa urbanidade e moderação, atendendo inclusive à hostilidade manifesta que o regime lhe votava. Todavia, no seu *Depoimento* escrito no exílio em 1974, Marcelo Caetano refere sempre o movimento intersindical como um *grupo de agitado-*

¹⁷⁶ Acta da reunião intersindical regional (Norte) de Dezembro(?) de 1973 e acta da reunião intersindical regional (Sul) de 9 de Janeiro de 1974.

¹⁷⁷ Discurso de J. Gonçalves de Proença, em 15 de Janeiro de 1970, na tomada de posse do seu sucessor, Baltazar Rebelo de Sousa (*Bol. do INTP*, n.º 2/1970, p. 30).

¹⁷⁸ Marcelo Caetano, *Depoimento*, cit., pp. 133-134.

res, denotando, a sua grande incompreensão do fenómeno sindical, para cuja reanimação havia contribuído.

A um nível não publicitado ou clandestino, a organização intersindical tinha naturalmente outros tipos de actividade. Desde pelo menos 1971, por exemplo, que mantinha contactos com centrais sindicais de outros países e confederações internacionais¹⁷⁹. Estes contactos, efectuados obviamente à margem da lei, asseguravam o contributo da solidariedade internacional, quer através de campanhas nos meios de comunicação estrangeiras e acções no quadro da OIT ou outros organismos, quer pela cedência de fundos que em Portugal serviam nomeadamente para auxiliar grevistas, sindicalistas alvo de retaliações, organização do movimento, etc.¹⁸⁰

A partir de 1972, a influência do PCP nas reuniões intersindicais — que já tinha sido grande em 1970-71 — vai acentuar-se, em consequência também do reforço da presença dos comunistas nos sindicatos e da adesão de alguns dirigentes ao Partido. O próprio relançamento das reuniões intersindicais seguiu de perto, tal como em 1970, as directivas nesse sentido aprovadas e divulgadas pela direcção do PCP¹⁸¹. Os comunistas terão vencido previamente algumas resistências de sectores que preconizavam a clandestinização completa das reuniões¹⁸². A estratégica oposição do PCP às tendências de clandestinização do movimento sindical radicava na sua própria experiência — encontrando, até certo ponto, um paralelo, se não uma fonte de inspiração, na experiência das *comisiones obreras* espanholas, resultante da «recusa das catacumbas» pelos comunistas do país vizinho. De facto, do ponto de vista do PCP existia já uma estrutura clandestina e provavelmente bastava: o próprio Partido. Por outro lado, a clandestinidade equivalia ao corte do «apoio das massas» e à impossibilidade de protagonismo indirecto do Partido — tudo o que de mais importante o PCP ia buscar à acção sindical.

Durante a prisão do dirigente bancário Daniel Cabrita, de Lisboa — que aos olhos do próprio Governo aparecera como o líder natural do movimento¹⁸³ —, o dirigente bancário Avelino Gonçalves, do Porto, tido por elemento da linha mais moderada (ou «recuada») do PCP, assumiu certa preponderância nas reuniões intersindicais, aparecendo como seu coordenador¹⁸⁴. Em 1973, quando Daniel Cabrita foi libertado (depois de cumprida a sua pena) e regressou aos trabalhos das intersindicais, já não reassumiu o papel de liderança anterior.

Em Abril de 1973, no congresso oposicionista de Aveiro, um «grupo de trabalhadores da Marinha Grande» (provavelmente ligados ao PCP) apre-

¹⁷⁹ Entrevista com F. Marcelo Curto. Curto integrou uma delegação da Intersindical a Itália no Verão de 1971, com Manuel Lopes e António Mota.

¹⁸⁰ Auxílios concedidos pela FSM e pela CMT serviram para apoiar grevistas antes de 25 de Abril de 1974 (entrevista com F. Canais Rocha). O *Avante!* noticiou em Novembro de 1973 o encontro de uma delegação de «sindicalistas democratas» de Portugal com uma delegação da FSM em Praga, em que foram tomadas «as medidas necessárias para o reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade internacional».

¹⁸¹ Álvaro Cunhal apelou à «renovação das intersindicais» na Rádio Portugal Livre em Abril de 1972 (*Avante!*, n.º 441, de Maio de 1972). Na reunião do CC do PCP de Maio de 1972, entre as «direcções de trabalho» aprovadas para o movimento sindical preconiza-se a «cooperação intersindical nas formas aconselháveis no momento» (*Avante!*, n.º 442, de Junho de 1972).

¹⁸² Entrevista com José Pinela.

¹⁸³ Entrevista com J. L. Nogueira de Brito.

¹⁸⁴ Entrevista com José Pinela.

sentou uma tese sublinhando a necessidade de se «incrementar a acção inter-sindical» e a urgência de se pôr de pé uma *central sindical*. Definida como «organismo *coordenador e fiscalizador* das actividades sindicais», a central deveria ser capaz de conduzir «para a luta muitos sindicatos que se auto-submeteram ao sindicalismo corporativo» e chamá-los «ao cumprimento dos seus deveres para com os trabalhadores»¹⁸⁵.

Se bem que não se trate de um documento emanado da direcção do PCP, esta tese prefigura já fielmente a estratégia comunista de tomada de controlo sobre a organização sindical corporativa a partir do órgão de cúpula inter-sindical.

A preponderância da linha comunista foi bem patente na intersindical de Outubro de 1973, quando da discussão e aprovação do documento denominado «Constituição, estrutura e funcionamento das reuniões intersindicais»¹⁸⁶ (o legalismo manifestava-se já no modo como se evitou chamar-lhe *estatutos*). Esta importante reunião teve lugar na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e foi dirigida por João Amaral, consultor jurídico do dito Sindicato e membro do PCP¹⁸⁷. No primeiro ponto do documento aprovado definiam-se as reuniões intersindicais pela negativa — «não são nem uma federação, nem uma confederação, nem uma união de sindicatos» — e pela positiva — «são reuniões de direcções de sindicatos que [...] debatem entre si os problemas e tentam estabelecer uma plataforma de acção comum dos seus sindicatos.» A participação nas reuniões intersindicais era submetida a três condições: «honestidade na defesa dos interesses dos trabalhadores; ligação efectiva ao sector profissional e representatividade das direcções; comprometimento numa acção comum com os sindicatos componentes.» Ponto decisivo, em que a posição dos comunistas vingou por 6 votos contra 5, era o que reservava a participação nas reuniões intersindicais às *direcções sindicais em exercício* apenas¹⁸⁸. Excluía-se assim a presença nas reuniões de representantes informais («grupos de trabalho») de sindicatos cujas direcções tivessem sido destituídas pelo Governo e substituídas por comissões administrativas. Os comunistas, bem posicionados em muitas direcções em exercício, argumentaram com a necessidade de impor a *legalização* da estrutura intersindical. Igualmente ficavam excluídos das reuniões os consultores sindicais e outros funcionários não dirigentes que, na sua maioria, escapavam ao controlo do PCP, resultando tudo num reforço deste Partido na organização intersindical¹⁸⁹.

Os estatutos das reuniões intersindicais incluíam a constituição de um *secretariado* permanente, composto por cinco sindicatos eleitos (a votação não incidia sobre nomes de dirigentes). Como principais funções do secretariado, os estatutos previam a convocação das reuniões, garantindo os meios para a sua realização, a elaboração das respectivas actas e de relatórios de actividades, a preparação da ordem dos trabalhos e a proposta de um coordenador para cada reunião. O secretariado teria ainda funções de execução das deliberações tomadas nas reuniões, de informação, de comunicação entre

¹⁸⁵ 3.º Congresso da Oposição Democrática — *Teses*, 2.ª secção, cit., pp. 150, 154.

¹⁸⁶ Fotocópia (arquivo do projecto).

¹⁸⁷ Entrevista com Armando Santos.

¹⁸⁸ Id. Armando Santos defendeu nessa reunião posição contrária à dos comunistas.

¹⁸⁹ Entrevista com José Pinela.

os sindicatos, etc. As reuniões intersindicais seriam de dois tipos: regionais, a realizar em princípio mensalmente, e nacionais, de dois em dois meses. Para o efeito, a organização era dividida em três regiões: Sul, Norte e Centro. Estas regiões elegeriam respectivamente três, um e um sindicatos dos cinco que integravam o secretariado. A estrutura organizativa assim fixada¹⁹⁰ não iria ser posta à prova durante muito tempo. Até Abril de 1974 realizar-se-iam por mês uma reunião intersindical nacional e cerca de duas regionais. As reuniões nacionais de Fevereiro e Março de 1974 registaram a presença de 18 e 22 sindicatos respectivamente. Dias antes da Revolução de 25 de Abril teve lugar uma reunião para preparar o 1.º de Maio.

Ainda em relação com a preponderância gradualmente adquirida pelos comunistas no movimento intersindical, interessa focar aqui a evolução interna do Sindicato dos Bancários de Lisboa entre 1972 e 1974. A «crise dos bancários» — como chegou a ser designada no final de 1973 — não foi significativa apenas por se ter produzido no sindicato que indiscutivelmente liderou a organização das reuniões intersindicais e cujo lugar de destaque no panorama sindical português era, por sinal, muito anterior à sua conquista pela oposição. Este caso teve, por um lado, o condão de evidenciar, em vésperas do 25 de Abril, importantes linhas de fractura existentes no movimento sindical que o unitarismo antifascista ocultava ou subalternizava. Fornece, por outro lado, uma amostra dos métodos postos em prática pelos comunistas para imporem a sua concepção de unidade sindical.

Após as eleições de 1972, como atrás já foi referido, a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa ficou sob o controlo dum grupo de militantes do PCP ou próximos. Alguns dos membros da anterior direcção, que, por força da destituição, tinham ficado inelegíveis, não quiseram contudo deixar de dar a sua colaboração, participando nos vários *grupos de trabalho*. Estes grupos, criados a partir de 1969, constituíam ao mesmo tempo uma especialização de tarefas (nas áreas da segurança social, contratação colectiva, revista do Sindicato, acção cultural) e uma forma de abertura do Sindicato à cooperação dos associados mais interessados e activos¹⁹¹. Os comunistas também tentavam criar *grupos de trabalho* no interior dos sindicatos com direcções corporativistas ou com comissões administrativas, como forma de prepararem a sua conquista — nem sempre com êxito. Tinha sido por esse meio que, entre 1971 e 1972, o grupo comunista tinha preparado a reconquista, bem sucedida, do Sindicato dos Bancários de Lisboa. A partir de 1972, contudo, a direcção maioritariamente comunista começou a opor-se à autonomia dos grupos de trabalho e ao *status* directivo a que estes pretendiam aceder, nomeadamente no quadro de um novo órgão que propunham para dirigir o sindicato — o *plenário*. Tudo foi recusado pela direcção, que impôs a sua concepção centralista ou «dirigista», com a autoridade que lhe garantiam os estatutos oficiais do Sindicato e a própria lei sindical. Os comunistas não só se escudavam assim na legalidade para se desembaraçarem dos elementos de outras tendências, como quebravam um

¹⁹⁰ Segundo F. Marcelo Curto (entrevista), a estrutura da Intersindical repartida por três regiões e a criação de um secretariado permanente tiveram origem num plano elaborado ainda em 1971 por ele Marcelo Curto, Vitor Wengorovius e Mário Brochado Coelho — três consultores jurídicos sindicais que participaram no lançamento das reuniões intersindicais em 1970-71.

¹⁹¹ Entrevista com Fernando Moura Palhaça.

acordo tácito segundo o qual os ex-dirigentes impedidos legalmente de se recandidatarem participariam à mesma na direcção do Sindicato. Quando, em 1973, a direcção despediu arbitrariamente um funcionário, a confrontação interna agudizou-se bastante, provocando a demissão de três elementos não comunistas dos corpos gerentes e de dois advogados do Sindicato¹⁹². Dois dos principais responsáveis dos *grupos de trabalho* seriam ainda alvo de um «voto de censura e desconfiança», que a direcção fez aprovar numa assembleia geral¹⁹³.

Apesar do ascendente visivelmente conquistado pelos comunistas a partir de 1971-72 sobre as reuniões intersindicais, a direcção do PCP ainda tecia críticas, em 1973, ao modo como aquelas se desenrolavam. O dirigente partidário José Vitoriano verberava por essa altura as «discussões estéreis e sem fim que geram *impasses* e dificuldades», o esquerdismo, a «excessiva radicalização de linguagem» de alguns participantes, as «concepções sindicalistas» (ou seja, as que privilegiavam o ponto de vista sindical em detrimento do político), etc.¹⁹⁴ Estas «tendências negativas» estariam directamente relacionadas, a seu ver, com a «grande preponderância nas reuniões intersindicais de classes profissionais *não proletárias*». Segundo as estatísticas de José Vitoriano, dos 38 sindicatos que em 1970-71 participaram, com ou sem regularidade e até a título de observadores, nas reuniões intersindicais, apenas 12 se poderiam considerar «representantes da classe operária», 10 dos quais de presença esporádica ou irregular. As «tendências negativas» ter-se-iam agravado ainda com a participação activa nas ditas reuniões de «elementos estranhos às massas sindicais», isto é, consultores, advogados, árbitros e funcionários administrativos dos sindicatos.

Em suma, segundo o citado dirigente do PCP, a «maioria esmagadora» dos participantes nas reuniões intersindicais era «de *empregados* e de outras profissões *não operárias*»¹⁹⁵. Não havendo razões para duvidar das estatísticas de José Vitoriano, o quadro que ele nos traça é, de facto, eloquente: por pouco que a *classe operária* não era vista nem achada na criação da Intersindical! O que não impedia o PCP, como vimos, de manter nessa estrutura uma influência crescente e até preponderante — justamente através de uma maioria de sindicalistas *não operários* dos sectores da banca, do comércio, dos serviços, etc.

Pouco antes do 25 de Abril de 1974, duas últimas medidas legislativas do Governo ocuparam o movimento intersindical, embora já não viessem a surtir efeitos práticos. Um decreto de Silva Pinto (elevado a ministro das Corporações em Novembro de 1973) propunha-se ir «progressiva, mas firmemente, restringindo» a quotização obrigatória dos trabalhadores não sindicalizados, os chamados *contribuintes*¹⁹⁶. «Hoje em dia, dado o notável

¹⁹² Os dirigentes demissionários foram os dois secretários da mesa da assembleia geral, Paulo Loureiro Baptista e José Dias Dinis, e a directora Maria de Fátima Nóbrega. O funcionário despedido, Jorge Aguiar, tinha anteriormente constituído uma comissão de trabalhadores do Sindicato e apresentara «reivindicações» à direcção.

¹⁹³ No relato deste caso considerei os depoimentos de Fernando Moura Palhaça, Antero Martins e António Ferreira Guedes. O primeiro e o terceiro lideravam em 1973 os grupos de trabalho e o segundo era membro da direcção do Sindicato. Sobre este caso veja-se também o semanário *Expresso* de 8, 15 e 22 de Dezembro de 1973.

¹⁹⁴ José Vitoriano, *Experiências de Três Anos de Luta Sindical*, cit.

¹⁹⁵ *Id.*, *ibid.*

¹⁹⁶ Decreto-Lei n.º 30/74, de 1 de Fevereiro.

incremento do espírito associativo verificado nos últimos anos, vão diminuindo as razões que justificam o instituto da quotização obrigatória» — alegava o preâmbulo do decreto, que considerava actuar também «de acordo com o preconizado internacionalmente». Efectivamente, a supressão da quotização obrigatória estava incluída entre as recomendações que a OIT fazia periodicamente a Portugal. A maneira como o ministro decidira cumprir aquela recomendação conferia-lhe contudo acrescidos poderes de interferência na vida sindical.

Por força da lei sindical então em vigor, o Governo já tinha o poder de recusar os aumentos de quotas decididos pelas assembleias dos sindicatos. Esse meio de pressão estava então precisamente a ser utilizado por Silva Pinto no Sindicato dos Caixeiros de Lisboa e no Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, cujas direcções se viram aliás forçadas a montar sistemas «paralelos» (clandestinos) de cobrança de quotas, para obviar à não homologação dos aumentos de quotizações pelo Governo. Ora, com o novo decreto, o ministro podia ir muito mais longe. Fundando-se em juízos moveções sobre a utilização «inconveniente» ou «defeituosa» das receitas pelos sindicatos, o Ministério podia «a todo o tempo» suprimir ou reduzir livremente o montante das quotizações obrigatórias enviadas pelas empresas para os sindicatos. Para certos sindicatos, isso poderia significar a perda de mais de metade das receitas. Podia, no entanto, ser uma situação embaraçosa para os sindicatos «representativos» terem de reivindicar a manutenção da quotização obrigatória. Mas não foi: logo na reunião intersindical de 3 de Fevereiro de 1974 se ouviram protestos contra esta «nova medida de carácter repressivo»¹⁹⁷. Já em 1970, um sindicato criado nesse ano (Sindicatos dos Técnicos de Desenho), e participante das reuniões intersindicais, havia solicitado — e obtido — do Governo um despacho de quotização obrigatória, pois não tinha até então angariado receitas suficientes nem para pagar salários¹⁹⁸. Evidentemente, nem todos os dirigentes sindicais pensavam da mesma maneira. Vimos já como o dirigente dos lanifícios e outros subscreveram em 1970 a reivindicação de supressão da quotização obrigatória.

A outra iniciativa legislativa do Governo não chegou a passar da discussão na Câmara Corporativa e denominava-se Estatuto dos Delegados Sindicais¹⁹⁹. Provocou vivas reacções e debates, inclusive no seio das intersindicais. O estatuto pretendia regular a competência para a designação dos delegados sindicais, limitar o seu número por sindicato e por empresas e submeter a designação aos mesmos critérios de elegibilidade que os dos dirigentes sindicais (não professar ideias contrárias à *disciplina social*, etc.). A nomeação (e a exoneração) dos delegados sindicais seria da exclusiva competência da direcção do respectivo sindicato, que devia atender nomeadamente à aceitação de que aqueles gozassem junto dos trabalhadores e da entidade patronal. Não seria permitida a nomeação de delegados em empresas com menos de 50 trabalhadores. Este diploma surgia cinco anos depois da reforma sin-

¹⁹⁷ Acta da reunião intersindical de 3 de Fevereiro de 1974 (intervenção do representante do Sindicato dos Bancários do Porto).

¹⁹⁸ Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, *Relatório e Contas da Comissão Directiva (1970-1972)*, pp. 3-4.

¹⁹⁹ Projecto de Decreto-Lei n.º 2/xi, *Actas da Câmara Corporativa*, 21 de Janeiro de 1974.

dical de 1969, a partir da qual, e sem regulamentação específica, muitas centenas ou talvez milhares de delegados haviam sido nomeados (algumas vezes eleitos previamente nas empresas), as suas funções acrescidas com a própria reanimação da actividade sindical e criadas algumas estruturas centralizadoras, como as *comissões de delegados*. Ora, com a aplicação do Estatuto, o número de delegados teria de ser em certos casos drasticamente reduzido²⁰⁰.

No debate intersindical que se lhe seguiu surgiram posições moderadas, como a do representante dos bancários do Porto, considerando que o estatuto, «embora contenha certas normas repressivas, não deixa de legalizar uma prática que os sindicatos estão realizando»²⁰¹. Outros dirigentes sindicais, classificando o decreto de intolerável alteração dos estatutos dos sindicatos, propunham que se criassem «estruturas paralelas de delegados» integradas na estrutura organizativa intersindical. Esta proposta foi, por sua vez, rebatida pelos legalistas do PCP, para os quais a criação de estruturas paralelas «seria andar para trás, e não um avanço»²⁰². Por detrás desta polémica outra divergência se encontrava: enquanto certos dirigentes, nomeadamente alguns comunistas, queriam que os delegados fossem nomeados pelas direcções e, quando muito, referendados pelas bases, outros pretendiam que fossem sempre eleitos pelos trabalhadores nas empresas. Na sequência do debate na reunião intersindical seria elaborado um contraprojecto de estatuto para ser apresentado à Câmara Corporativa através dos procuradores de que a Intersindical lá dispunha desde fins de 1973. Esta decisão foi muito contestada por parte dos dirigentes menos legalistas ou mais ciosos da autonomia dos sindicatos e que consideravam estar a dar-se «demasiada importância aos procuradores à Câmara Corporativa»²⁰³. O contraprojecto ainda chegou a ser apresentado na Câmara Corporativa, cujo vice-presidente, Almeida Cotta, se mostrou «aberto e disposto a criar uma comissão especial para examinar o problema»²⁰⁴. Mas este já só seria resolvido depois da Revolução, no seio da Intersindical, prevalecendo aliás a posição centralista.

O caso do Estatuto dos Delegados Sindicais, que nunca chegou a vigorar, é elucidativo do empenho posto por um sector de dirigentes sindicais (sobretudo comunistas) na estratégia de legalização a todos os níveis — que era aqui, ao mesmo tempo, recusa da clandestinização e recusa das «estruturas paralelas», ainda por cima basistas. Pode, por outro lado, verificar-se como o entrismo sindical do PCP evoluía então para entrismo nas instâncias superiores da organização corporativa. Nos sindicatos nacionais, os comunistas estavam porque, segundo diziam, era necessário *estar onde a classe operária estava*. Na Câmara Corporativa, a razão era menos óbvia²⁰⁵. Diga-se, aliás, que outras tendências das intersindicais se encontravam igual-

²⁰⁰ Veja-se a este respeito Bento José [Francisco Canais Rochal], «Estatuto dos Delegados Sindicais», in *Seara Nova*, n.º 1541, de Março de 1974, p. 46.

²⁰¹ Acta da reunião intersindical de 3 de Fevereiro de 1974.

²⁰² Id.

²⁰³ Id.

²⁰⁴ Entrevista com Antero Martins.

²⁰⁵ Segundo o dirigente sindical comunista Antero Martins (entrevista citada), que foi procurador à Câmara Corporativa durante alguns meses em 1973-74, «era preciso levar a luta contra o regime onde fosse preciso, aproveitando todas as aberturas. O fascismo estava a ser corroído por dentro». Trata-se, em minha opinião, duma visão muito subjectiva — e demasiado épica.

mente representadas na Câmara. Dos cerca de 11 procuradores «intersindicalistas», 5 ou 6 eram da área do PCP²⁰⁶.

Além da Câmara Corporativa, havia as corporações, para cujos órgãos muitos dirigentes sindicais da oposição foram também eleitos. É de destacar que em Outubro de 1973 foi eleito presidente da Corporação de Crédito e Seguros um representante sindical (por sinal muito próximo do PCP), o que constituiu caso único durante o regime corporativo de Salazar e Caetano²⁰⁷. Na direcção da mesma corporação encontrava-se também o comunista Avelino Gonçalves, uma das figuras mais influentes das intersindicais. Um futuro governante socialista, António Maldonado Gonelha — então dirigente da Federação Nacional dos Electricistas — era desde 1973 vogal da 2.ª secção da Corporação da Indústria, onde integrou, na companhia de representantes gremiais e do Governo, um «Grupo de trabalho misto para o estudo da reconversão sindical»²⁰⁸.

Uma interpretação possível desta recuperação da organização corporativa pela oposição, muito especialmente pelos comunistas, estará na tentativa de transformação do regime por dentro, ou seja, no aproveitamento das suas instituições, que, uma vez tornadas mais representativas, poderiam contribuir para uma evolução política favorável — ou para desequilibrar todo o sistema. Os comunistas, de resto, não eram tão preconceituosos que não vissem as potencialidades duma câmara de representação de interesses com funções consultivas adaptada a uma situação política diferente (com ou sem «democracia burguesa»). Em 1975, no auge da Revolução, a Intersindical proporá algo do género.

6. BALANÇO EM VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO

A poucos meses do 25 de Abril, nem o Governo, nem o patronato, nem o movimento sindical esperavam uma revolução social — muito menos como aquela que se desenvolveria nos dois anos seguintes. Uma certa mitologia oposicionista nunca deixara, é certo, de acreditar num «derrube do fascismo» que traria consigo o fim da «exploração capitalista». O próprio regime não se cansou, ao longo de décadas, de agitar o espantinho comunista da revolução. Em 1958, na sequência da inusitada agitação que caracterizou a campanha de Humberto Delgado às eleições presidenciais, o bispo

²⁰⁶ Eram os seguintes os procuradores à Câmara Corporativa em representação de sindicatos participantes nas reuniões intersindicais: Antero Martins e José Abreu (Sindicato dos Bancários de Lisboa), António Freitas Monteiro (Sindicato dos Bancários do Porto), António Maldonado Gonelha (Sindicato dos Electricistas de Lisboa e Federação Nacional dos Electricistas), Carlos Guinote (Sindicato dos Químicos de Lisboa), José Silva Pinto e Manuel Silva Costa (Sindicato dos Jornalistas), João Ferreira Martins (Sindicato dos Seguros de Lisboa), Walter Behrend (Sindicato dos Seguros do Porto), Manuel Cruz Júnior (Sindicato das Telecomunicações e Radiodifusão) e Pedro Arsénio Nunes (Ordem dos Engenheiros). *Actas da Câmara Corporativa*, 17 de Novembro de 1973.

²⁰⁷ António Freitas Monteiro, elemento muito próximo do PCP, mas não filiado (J. P. Castanheira, «Intersindical participou na Câmara Corporativa», in *O Jornal* de 16 de Outubro de 1987), era então o presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Porto.

²⁰⁸ *Boletim do INTP*, n.º 4/74, 29 de Janeiro, p. 167. Curiosamente, a reconversão sindical ia ser estudada por um grupo de trabalho oficializado pela presença de dois representantes do Governo, em que os sindicalistas, em minoria no conjunto, participavam com o mesmo peso que os representantes patronais.

do Porto previra na sua carta a Salazar uma *revolução anarco-social-comunista* para o caso de o regime persistir na frustração corporativista das ânsias das massas trabalhadoras. Mas nada se passaria de remotamente comprovativo de tal profecia, nem mesmo após o início das guerras coloniais, que, pelo contrário, serviram eficazmente ao regime de motivo «patriótico» para cerrar fileiras na «retaguarda» contra a «subversão». Sob Marcelo Caetano, foi a irresolução do problema colonial, e não a «luta de classes», que paralisou a tentativa de evolução pacífica e gradual do regime para fórmulas políticas mais próximas da Europa.

É certo que desde finais de 1973 se verificava um novo surto de lutas salariais e de greves em empresas, acompanhando uma pronunciada inflexão ascendente do custo de vida, estreitamente relacionada com a primeira crise do petróleo. Mas não viria daí abalo fatal ao regime. A prática das relações colectivas de trabalho não tinha parado de evoluir desde 1969, mau grado os retrocessos no plano legislativo atrás assinalados. O sistema já denotava em 1973-74 um maior poder de encaixe dos conflitos colectivos do que em 1969-70. Se o Governo continuava a não ter a menor intenção de legalizar a greve, a sua atitude em relação ao fenómeno havia visivelmente mudado, aprendendo a viver com ele.

Em 1973, os Serviços de Acção Social do Ministério das Corporações já mantinham um registo dos conflitos e greves, se bem que para seu uso exclusivo. Durante décadas, o Governo havia considerado o assunto mais do foro da polícia. Desde os anos 20 que não se publicavam nem se elaboravam estatísticas oficiais de conflitos de trabalho. Em Espanha, pelo contrário, isso já acontecia desde o início dos anos 60, embora no país vizinho ocorressem então incomparavelmente mais conflitos e greves do que em Portugal²⁰⁹. Refira-se a propósito que em Espanha data de 1962 o início de reformas laborais idênticas às que o Governo de Caetano introduziu no final dessa década em Portugal. A atitude do legislador espanhol tinha evoluído, desde aquele ano, duma posição de condenação dos conflitos de trabalho e de proibição total das greves sem distinção, qualificadas de *crime de sedição*, para o reconhecimento do papel social dos diferendos de natureza laboral e económica²¹⁰. Em 1965, uma alteração do Código Penal espanhol despenalizaria de facto a maior parte das greves com fins profissionais²¹¹.

Em 1973, a orientação dominante no meio sindical de oposição era, apesar de algum maximalismo verbal, relativamente moderada e até legalista, apostando *de facto* na progressiva institucionalização dum sistema moderno de relações laborais. Um tal sistema, tendendo a prazo para os modelos vigentes nas democracias europeias, não seria, de resto, politicamente neutro —

²⁰⁹ Ver, por exemplo, José Felix Tezanos, «Los conflictos laborales en España», in *Revista Española de la Opinión Pública*, n.º 38, 1974, pp. 93-110. O Ministério do Trabalho de Espanha publicava anualmente um *Informe sobre conflictos colectivos de trabajo* desde pelo menos 1968, se bem que o registo dos conflitos tivesse começado alguns anos antes.

²¹⁰ Decreto de 20 de Setembro de 1962, sobre o processo de formalização, conciliação e arbitragem dos conflitos de trabalho. É a primeira regulamentação dos conflitos colectivos em Espanha desde 1939. Ver Mário Pinto, «Novo regime jurídico da greve profissional em Espanha», in *Análise Social*, n.º 16, 1966, pp. 701-706, e José Luis Guinea, *Los Movimientos Obreros y Sindicales en España de 1933 a 1978*, Madrid, 1978, pp. 120-125.

²¹¹ Mário Pinto, art. cit., p. 706. Em Maio de 1970 e Maio de 1975 novas disposições legais aproximaram o regime das *greves de natureza laboral* da virtual legalização, embora sob uma forma extremamente regulamentada (ver J. L. Guinea, *op. cit.*, p. 122).

no sentido de que não caucionaria, por si só, o corporativismo de Caetano, antes actuaria sobre ele em permanência como factor de mudança. A sua gradual institucionalização em Portugal constituía como que um *programa mínimo* para o movimento sindical. Nem o sector esquerdista da Intersindical ignorava isto quando sublinhava (ou *apesar de* sublinhar) o horizonte «limitado» da luta estritamente sindical e da negociação colectiva em Portugal²¹².

Nos anos de Marcelo Caetano, a contratação colectiva saíra definitivamente da letargia em que ainda se encontrava no final do Governo de Salazar, ganhando algum carácter autenticamente negocial, enquanto *triplicava* o número de convenções acordadas anualmente. As possibilidades abertas pelas reformas laborais, o exemplo da acção das direcções sindicais «representativas», assim como a pressão inflacionária, contribuíam para que *em todos os sectores e profissões* se animasse a negociação colectiva, e não apenas naqueles em que predominava o sindicalismo oposicionista. De facto, muitas conciliações (e até arbitragens) surgiram em negociações com direcções sindicais da confiança do regime. Algumas destas tinham sido perfeitamente apáticas no passado — como no caso do Sindicato da Construção Civil de Lisboa e da União dos Sindicatos da Construção Civil do Norte —, limitando-se a agradecer as raras dávidas que o Governo lhes concedia directamente ou pela via dos seus bons ofícios junto do patronato. A partir de 1969-70, com a pressão inflacionária, a nova tramitação da negociação colectiva e a ofensiva das listas alternativas em geral conotadas com a oposição, as direcções sindicais da confiança do regime são obrigadas a sair da apatia, elaborando propostas de revisão de contratos, iniciando-se de facto na prática da reivindicação.

Esta evolução do sindicalismo e das relações laborais sob Marcelo Caetano é, *até certo ponto*, dissociável do fenómeno de politização que o regime apodava de agitação, subversão ou exploração para fins políticos da acção sindical. Não se via muitas vezes, com efeito, correspondência entre a politização radical de certas direcções sindicais (observável no plano dos conceitos e linguagem utilizados nos comunicados e panfletos) e a sua prática quotidiana, dominada pelas preocupações mais prosaicas da contratação colectiva. No quadro desta, a maioria das reivindicações eram equilibradas ou, quando o não aparentavam, situavam-se ainda ao nível normal das referências ou balizas para a negociação colectiva, sobretudo em período de inflação crescente.

É porém conhecido que a actividade sindical raramente se processa sob uma forma «pura», neutral e despida de considerações ideológicas. Não constituiu excepção a esta regra o movimento surgido de reanimação sindical do período caetanista, por várias e fortes razões. Impassível primeiro, visivelmente alarmado depois, crispado até final, o regime persistiu na sustentação doutrinária de um sindicalismo imune a influências políticas e partidárias. Ora, independentemente dos aspectos programáticos concretos de que se revestiu a politização, esta era duplamente compreensível na situação de bloqueio político da sociedade portuguesa, que forçosamente se estendia ao condicionamento das liberdades e direitos sindicais. Por outro lado, num

²¹² «Luta sindical e contratação colectiva em Portugal — suas limitações», em *Classes, Política, Luta de Classes, Afrontamento*, Porto, 1974.

regime em que se coarctavam as liberdades políticas elementares, o terreno sindical — oferecendo facilidades comparativas no respeitante à possibilidade de associação, reunião, expressão, debate, negociação, representação democrática, etc. — tenderia sempre a veicular acção e contestação política, cujas condições, factores e canais de expressão são basicamente similares aos da acção sindical. A politização sindical funcionou também, abstractamente, como factor de distanciamento e autonomização do novo movimento sindical relativamente ao Estado Corporativo, à sua atitude tutelar e à sua ideologia de cooperação interclassista e de submissão aos «superiores interesses nacionais». De modo idêntico, no interior do campo sindical oposicionista, o radicalismo dos meios mais esquerdistas pode também ter funcionado como factor de demarcação relativamente à esfera dominante de influência e controlo por parte do PCP.

O movimento intersindical contribuiu fortemente para a politização da actividade sindical. Poderá mesmo dizer-se que encarnou e culminou esse processo. Nem para o Governo isso constituía uma surpresa, ciente como sempre esteve de que as centrais sindicais são, em todo o lado, organismos de cariz eminentemente político. Além disso, o conflito do regime com a Intersindical era já *por natureza* político — independentemente do que a embrionária central fizesse ou dissesse. De facto, a estrutura intersindical, pela sua mera conformação de cúpula «classista», começava logo por não ter lugar na organização corporativa, onde era um corpo estranho e filosoficamente adverso. Seria contudo cair numa perspectiva errada admitir que, pela sua prática, a Intersindical — encarada como simples veículo da instrumentalização comunista-esquerdista da acção sindical — teria produzido *ex nihilo* a politização em questão. Equivaleria isso a ignorar ou subestimar gravemente o duplo *enjeu*, social e político, da acção sindical e da conflitualidade laboral, especialmente visível e agudo sob o corporativismo.

Na exploração desse duplo jogo ou desígnio, nem as forças oposicionistas nem o Governo de Caetano foram obviamente inocentes. As primeiras, pela tentativa de instrumentalização da acção sindical no combate permanente ao Governo e ao regime. O segundo, pela denúncia da «subversão» dos sindicatos, elasticamente utilizada para denegrir a sua acção reivindicativa, e pela persistente tentativa de enfeudamento da organização sindical à política governamental. A teoria de Marcelo Caetano, exposta no seu *Depoimento* retrospectivo sobre as *minorias subversivas e os grupos de agitadores* que se sobrepunham às *maiorias silenciosas e comodistas*, é uma visão muito parcelar e deficiente do fenómeno de politização sindical que teve de enfrentar. Esconde, sobretudo, a responsabilidade histórica do seu próprio regime pela gradual entrega dos sindicatos à facção organizada e invisível do PCP e à minoria esquerdista, bem como pelo atrofiamento de correntes político-sindicais intermédias, reformistas, verdadeiramente autónomas em relação ao poder.

A radicalização do sindicalismo tinha, decerto, raízes ou tradições anteriores ao próprio salazarismo. O declínio da influência dos socialistas no movimento sindical, em benefício da orientação anarco-sindicalista e, depois, comunista, datava já da Primeira República. Mas as correntes moderadas foram as que resistiram menos ao salazarismo, isto é, as que, nas circunstâncias da forçosa clandestinidade, menos se organizaram, quase que desaparecendo. Após a sucessão de Salazar, o regime não passou a considerar

com menor desconfiança a social-democracia e o socialismo moderado, tidos como flora inadequada para o solo português. Caetano procurou antes atrair à órbita do seu regime os estratos que tradicionalmente fornecem a base social daquelas correntes. No domínio político, como no sindical, o Governo de Marcelo Caetano acumulou a grave responsabilidade de não ter promovido nem preparado o pluralismo.